

II.5.3. MEIO SOCIOECONOMICO

II.5.3.A. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O item uso e ocupação do solo apresenta uma breve discussão sobre as características do processo de ocupação da área de influência (AI), considerando o processo histórico de apropriação dos espaços e a conformação das bases produtivas.

São consideradas também as relações existentes entre modos de vida e as atividades econômicas, e de que forma estas associações se manifestam nos municípios que compreendem o objeto deste estudo em virtude, inclusive, do direcionamento estabelecido pelas políticas de desenvolvimento e os instrumentos legais de regulamentação, em especial nas áreas que venham sofrer possíveis impactos decorrentes das atividades do empreendimento.

II.5.3.A.1. Ocupação da região

Os Municípios pertencentes à Área de Influência do empreendimento localizam-se no Recôncavo (Maragogipe) e Litoral Sul baiano (Ilhéus e Una). O início da ocupação data do século XVI, estimulada pela exploração de madeira, principalmente o pau-brasil, sendo a atividade mais relevante nos primeiros anos da colonização do país, prevalecendo até o final deste século.

O povoamento do que hoje é o Estado da Bahia foi marcado dentro da divisão da região das capitânicas hereditárias, em que o estado foi dividido em três delas no ano de 1534, denominadas Capitania da Bahia, Capitania de Porto Seguro e Capitania de Ilhéus.

O Recôncavo Baiano – onde está localizado o município de Maragogipe – teve seu território ocupado inicialmente pelos povos Tupinambás, os quais sobreviviam da agricultura de subsistência, da caça e da pesca. Com a chegada dos portugueses no século XVI, teve sua configuração territorial transformada em decorrência das atividades econômicas e das relações de poder aí exercidas pelos colonos, fator que contribuiu para direcionar o uso do solo na Região.

A montagem da estrutura econômico-espacial do Recôncavo baseou-se no cumprimento de uma economia comercial, direcionada ao sistema capitalista de produção, tendo como vetor a plantação extensiva da cana-de-açúcar para a fabricação do açúcar para exportação. Apesar da importância dessa atividade econômica, o sistema produtivo do Recôncavo não possuía uma estrutura uniforme, mas sim, um sistema diversificado, alguns se relacionando, outros não, outros em processo de redistribuição econômico-espacial (SEPLANTEC/CONDER, 1975).

As atividades econômicas paralelas e complementares foram as de produção fumageira, e as de farinha de mandioca, frutas, verduras, estas últimas com o propósito de abastecer o mercado interno, em especial Salvador.

A fumicultura desenvolveu-se juntamente com os engenhos de açúcar, com a utilização de mão-de-obra escrava, adquirindo uma importância econômica e social similar a da economia açucareira colonial. O fumo teve sua comercialização com o exterior desde o século XVI, mas o ápice da produção ocorreu nos séculos subsequentes. As cidades de Nazaré e Maragogipe se tornaram centros produtores da farinha de mandioca (*Bahia Viva, 2001*).

Em fins do século XVIII, e principalmente no século XIX, a estrutura econômica do Recôncavo começou a sofrer um vertiginoso processo de decadência, em virtude das mudanças das políticas econômicas no cenário nacional e mundial. A perda de mercado para o açúcar de beterraba produzido nas Antilhas com tecnologia mais avançada deixou a Holanda na liderança mundial, levando ao fim da exclusividade colonial portuguesa. A abolição da escravatura transformou mais ainda as estruturas produtivas do Recôncavo (BAHIA VIVA, 2001).

O século XX, a partir da década de 40, caracterizou-se pelo declínio da economia agrária, e por novas transformações espaciais no Recôncavo. A política de expansão urbana consolidou estradas, permitindo o surgimento de redes de transportes que inverteram a importância das cidades da região. Cidades antigas como Santo Amaro, São Félix e Cachoeira diminuíram seu prestígio, em função da emergência de centros ao longo das estradas (como Cruz das Almas) que

atendiam aos novos anseios econômicos, situação parecida com a ocorrida no município de Maragogipe.

Já na região de Ilhéus, desenvolveram-se condições propícias para a expansão das lavouras, passando a região a ser grande produtora de arroz, mandioca, milho e feijão, cultivados nos terrenos sedimentares dos tabuleiros e do litoral, em boa parte por agricultores migrantes do sertão nordestino, expulsos pela seca, sem recursos econômicos, mas acostumados a manejar com êxito as lavouras de subsistência (SEI, 1999).

A extração de madeira e de piaçava também representava uma atividade importante no período. As condições naturais, a abundância de recursos e o transporte marítimo relativamente barato delineavam o sucesso da reocupação e sustentaram por mais de um século a economia da região.

O cultivo de cacau ocorreu inicialmente em Canavieiras, e de lá foi levado para Ilhéus por volta de 1752. No ano de 1780 a lavoura do cacau começou a atrair as atenções de autoridades e de agricultores. Entretanto, o grande salto só foi acontecer entre 1860 e 1890, havendo-se iniciado inclusive o processo de exportação. Nessa época, a produção de cacau na Bahia já representava 9% da produção mundial, e em termos de exportação, correspondia a 20% das exportações do Estado.

As três primeiras décadas do século XX conformam a organização econômica da monocultura do cacau, transformando-se numa economia organizada, de formação capitalista e conteúdo mercantil (DINIZ; DUARTE, 1983) originando um processo de acumulação e concentração fundiária com base no comércio exterior. Durante este período, foram significativos os fluxos populacionais para esta área, oriundos das regiões adjacentes e de áreas mais distantes, incluindo novamente o sertão nordestino, como se dera antes no processo de reocupação do século XVIII, ocorrendo agora de forma mais significativa.

Deste processo resulta a ocupação definitiva da região com o estabelecimento de fazendas, povoados, vilas e cidades e uma significativa mudança na economia regional.

Ao final da década de 1940, 95% da produção total de cacau do Brasil era originária da Bahia. Em função do potencial econômico desta região, e da

concentração de atividades encontradas no Recôncavo, 50% da população do Estado residiam nestas áreas.

No final da década de 1950, no Sul da Bahia, a lavoura cacaueteira ainda permanecia como uma atividade extrativista. A queda vertiginosa dos preços, aliada às condições climáticas adversas, devido à grande estiagem no período, incidências de doenças e pragas, dentre elas (a mais temida) a podridão parda, levavam a lavoura à decadência. Neste contexto, foi criada a CEPLAC pelo Governo Federal através do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueteira. (**Figura II. 5.3. A.1-1**). Ações voltadas para a pesquisa, extensão rural, e o sistema de educação produtiva.



Figura II. 5.3.A.1-1 - Sede do CEPLAC em Ilhéus.

Nas décadas de 1970 e 1980 o crescimento econômico do Estado esteve bastante vinculado no setor industrial, concentrado basicamente na Região Metropolitana de Salvador e no seu entorno imediato, motivado com a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Pólo Petroquímico de Camaçari (COPEC).

Neste período, o cacau permanecia como principal produto da região sul, mas na década de oitenta a produção começou a declinar significativamente, motivada

pela queda dos preços do produto no mercado internacional e pela crise da “vassoura de bruxa”, praga que assolou rapidamente as plantações.

A atividade turística se desenvolveu de modo diferenciado em cada município integrante da área de influência, e representou de certa forma, um novo estímulo para o incremento dos centros urbanos litorâneos, passando a ser uma alternativa real de desenvolvimento econômico para a região. Contando com a contribuição do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), criado entre as décadas de 1960/70 e com a efetivação da Bahiatura (empresa estadual de turismo), em 1968.

A implementação do Pólo Industrial de Ilhéus, às margens da rodovia BA-262 (Ilhéus/Uruçuca) como forma de encontrar uma vertente industrial que pudesse trazer para a região um substitutivo para o vazio econômico gerado pela crise da lavoura cacauera foi outro vetor de investimentos. Abriga diversas unidades industriais do segmento eletro-eletrônico (equipamentos para comunicação e informática), além de empresas de setores de alimentação e serviços. Foi criado para ser um 'concorrente' direto da Zona Franca de Manaus e voltado para a atração de investimentos para a indústria de informática na região Nordeste.

II. 5.3.A.2. Divisão regional

O **Quadro II.5.3.A.2-1** apresenta a situação regional dos municípios que integram a Área de Influência do empreendimento. Como é possível observar os municípios de Ilhéus e Una fazem parte da Região Administrativa e Econômica denominada Litoral Sul. Já o município de Maragogipe integra a Região do Recôncavo Sul.

Quadro II.5.3.A.2-1-Situação regional dos municípios da AI.

Município	Região Administrativa	Região Econômica	Território de Identidade	Zona turística (Costa)	Região de Planejamento e Gestão das Águas
Maragogipe	Recôncavo Sul	Recôncavo Sul	Recôncavo	BTS	Recôncavo Sul
Ilhéus	Litoral Sul	Litoral Sul	Litoral Sul	Cacau	Leste
Una	Litoral Sul	Litoral Sul	Litoral Sul	Cacau	Leste

Fonte: SEI, SETUR, SRH.

Em relação às Regiões de Planejamento e Gestão das Águas - RPGA's do Leste e do Recôncavo Sul, onde se insere a AI, estas apresentam elevados índices pluviométricos (2.000 mm/ano) e se caracterizam pela presença de estuários e faixas contínuas de manguezais.

Quanto às Zonas Turísticas, o Estado da Bahia está dividido em nove pólos turísticos, tendo, cada um deles, no mínimo, um destino turístico principal.

II. 5.3.A.3. Utilização das terras.

O uso das terras na área de influência do empreendimento é feito de forma predominantemente agrícola sobre as outras formas de apropriação (**Quadro II.5.3.A.3-1**). Esta atividade responde por aproximadamente 45% do uso do solo, levando-se em consideração uma área total de 342.714 hectares, contra 21,2% de matas e florestas naturais.

Quanto ao perfil da agricultura praticada na área, os dados apontados na Pesquisa da Produção Agrícola Municipal - PAM, 2001, as culturas permanentes são as que mais predominam. A utilização de pastagens naturais e artificiais corresponde a 15,5% na AI, estando os principais criadores nos municípios de Ilhéus e Una.

Quadro II.5.3.A.3-1 - Utilização das terras na área de influencia do empreendimento.

Municípios	Área total (ha)	Utilização das terras (ha)			
		Lavouras permanentes e temporárias (ha)	Pastagens naturais (ha)	Matas naturais e plantadas (ha)	Área dos estabelecimentos agropecuários (ha)
Maragogipe	42.245	3.270	10.174	1.876	15.826
Ilhéus	183.678	104.339	27.558	36.275	174.708
Una*	116.791	46.473	15.552	34.651	-

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1995*, 2006.

II. 5.3.A.4 Instrumentos legais

O uso e ocupação do solo dos municípios da Área de Influência ocorreu sem um controle efetivo do Estado, que ao longo da história incentivou o processo de

ocupação e exploração do território, mas não criou mecanismos necessários a sua regulamentação efetiva. A abundância dos recursos naturais e a idéia consolidada da natureza como fonte inesgotável desses recursos permaneceu viva durante séculos, e somente nas últimas décadas do século XX o Estado e a sociedade começaram a se preocupar efetivamente com a proteção dos ambientes naturais.

Apesar da existência de um Código de Águas e de um Código Florestal (Leis Federais) desde a década de 1930, o território baiano se caracterizou durante muitos anos pelo isolamento dos seus núcleos populacionais, que associados a fraca estrutura organizacional de governo, não conseguiu cumprir as exigências dos instrumentos legais vigentes. O resultado foi a exploração descontrolada de suas atividades produtivas, e conseqüentes impactos ambientais.

Atualmente, como mecanismos de regulamentação do uso e ocupação do solo, os municípios da AI contam com as determinações estabelecidas em Lei, como o próprio Código Florestal Brasileiro (1965) e suas subseqüentes regulamentações, as resoluções do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente), especialmente com relação as Áreas de Proteção Permanente (APP), os Planos Diretores Municipais, e as Unidades de Conservação, tratadas em item específico neste documento.

Vale ressaltar que as Unidades de Conservação, mesmo não possuindo Plano de Manejo, representam restrições quanto ao uso e ocupação do solo, em função da categoria e tipo de unidade, que restringem certas formas de ocupação e exploração dos recursos naturais, conforme estabelecido no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei 9985/00).

II.5.3.B. GRUPOS DE INTERESSE

Este item trata dos órgãos e instituições públicas e as organizações da sociedade civil que se situam na área de influência do empreendimento e que, em função de sua competência e/ou atuação, apresentam interesse direto ou indireto na atividade em questão.

Grupos de Interesse são grupos formados de acordo com os interesses pessoais de indivíduos ou instituições que interagem em um ambiente e são resultantes da busca de objetivos comuns.

Entre os grupos de interesse identificados na AI, destacam-se inicialmente os órgãos e instituições públicas atuantes em todo o Estado da Bahia e no âmbito das municipalidades, bem como as entidades relacionadas com a pesca, o turismo, a conservação do meio ambiente e outras atividades econômicas associadas.

Fazem parte dos grupos de interesse identificados os órgãos ou instituições públicas estaduais e municipais, as colônias de pesca, associações de pesca, moradores, comerciantes, representações da atividade turística, as entidades ambientais e as organizações não governamentais – ONG's vinculadas aos municípios inseridos na AI.

Desta forma, os Grupos de Interesse foram divididos em:

1. Instituições governamentais.

- a) Governo Federal
- b) Governo Estadual
- c) Governo Municipal;

Nestas instâncias incluem-se as Secretarias, Autarquias, Fundações e demais Órgãos associados às questões relativas ao meio ambiente, pesca, aquicultura, turismo, indústrias e Administração de Parques e Unidades de Conservação.

2. Setor empresarial.

- a) Empresas do Setor de Petróleo e Gás;
- b) Empresas do Setor de licenciamento, gestão, remediação e controle Ambiental;
- c) Empresas do Setor de Turismo;
- d) Empresas do Setor de Pesca;
- e) Empresas do Setor de Aqüicultura;

3. Organizações da sociedade civil.

- a) Organizações não Governamentais
- b) Grupos de defesa do Meio Ambiente
- c) Colônias de Pescadores;
- d) Associações de Pescadores, Marisqueiros, Armadores e Empresários de Pesca;

4. Outros interessados.

- a) Universidades
- b) Instituições de Pesquisa

II.5.3.B.1. Instituições Governamentais

A figura do Estado pode ser definida como “a totalidade da autoridade política numa dada sociedade humana” (NASCIMENTO, 2007), e alguns elementos chave o definem institucional e funcionalmente. O Estado é um conjunto de instituições ocupadas pelo pessoal próprio do aparelho do Estado, responsáveis pela manutenção da lei e a ordem. O Estado, de certa forma, monopoliza a criação de regras dentro de seu território. Isto leva à criação de uma cultura política comum compartilhada por todos os cidadãos.

A partir desta abordagem, podemos identificar as diversas instituições nos seguintes âmbitos, conforme disposto nos itens subseqüentes.

II.5.3.B.1.1. Âmbito Federal

Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é o mais novo órgão ambiental do governo brasileiro. Foi criado pela lei 11.156, de 28 de agosto de 2007. É uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). A sua principal missão institucional é administrar as unidades de conservação (UCs) federais, que são áreas de importante valor ecológico.

Nesse sentido, cabe ao instituto executar as ações da política nacional de unidades de conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. O instituto tem também a função de executar as políticas de uso sustentável dos recursos naturais renováveis e de apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação federais de uso sustentável.

As suas outras missões institucionais são fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação federais.

O Instituto Chico Mendes tem, entre as suas principais atribuições, a tarefa de apresentar e editar normas e padrões de gestão de unidades de conservação federais; de propor a criação, regularização fundiária e gestão das UCs; e de apoiar a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

O instituto deve ainda contribuir para a recuperação de áreas degradadas em unidades de conservação. Poderá fiscalizar e aplicar penalidades administrativas ambientais ou compensatórias aos responsáveis pelo não-cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.

Cabe ao Instituto Chico Mendes monitorar o uso público e a exploração econômica dos recursos naturais nas unidades de conservação onde isso for

permitido, obedecidas as exigências legais e de sustentabilidade do meio ambiente.

Na área de pesquisa, o Instituto deve contribuir para a geração e disseminação sistemática de informações e conhecimentos relativos à gestão de unidades de conservação, da conservação da biodiversidade e do uso dos recursos faunísticos, pesqueiros e florestais.

Ainda nessa área, o Instituto deve disseminar metodologias e tecnologias de gestão ambiental e de proteção e manejo integrado de ecossistemas e de espécies do patrimônio natural e genético de representatividade ecológica em escala regional e nacional.

O Instituto Chico Mendes deve, também, criar e promover programas de educação ambiental, contribuir para a implementação do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (Sinima) e aplicar, no âmbito de sua competência, os dispositivos e acordos internacionais relativos à gestão ambiental.

Uma outra atribuição do Instituto é propor e editar normas de fiscalização e de controle do uso do patrimônio espeleológico (cavernas) brasileiro, bem como fomentar levantamentos, estudos e pesquisas que possibilitem ampliar o conhecimento sobre as cavidades naturais subterrâneas existentes. Por fim, cabe ao Instituto Chico Mendes elaborar o Relatório de Gestão das Unidades de Conservação.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é uma autarquia federal de regime especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, criada pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, e tem como principais atribuições exercer o poder de polícia ambiental; executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental; e executar as ações supletivas de competência da União.

Cabe ao IBAMA propor e editar normas e padrões de qualidade ambiental; o zoneamento e a avaliação de impactos ambientais; o licenciamento ambiental, nas atribuições federais; a implementação do Cadastro Técnico Federal; a fiscalização ambiental e a aplicação de penalidades administrativas; a geração e disseminação de informações relativas ao meio ambiente; o monitoramento ambiental, principalmente no que diz respeito à prevenção e controle de desmatamentos, queimadas e incêndios florestais; o apoio às emergências ambientais; a execução de programas de educação ambiental; a elaboração do sistema de informação e o estabelecimento de critérios para a gestão do uso dos recursos faunísticos, pesqueiros e florestais; dentre outros.

Na Bahia o IBAMA está localizado na Avenida Juracy Magalhães Júnior, 608 -Rio Vermelho - CEP: 41940-060 - Salvador-BA - Fone:(71) 3172 1650

MPA - Ministério da Pesca e Aqüicultura

Criado através de Medida Provisória no dia 4 de agosto de 2008, que transformou a Secretaria Especial em Ministério da Pesca e Aqüicultura (MPA). Com a mudança, o novo órgão passa a ter maiores competências para o desenvolvimento de políticas voltadas para o setor, além daquelas estabelecidas anteriormente.

Cabe ao MPA assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aqüícola e, especialmente, promover a execução e a avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal e industrial bem como de ações voltadas à implantação de infraestrutura de apoio à produção e comercialização do pescado e de fomento à pesca e aqüicultura, organizar e manter o Registro Geral da Pesca previsto no art. 93 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. O artigo normatiza e estabelece medidas que permitam o aproveitamento sustentável dos recursos pesqueiros altamente migratórios e dos que estejam sub-explotados ou inexplorados, bem como supervisionar, coordenar e orientar as atividades referentes às infra-estruturas de apoio à produção e circulação do pescado e das

estações e postos de aquicultura e manter, em articulação com o Distrito Federal, Estados e Municípios, programas racionais de exploração da aquicultura em águas públicas e privadas.

Ministério Público Federal

O Ministério Público Federal (MPF) faz parte do Ministério Público da União, (MPU) que também é composto pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministério Público Militar e pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Juntos, o MPU e os ministérios públicos estaduais formam o Ministério Público Brasileiro.

As atribuições e os instrumentos de atuação do Ministério Público estão previstos no artigo 129 da Constituição Federal, dentro do capítulo "Das funções essenciais à Justiça". As funções e atribuições do MPU estão na Lei Complementar nº 75/93.

O Ministério Público não faz parte de nenhum dos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. O MP possui autonomia na estrutura do Estado, não pode ser extinto ou ter as atribuições repassadas a outra instituição. Os procuradores e promotores têm a independência funcional assegurada pela Constituição. Assim, estão subordinados a um chefe apenas em termos administrativos, mas cada membro é livre para atuar segundo sua consciência e suas convicções, baseado na lei. Os procuradores e promotores podem tanto defender os cidadãos contra eventuais abusos e omissões do Poder Público quanto defender o patrimônio público contra ataques de particulares de má-fé.

Cabe ao Ministério Público Federal defender os direitos sociais e individuais indisponíveis dos cidadãos perante o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os tribunais regionais federais, os juízes federais e juízes eleitorais. O MPF atua nos casos federais, regulamentados pela Constituição e pelas leis federais, sempre que a questão envolver interesse público, seja em virtude das partes ou do assunto tratado. Também cabe ao MPF fiscalizar o cumprimento das leis editadas no país e daquelas decorrentes de tratados internacionais assinados pelo Brasil. Além disso, o Ministério Público Federal atua

como guardião da democracia, assegurando o respeito aos princípios e normas que garantem a participação popular.

ANP – Agência Nacional do Petróleo

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), implantada há dez anos pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, é o órgão regulador das atividades que integram a indústria do petróleo e gás natural e a dos biocombustíveis no Brasil.

Autarquia federal, vinculada ao Ministério das Minas e Energia, a ANP é responsável pela execução da política nacional para o setor energético do petróleo, gás natural e biocombustíveis, de acordo com a Lei do Petróleo (Lei no 9.478/1997).

Dentre as atribuições da ANP pode-se destacar:

- Estabelece regras por meio de portarias, instruções normativas e resoluções;
- Fiscaliza as atividades das indústrias reguladas, diretamente ou mediante convênios com outros órgãos públicos.
- Promove estudos geológicos e geofísicos para identificação de potencial petrolífero, regula a execução desses trabalhos, organiza e mantém o acervo de informações e dados técnicos;
- Realiza licitações de áreas para exploração, desenvolvimento e produção de óleo e gás, contrata os concessionários e fiscaliza o cumprimento dos contratos;
- Calcula o valor dos royalties e participações especiais (parcela da receita dos campos de grande produção ou rentabilidade) a serem pagos a municípios, a estados e à União;
- Autoriza e fiscaliza as atividades de refino, processamento, transporte, importação e exportação de petróleo e gás natural;
- Autoriza e fiscaliza as atividades de produção, estocagem, importação e exportação do biodiesel;
- Autoriza e fiscaliza as operações das empresas que distribuem e revendem derivados de petróleo, álcool e biodiesel;

- Estabelece as especificações técnicas (características físico-químicas) dos derivados de petróleo, gás natural e dos biocombustíveis e realiza permanente monitoramento da qualidade desses produtos nos pontos-de-venda;
- Acompanha a evolução dos preços dos combustíveis e comunica aos órgãos de defesa da concorrência os indícios de infrações contra a ordem econômica;

No exercício de suas funções, a ANP atua como promotora do desenvolvimento dos setores regulados. Colabora, assim, para a atração de investimentos, aperfeiçoamento tecnológico e capacitação dos recursos humanos da indústria, gerando crescimento econômico, empregos e renda.

A ANP firmou-se também como um centro de referência em dados e conhecimento sobre a indústria do petróleo e gás natural: mantém o Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP), realiza pesquisas periódicas sobre qualidade dos combustíveis e sobre preços na comercialização desses produtos, e promove estudos sobre o desenvolvimento do setor.

ANA – Agência Nacional de Águas

Em 27 de julho de 1999, na cerimônia de abertura do seminário "Água, o desafio do próximo milênio", realizado no Palácio do Planalto, foram lançadas as bases do que seria a Agência Nacional de Águas – ANA: órgão autônomo e com continuidade administrativa, que atuaria no gerenciamento dos recursos hídricos. Nessa época, o projeto de criação da Agência foi encaminhado ao Congresso Nacional, com aprovação em 7 de junho de 2000. Foi transformado na Lei nº 9.984, sancionada pelo Presidente da República em exercício, Marco Maciel, no dia 17 de julho do mesmo ano.

A finalidade da ANA é implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, conhecida também como "Lei das Águas" – instrumento legal inspirado no

modelo francês que permite a gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos.

Compete à ANA criar condições técnicas para implementar a Lei das Águas, promover a gestão descentralizada e participativa, em sintonia com os órgãos e entidades que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, implantar os instrumentos de gestão previstos na Lei 9.433/97, dentre eles, a outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos, a cobrança pelo uso da água e a fiscalização desses usos, e ainda, buscar soluções adequadas para dois graves problemas do país: as secas prolongadas (especialmente no Nordeste) e a poluição dos rios.

A Agência é uma autarquia sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, conduzida por uma Diretoria Colegiada.

Sua estrutura organizacional e regimental é constituída por uma Diretoria Colegiada, uma Secretaria-Geral (SGE), uma Procuradoria-Geral (PGE), uma Chefia de Gabinete (GAB), uma Auditoria Interna (AUD), uma Coordenação Geral das Assessorias (CGA) e oito Superintendências.

II.5.3.B.1.2. Âmbito Estadual

SEMA - Secretaria do Meio Ambiente - Governo do Estado da Bahia

A Secretaria do Meio Ambiente possui como principal atribuição a formulação da política ambiental no Estado da Bahia, incluindo o desenvolvimento florestal, objetivando a promoção de um adequado modelo de administração que assegure o desenvolvimento sustentável, em consonância com as diretrizes gerais da política ambiental brasileira.

IMA – Instituto de Meio Ambiente

O Instituto de Meio Ambiente é uma das autarquias da Secretaria do Meio Ambiente SEMA, foi criado pela Lei Estadual 11.050, de 06 de Junho de 2008,

substituindo o Centro de Recursos Ambientais - CRA. O IMA é um órgão executor do Sistema Estadual de Meio Ambiente e atua como polícia ambiental que tanto fiscaliza ações voltadas para o meio ambiente como cria ou altera as normas ambientais, sempre submetidas à aprovação do CEPRAM - Conselho Estadual de Meio Ambiente.

INGÁ – Instituto de Gestão das Águas e do Clima

O **Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ)** foi criado pela Lei Estadual 11.050, de 06 de Junho de 2008, substituindo a Superintendência de Recursos Hídricos (SRH). O INGÁ é uma autarquia da Secretaria do Meio Ambiente do Estado (SEMA) e tem como principal finalidade gerir e executar a Política Estadual de Recursos Hídricos e de Prevenção, Mitigação e Adaptação dos Efeitos das Mudanças Climáticas. Dentre as competências do INGÁ pode-se destacar:

- participação e implementação, de forma integrada e participativa da formulação da Política Estadual de Recursos Hídricos;
- outorgar o direito de uso de recursos hídricos do domínio do Estado e efetuar a cobrança pela utilização das águas superficiais e subterrâneas de quaisquer mananciais e reservatórios sob sua administração;
- implantar, gerir e operar o Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos;
- apoiar a criação, instalação e o funcionamento de organizações de usuários e de organizações civis de recursos hídricos, podendo prestar-lhes assistência técnica, financeira e gerencial;
- pesquisar e monitorar o tempo e o clima, as mudanças climáticas e
- combate à desertificação;
- XXII - efetuar a previsão meteorológica e os monitoramentos hidrológicos, hidrogeológicos, climáticos e hidrometeorológicos;

Capitania dos Portos da Bahia - CPBA

Estão a cargo da Capitania dos Portos todos os aspectos relativos à segurança das embarcações e de navegação. Desse modo, estão dentre suas atribuições o cumprimento das normas que regulam os tráfegos marítimos, fluvial e lacustre; exercer a fiscalização do serviço de praticagem; exercer a fiscalização do tráfego aquaviário (FTA), anteriormente denominada "Polícia Naval" e auxiliar o serviço de salvamento marítimo; dentre outras coisas.

SETUR - Secretaria de Turismo da Bahia

A Secretaria de Turismo foi criada pela lei nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006, e tem como finalidade planejar, coordenar e executar políticas de promoção e fomento ao turismo, conforme o art. 13 da lei que modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, publicada no Diário Oficial do dia 29/12/2006.

A recém criada SETUR abriga na sua estrutura organizacional órgãos da administração direta e da indireta. Na administração direta estão duas importantes superintendências: A de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST e a de Serviços Turísticos - SUSET, além do gabinete do secretário e diretoria geral. Na administração indireta está a Empresa de Turismo da Bahia S/A - Bahiatursa.

BAHIATURSA - Empresa de Turismo da Bahia S/A

A Bahiatursa é uma empresa de economia mista vinculada à Secretaria de Turismo, sendo responsável pela divulgação e promoção turística da Bahia, no Brasil e no exterior.

Atuando de acordo com as políticas públicas do Governo Federal – Plano Nacional do Turismo – e do Governo do Estado, a Bahiatursa exerce um papel fundamental na atração e ampliação do fluxo turístico regional, nacional e internacional; na captação de vôos regulares e charters; e no fortalecimento de

alianças e parcerias com o trade turístico, instituições acadêmicas, ONGs, entidades de fomento e diversos órgãos do poder público.

É também a responsável pela administração e comercialização do Centro de Convenções da Bahia (Salvador), de Ilhéus e Porto Seguro e dos postos de informações turísticas do Pelourinho (SAT), Aeroporto, Rodoviária e Mercado Modelo.

BAHIA PESCA

Criada em 1982, a Bahia Pesca, empresa vinculada à Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia - SEAGRI tem como finalidade fomentar a aqüicultura e a pesca, mediante a implantação de projetos sustentáveis observando a natureza econômica, social, ambiental e cultural, como forma de contribuir para o desenvolvimento do estado da Bahia. A empresa atua na atração de investimentos, desenvolvimento científico, tecnológico, criação de pólos produtores e fortalecimento das cadeias produtivas.

Dentro das atividades para o desenvolvimento do setor produtivo do Estado da Bahia, a pesca e a aqüicultura vêm ganhando cada vez mais espaço, apresentando um excepcional crescimento nos últimos anos em investimentos para o setor, promovendo através da união entre estado, investidores e produtores resultados positivos na geração de emprego e renda.

Nos últimos anos a aqüicultura tem se mostrado uma excelente opção de desenvolvimento sócio-econômico para o Estado, a produção ultrapassa as 18 mil toneladas/ ano, com destaque para o cultivo de camarão marinho, cuja produção no ano de 2005 foi superior a sete mil toneladas/ ano, sendo o terceiro produtor do país. A Bahia Pesca tem escritório regional em Ilhéus, no endereço Praça Visconde de Cairu, s/n - Ed.Carlos Pereira Filho, Prédio da CEPLAC, Térreo, Centro - CEP 45.650-000. Tel/fax: (73) 3231-6968

II.5.3.B.1.3. Âmbito Municipal

Nos municípios da Área de Influência existem secretarias municipais relacionadas às atividades de pesca, turísticas, culturais e de meio ambiente, vinculadas às respectivas Prefeituras. Em alguns casos, estas atividades são exercidas de forma compartilhada, na qual uma secretaria é responsável por mais de uma esfera de atuação. Abaixo são relacionadas às instâncias municipais com interesse potencial nas atividades do empreendimento.

Maragogipe

Prefeitura Municipal de Maragogipe

Praça Conselheiro Antônio Rebouças, s/n

Prefeito: Silvio Santana

Fone: (75) 3526-2956

Ilhéus

Prefeitura Municipal de Ilhéus

Praça J. J. Seabra, s/n Palácio Paranaguá, Centro

Prefeito: Valderico Luiz dos Reis

Fone: 73 2101-6467

Secretaria de Meio Ambiente de Ilhéus

Secretário: Antonio Olympio Rehem da Silva

Secretaria fica localizada na sede da Maramata - Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata, no turno vespertino.

Anexo de Secretarias de Ilhéus

Rua Santos Dumont, 50 Centro.

Fone: 73 2101-6467

Una

Prefeitura Municipal de Una

Praça Doutor Manoel Pereira de Almeida, 14, Centro

Prefeito: Davi Cerqueira dos Santos

Fone: 73 3236-2021

Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Una

Praça Doutor Manoel Pereira de Almeida, 14, Centro

Secretário: Alvino Alves Dias Neto - Telefone: 73 3236-2021



Figura II.5.3.B.1.3-1-Prefeituras Municipais de Una e Ilhéus.

II.5.3.B.2. Setor empresarial

O setor empresarial tem no litoral do Estado da Bahia um palco para o desenvolvimento de atividades diversificadas. É responsável por uma parcela significativa das receitas do Estado, representado por entidades do comércio, da indústria e de serviços. Tem como município mais representativo Ilhéus, contemplando grande variedade de atividades produtivas com destaque para o cacau, a pecuária bovina e o turismo.

O Plano de Diversificação da Lavoura Cacaueira, envolvendo culturas destinadas aos mercados nacionais e internacionais, foi a mais importante tentativa de mitigar os efeitos estruturais da crise verificada nas últimas décadas e

reduzir a dependência dos municípios de Ilhéus e Una com relação à monocultura do cacau mediante a implantação de um sistema de produção orientado para a agroindústria.

Do ponto de vista econômico, a dependência histórica destes municípios em relação à monocultura do cacau e as tentativas sem sucesso de redução dessa dependência condicionaram o desenvolvimento dos outros setores da economia a um patamar muito além do que seria previsível dado o grande volume de capital gerado com a lavoura.

Em meio aos cacauais, distribuem-se outros cultivos permanentes e temporários como banana, citrus, coco-da-baía, cana-de-açúcar e mandioca. Apesar de ocuparem áreas pouco significativas, contribuem, juntamente com a bovinocultura, para a ampliação da renda do produtor.

A partir de 1960, com a adoção de incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento de atividades privadas na Região Nordeste, configura-se o sistema industrial regional, com a criação do distrito industrial de Ilhéus. A produção industrial concentra-se nas áreas de alimentos, madeira, minerais não metálicos e eletroeletrônicos. Como inserção industrial mais recente, o pólo de equipamentos eletrônicos em Ilhéus, para o qual estão sendo atraídas indústrias, principalmente das áreas de informática e tecnologia.

Em Una, o setor de turismo se configura como estratégico, e em Maragogipe, as atividades ligadas aos setores secundários e terciários da economia não se destacam, estando o município em estado de estagnação.

II.5.3.B.2.1. Âmbito Nacional

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Criado em 1942, por iniciativa do empresariado do setor, o SENAI é hoje um dos mais importantes pólos nacionais de geração e difusão de conhecimento aplicado ao desenvolvimento industrial. Parte integrante do Sistema Confederação Nacional da Indústria - CNI e Federações das Indústrias dos estados -, o SENAI apóia 28 áreas industriais por meio da formação de recursos

humanos e da prestação de serviços como assistência ao setor produtivo, serviços de laboratório, pesquisa aplicada e informação tecnológica. Graças à flexibilidade de sua estrutura, o SENAI é o maior complexo de educação profissional da América Latina. Diretamente ligados a um Departamento Nacional, 27 Departamentos Regionais levam seus programas, projetos e atividades a todo o território nacional, oferecendo atendimento adequado às diferentes necessidades locais e contribuindo para o fortalecimento da indústria e o desenvolvimento pleno e sustentável do País.

Rua Edístio Pondé, nº 342 Stiep - CEP: 41770-395 Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3343-1351 Fax: (71) 3343-1346

SESI - Serviço Social da Indústria

Fundado durante o governo Vargas, o Serviço Social da Indústria nasceu juntamente com importantes conquistas para a qualidade de vida do trabalhador, encabeçadas pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

O SESI não é apenas pioneiro, mas um agente de transformação. Por mais de 60 anos, tem se dedicado a atender aos trabalhadores da indústria com o máximo de atenção, zelando pelo seu bem-estar e saúde. Tudo partiu de uma visão simples: as pessoas são a força motriz e razão para as indústrias existirem; o resto é maquinário.

Garantir o exercício da cidadania aos industriários e suas famílias é o desafio do SESI. Para isso, além da estrutura física com centros de atividades, colônias de férias e clubes do trabalhador, a entidade oferece programas como a Ação Global e o Cozinha Brasil. Os trabalhos de promoção da saúde integram a agenda de iniciativas do SESI que motivam o empregado da indústria a ter uma vida mais saudável.

Para complementar o serviço prestado à comunidade industriária, o SESI se propõe a estimular a gestão socialmente responsável nas empresas, contribuindo para a competitividade e o desenvolvimento sustentável do Brasil. Um exemplo dessa linha de atuação é o PSQT – Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho.

Nos últimos 60 anos, o SESI conquistou a confiança de milhares de brasileiros graças a um trabalho ético e transparente, comprometido com a inclusão social. O lazer, a saúde e a educação são os pilares dos investimentos da rede, presente nos 26 estados e no Distrito Federal, somando 2.006 municípios atendidos. Esta estrutura garante presença constante da entidade na vida do trabalhador.

Rua Edístio Pondé, nº 342 Stiep - CEP: 41770-395 Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3343-1301 Fax: (71) 3343-1346

IEL - Instituto Euvaldo Lodi

O IEL faz parte do Sistema Confederação Nacional da Indústria - CNI. Foi criado em 1969 com o objetivo de promover a interação entre a Indústria e a Universidade.

Hoje a entidade ainda mantém o foco nesta interação com os centros de conhecimento, por meio de programas de estágio e bolsas, mas ampliou significativamente suas linhas de atuação voltadas ao desenvolvimento empresarial promovendo a articulação institucional, a promoção de uma cultura empreendedora e a capacitação empresarial, como condições fundamentais para a competitividade das indústrias brasileiras.

Para o desenvolvimento das suas ações, o IEL conta com Núcleos Regionais vinculados às Federações de Indústrias nos estados e Distrito Federal.

O IEL tem como objetivo promover o desenvolvimento da indústria brasileira, por meio da capacitação empresarial, aperfeiçoamento da gestão e suporte à inovação. Com isso, desempenha um papel estratégico no aumento da competitividade da Indústria Brasileira.

O diálogo permanente com o setor empresarial torna o IEL uma das mais importantes entidades brasileiras no suporte ao desenvolvimento da indústria, contribuindo para a superação de gargalos e identificação de oportunidades para as empresas.

ABIH – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis

No âmbito nacional, se destaca o setor de turismo, através da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH, que vem atuando como um órgão técnico consultivo e solução dos problemas do setor. Tem como principal objetivo a defesa dos interesses de ordem jurídica, moral e econômica dos hoteleiros do Brasil, a ABIH consolidou-se no decorrer dos anos como uma confiável fonte de dados e informações. A entidade conta com representações nos diversos estados da Federação. Os dados de contato do escritório central, em Brasília:

Ed. América Office Tower, Brasília, DF/ Cep. 70.711- 905

Tel / fax: 61. 3326 1177.

Email: presidencia@abih.com.br SCN, Quadra 01, Bloco F, Lojas 121 e 125, Térreo,

II.5.3.B.2.2.Âmbito Estadual

FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia

A FIEB tem como principal objetivo promover ações integradas para o crescimento, modernização e melhoria da competitividade da indústria, além da qualidade de vida dos industriários e seus dependentes. Entre essas se destacam a melhoria do atendimento ao industriário, apoio a micro, pequena e média empresa, qualificação dos trabalhadores e a difusão da matriz tecnológica.

A partir de um processo de reestruturação interna, com destaque em um modelo de gestão integrada, o Sistema FIEB passou a atuar como organização que congrega as entidades FIEB, o CIEB, o SESI, o SENAI e o IEL, prestando serviços nos campos de educação e qualificação profissional, saúde e lazer, difusão tecnológica.

Rua Edístio Pondé, nº 342 Stiep - CEP: 41770-395 Salvador - Bahia

Tel.: (71) 3343-1200 Fax: (71) 3343-1282

RETEC/BA – Rede de Tecnologias da Bahia

RETEC/BA é voltada à integração entre oferta e demanda tecnológica, atuando junto aos diversos agentes econômicos, sociais e institucionais, contribuindo nos processos de capacitação e de competitividade de empresas e empreendedores baianos.

A RETEC/BA, ao lado de outras iniciativas do IEL/BA, também promove a articulação dos agentes de fomento e demais mecanismos, públicos e privados, voltados ao desenvolvimento de projetos na área de gestão empresarial, melhoria de produto e/ou processo, capacitação tecnológica dentre outros.

Atuando em um cenário onde a velocidade das mudanças transformou obrigatoriamente o valor da informação, mais do que nunca, o empresariado precisa reunir qualidade e agilidade nas tomadas de decisão, especialmente quando se trata de assuntos tecnológicos. A RETEC/BA vem atendendo empreendedores, micro, pequenos e médios empresários com necessidades de melhorias nos seus processos de gestão, produção e produto, aproximando-os dos provedores de solução (centros tecnológicos, universidades, empresas privadas e consultores independentes) e apoiando-os no alcance de maiores níveis de competitividade.

A concepção dos serviços da Rede de Tecnologia da Bahia - RETEC/BA, criada em setembro de 1998, ocorreu a partir de uma visita de dirigentes regionais do Instituto Euvaldo Lodi – IEL à Universidade de Tecnologia de Compiègne – UTC, na França, e ao Instituto Catalão de Tecnologia – ICT, na cidade de Barcelona, Espanha. A experiência bem sucedida dessas instituições associada à existência em nosso país da Rede de Tecnologia implantada no Rio de Janeiro - REDETEC e do Fórum de Tecnologia da Bahia – FORUMTEC lançou as bases para a criação da rede de tecnologia baiana.

Rua Edístio Pondé, nº 342 Stiep - CEP: 41770-395 Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3343-1214 / Fax: (71) 3341-3906

II.5.3.B.2.3. Âmbito Municipal

ATIL - Associação de Turismo de Ilhéus

A ATIL é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, legalmente constituída, com sede no Edifício Cidade de Ilhéus - Sala 506 – Centro – Ilhéus – BA, e integra todas as empresas ligadas ao turismo na região da Costa do Cacau. A sua finalidade é trabalhar em benefício do desenvolvimento do turismo a fim de estimular a compreensão, harmonia e convivência entre seus associados e estabelecer relações com entidades públicas e privadas ligadas ao turismo que compartilhem com esses mesmos objetivos.

Desta forma, sua força como instituição está diretamente ligada à sua capacidade de unir as empresas envolvidas direta ou indiretamente no turismo (como por exemplo: hotéis, pousadas, restaurantes, bares, agências de viagem, receptivos, empresas de transporte aéreo, rodoviário, cabanas de praia, enfim, todas aquelas que são beneficiadas com o fluxo de turistas) e agregar valores auxiliando a capacitação de funcionários, de empresários, intermediando assessorias jurídicas, trabalhistas, administrativas, de informatização, de marketing e publicidade proporcionando informação e ferramentas a seus associados.

Endereço: Rodovia Ilhéus/Olivença, Km 2½ , Rua “A”, 114, Jardim Paraíso,
Hotel La Dolce Vita - Ilhéus - Bahia - Brasil

Contatos: Tel.: 73 3234-1212

E-mail: contato@atil.tur.br

II.5.3.B.3. Organizações da Sociedade Civil

São enquadradas como Terceiro Setor as instituições com fins públicos, porém de caráter privado, que não se enquadram no Primeiro Setor, formado pelo Estado. São regidas pelo direito privado, mas não possuem objetivos mercantis, também não sendo qualificadas como instituições do Segundo Setor, referentes ao Mercado. Fazem parte do denominado espaço público não estatal.

Qualificam-se como entidades do Terceiro Setor as ONGs, associações, fundações, entidades de assistência social, educação, saúde, esporte, meio ambiente, cultura, ciência e tecnologia, entre outras várias organizações da sociedade civil. As Organizações da Sociedade Civil ou ONG's podem ser diferenciadas de acordo com seu formato, formalização, fim e setor de atuação.

II.5.3.B.3.1. Colônias de Pesca

Nos registros que conhecemos acerca das atividades extrativistas desenvolvidos pelo homem, a pesca encontra-se dentre as primeiras. Desde a fundação das colônias de pescadores, sob a tutela do Estado, no início do século XX, os pescadores artesanais estiveram sob o controle e dominação política de órgãos governamentais. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, os pescadores artesanais conquistaram avanços no que tange aos direitos sociais e políticos, quando as colônias de pescadores, através do artigo 8º foram equiparadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, recebendo a configuração sindical.

As colônias de pesca e associações representam uma forma de associação de pescadores vinculados principalmente à pesca artesanal, que residem nos municípios costeiros. São locais de congregação dos pescadores pertencentes às colônias, onde os mesmos encontram maior facilidade para a estocagem e distribuição do pescado, guarda e manutenção de embarcações, e o contato social com outros associados. Estão descritos no **Quadro II.5.3.B.3.1-1**, e tiveram como fonte o Cadastro Nacional de Pescadores, produzido pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP, 2006). Cabe mencionar que para os municípios de Maragogipe e Ilhéus não foram encontradas associações ligadas às atividades de pesca nas fontes consultadas.

Quadro II.5.3.B.3.1-1 – Colônias de pesca e associações presentes na área de influência do empreendimento.

Municípios	Colônia de Pesca
Maragogipe	<p>Colônia de Pescadores Z- 7 Endereço: Rua Dr Rodrigues Lima, 1, Maragogipe Bairro: Centro Telefone: (75) 3526-1423</p>
Ilhéus	<p>Colônia de Pescadores Z- 19 José Leonardo Oliveira dos Santos Rua Castro Alves, 114 Pontal 45.660- 000 Ilhéus (73)3632-3158 Trabalho</p> <p>Colônia de Pescadores Z- 34 Av.Magalhães nº 350, Malhado 45.660- 000, Ilhéus , Reinaldo Oliveira (José Neguinhos) (73)3633-5220 Trabalho (73)9965-4429 Celular</p>
Una	<p>Associação de Pescadores e Maricultores de Pedras da Una Sr. Adonias Sítio Recanto da Ribeira Distrito de Pedras, Una 45.690- 000 (73) 236-1699 Trabalho</p>

Fonte: SEAP, 2006 / Pesquisa de Campo, 2008

A relação dos grupos de defesa do meio ambiente e ONGs presentes na Área de Influência, levantadas através de dados secundários e campo é apresentada no item II.5.3.C.

II.5.3.B.4. Outros interessados

Universidades e Instituições de Pesquisa

UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz

Teve sua origem nas escolas isoladas criadas no eixo Ilhéus/Itabuna, na década de 60. Em 1972, resultante da iniciativa das lideranças regionais e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), as escolas isoladas (Faculdade de Direito de Ilhéus, Faculdade de Filosofia de Itabuna, e Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna) congregaram-se, formando a Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna - FESPI. Reunidas em Campus, na Rodovia Ilhéus/Itabuna, no município de Ilhéus, pelo Parecer CFE 163/74, os estabelecimentos de ensino foram ganhando maturidade e

competência, criando as condições para pleitear o "status" de Universidade. Mantida, entretanto, por uma fundação de natureza privada, o acesso aos seus cursos tornavam-se particularmente difícil, considerada à realidade regional. Assim, a Federação reorientou-se no sentido de tornar-se uma fundação pública.

Em 1991, depois de muitas lutas, esse grande anseio tornou-se realidade, estadualizando-se a Federação. Em 05 de dezembro de 1991, o então Governador do Estado incorporou a FESPI, escola particular, ao quadro das escolas públicas de 3º grau da Bahia, pela Lei 6.344 de 06/12/91.

Em 1995, a UESC teve seu Quadro de Pessoal aprovado pela Lei nº 6.898, de 18 de agosto de 1995, publicada no Diário Oficial do Estado dos dias 19-20 seguintes, ficando reorganizada sob a forma de Autarquia. Emerge, portanto, UESC, como a mais nova IES, das quatro mantidas pelo Governo da Bahia, fortemente vinculada à sua região, e caminha rapidamente para ocupar a liderança regional.

Pelo fato de estar situada numa região de agropecuária, gradativamente esta Universidade vem se estruturando para afirmar seu papel agro-ecológico, daí dar especial ênfase ao Curso de Agronomia, bem como implementar ações extensionais nessa área. Para tal, volta-se essencialmente para programas de preservação da Mata Atlântica, cuja fauna e flora oferecem rico material de pesquisa. Aqui se encontram ainda espécimes raros, a exemplo do Mico Leão da Cara Dourada, em extinção em todo o Brasil.

Em razão, ainda, de possuir em seu patrimônio três fazendas, que funcionam como estações experimentais, essa vocação agrícola se reforça e se impõe.

No momento, a Universidade Estadual de Santa Cruz investe maciçamente no processo de informatização acadêmica, na melhoria do seu acervo bibliográfico e aprofunda e deflagra um bom número de projetos de pesquisa e atividades extensionais.

Na área extensional, a UESC parte para o importante desafio de atender às demandas da comunidade regional, especialmente neste momento de aguda crise econômica e social, conseqüente das dificuldades sofridas pela monocultura cacaueteira. A instituição tem procurado criar programas interativos com empresários, produtores rurais, associações civis, num esforço conjunto para a

busca de novas alternativas para o desenvolvimento regional e para solução de problemas vitais para a comunidade, a exemplo do trabalho que ora lidera no sentido da recuperação da bacia hidrográfica formada pelos rios Cachoeira, Colônia e Salgado, em torno dos quais vive uma população de cerca de 500 mil habitantes.

No campo essencialmente cultural, participa de programas e projetos de atualização do magistério de 1º e 2º graus, já partindo, decididamente, com a criação de um comitê regional, em convênio com a Fundação Biblioteca Nacional, para a implantação do PROLER. Esse importante programa de porte nacional congregará representantes de toda a área geográfico-cultural influenciada pela UESC.

As ONGs que atuam na região são apresentadas no item seguinte (II.5.3.C – Organização Social).

II.5.3.C. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Os dados apresentados neste tópico foram obtidos a partir do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, 2003 – elaborado pela equipe da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com apoio da Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos (SUINVEST), por solicitação da Secretaria de Cultura e Turismo (SCT) do Governo do Estado da Bahia.

Este item visa à descrição dos aspectos da organização social, identificando grupos cooperativos, movimentos, organizações não governamentais - ONGs, organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs e as associações comunitárias, e as suas respectivas linhas de atuação;

Estas entidades apresentam objetivos diversos, mas estão envolvidos em causas ligadas à conservação ambiental, desenvolvimento sustentável e redução das desigualdades sociais e desenvolvem projetos voltados para o atendimento desses objetivos, com estreita relação com as comunidades onde atuam.

De acordo com a linha de atuação e objetivos das organizações sociais localizadas na Área de Influência do empreendimento, existe o empenho na atuação em tópicos abordados, como a promoção e valorização dos direitos humanos e cidadania, a capacitação do público-alvo das organizações em gestão comunitária e defesa dos interesses sociais e a preservação e conservação ambiental, sendo que o principal interesse dessas entidades está em relacionar e identificar a possível ocorrência de impactos no meio marinho e na zona litoral.

Em levantamentos realizados no ano de 2006, junto ao cadastro de organizações não governamentais do Cadastro Nacional de Entidades Ambientais (CNEA) e Associação Brasileira de ONG's (ABONG) de algumas entidades públicas e privadas, foram identificadas apenas duas entidades representadas a seguir no **Quadro II.5.3.C-1**.

Quadro II.5.3.C-1 – Entidades Ambientalistas cadastradas nos municípios que compõem a Área de Influência do Empreendimento, segundo o CNEA e ABONG.

Município	Organização
Maragogipe	FUNDAÇÃO VOVÓ DO MANGUE Praça. Conselheiro Antonio Rebouças, nº 16 - Centro - CEP: 44.420-000 - Maragogipe-BA (75) 3526-1934 / vdm@vovodomangue.com.br
Ilhéus	ORGANIZAÇÃO PRÓ-DEFESA E ESTUDO DOS MANGUEZAIS DA BAHIA - ORDEM CNPJ: 04.039.740/0001-92 Endereço: Rua Epiácio Pessoa, 91, Alto de São Sebastião, 45650-000 Ilhéus-BA Telefone: (73) 211.4292 / 633.4836 Associados: 46 Data de Fundação: 03/11/1999 E-mail: ordem@nuxnet.com.br

Fonte: CNEA, 2007 / ABONG, 2007

Além das organizações associadas ao CNEA e a ABONG, foram listadas abaixo as organizações sociais associadas que contemplam os municípios da Área de Influência. Verifica-se que a maior parte encontra-se ligada à pesca, porém não foram descritos os dados referentes às colônias, pois as mesmas já se encontram detalhadas no **Item II.5.3.B. Grupos de Interesse**, no presente estudo.

Quadro II.5.3.C-2 - Organizações sociais cadastradas nos municípios que compõem a Área de Influência do Empreendimento.

Município	Organizações
Maragogipe	Assoc. dos Amigos de São Roque do Paraguaçu em Maragogipe Assoc. de Marisqueiros e Pescadores de São Roque do Paraguaçu em Maragogipe
Ilhéus	Associação dos Produtores de Pescados do Pontal – APOIOS Associação dos Armadores de Pesca do Camarão,
Una	Associação de Pescadores e Marisqueiras de Pedras do Una

Organizações não Governamentais atuantes na Área de Influência

Fundação Vovó do Mangue

A fundação Vovó do mangue foi fundada em 1997 e é uma entidade filantrópica beneficente. Desenvolve atividades nas áreas cultural, social e ambiental. A entidade implementou no município de Maragogipe o projeto Viva o Mangue em parceria com a Prefeitura Municipal e uma empresa particular. Este

projeto tem como objetivo a formação de agentes multiplicadores e a recuperação de áreas de manguezais.

IESB - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia

O IESB atua no Corredor Central da Mata Atlântica, com um foco especial no Sul da Bahia.

Os municípios de Ilhéus, Una, Itacaré e Uruçuca hospedam distintos trabalhos de campo da equipe da instituição. Em outras localidades há pesquisas, eventos e parcerias com outras instituições.

O IESB desenvolveu trabalhos de pesquisa e extensão com objetivos centrados no problema de manutenção da viabilidade ecológica da Reserva Biológica de Una, até então considerada a principal área chave para conservação da biodiversidade regional. Estes diagnósticos iniciais tiveram o apoio do WWF - Fundo Mundial para a Natureza, Conservation International e Jersey Wildlife Preservation Trust, tendo sido desenvolvidos em parceria com a UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz.

O IESB esteve envolvido com a criação do Parque Estadual da Serra do Conduru, com a criação e gestão do Ecoparque de Una, com o Programa de Educação Ambiental e Ecoturismo na APA Itacaré-Serra Grande através de parceria com a Bahiatursa e com o CRA - Centro de Recursos Ambientais (atual IMA). Além do desenvolvimento de pesquisas de fauna e flora em toda a região Sul da Bahia, visando à implantação do Corredor de Biodiversidade da Costa do Descobrimento. Assim como com o diagnóstico da região das Serras das Lontras e Javi (áreas também no entorno da Reserva Biológica de Una) e com o Projeto Floresta Viva, um inovador programa de assessoria técnica que inclui um componente de Renda Mínima para agricultores familiares vizinhos ao Parque Estadual da Serra do Conduru.

MARAMATA- Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata

É gerida pelo município de Ilhéus. Além de projetos de educação ambiental, a fundação, em parceria com o consórcio ONG Mama e Universidade Estadual de Santa Cruz, é responsável pelo Centro de Reabilitação de Mamíferos e Museu do Mar e da Capitania.

ECOTUBA – Instituto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sócio-Cultural do Sul da Bahia

O ECOTUBA atua na região de Una e Canavieiras desde setembro de 1996, através de projetos de usos sustentáveis dos recursos naturais e educação ambiental. Desde 1999 formou uma parceria com o Hotel Transamérica – Ilha de Comandatuba, conseguindo um espaço no hotel para exposição e venda de artesanato ecológico; e engajando os colaboradores do hotel em atividades comunitárias como aulas de capoeira, culinária, educação sexual, higiene, etc. (Projeto Trans-Ação). Também realizou um programa de plantio de mudas de árvores nas comunidades locais.

Em 2001 o Projeto Queloniatuba (tartarugas marinhas) oficializou uma parceria com o Projeto TAMAR – IBAMA, obtendo apoio técnico e passando a atuar na área de pesquisa básica. Em 2002 o Projeto Chama-Maré passa a atuar em todo o Município de Canavieiras através do desenvolvimento de um censo das comunidades de coletores de caranguejos e moluscos, que será utilizado na implantação de uma Reserva Extrativista Marinha neste município, iniciada neste mesmo ano.

UNA – Instituto Universidade Livre Ambiental de Una

O instituto atua no município de Una desde novembro de 2000. Tem como objetivo o desenvolvimento da educação ambiental para o fortalecimento das comunidades rurais, com recuperação e conservação dos seus recursos naturais, utilizando práticas agroecológicas de produção.

GRAMA - Grupo de Resistência às Agressões ao Meio Ambiente

Essa organização atua no sul da Bahia desde setembro de 1987, e tem como objetivo proteger o meio ambiente, o patrimônio artístico, turístico e paisagístico.

Conservação Internacional Brasil

A Conservação Internacional é uma ONG internacional que atua através da seleção de áreas para alocação de recursos e esforços em prol da conservação de espécies de fauna ameaçadas de extinção e garantir ecossistemas saudáveis. A partir da seleção, a ONG desenvolve uma série de ações estratégicas voltadas para as especificidades de cada região, usando a iniciativa local para manutenção das mesmas. Na área de influência do estudo, ela possui frentes na região do Corredor Central da Mata Atlântica, agindo junto à Região Cacaueira da Bahia, aos Parques Nacionais do Desenvolvimento e Monte Pascoal, ao Ecoparque de Una.

PANGEA

ONG localizada em Salvador que desenvolve no município de Canavieiras e Una projetos de desenvolvimento ligados à atividade extrativista de populações e comunidades tradicionais, além de ter sido responsável, juntamente com o IBAMA, pela criação da Reserva Extrativista de Recursos Pesqueiros - RESEX Canavieiras. Os trabalhos realizados pelo PANGEA contam com o apoio do Ministério do Meio Ambiente – MMA, através do Fundo Nacional para o Meio Ambiente – FNMA, e são conduzidos com o apoio de organizações locais, em processos participativos.

II.5.3.D. DINÂMICA POPULACIONAL

Na análise sobre a dinâmica populacional dos municípios constantes da Área de Influência do empreendimento, utilizaram-se os dados resultantes do Censo demográfico 2000 e contagem de população 2007 referentes à população residente total, à população urbana e rural e à população feminina e masculina, bem como à densidade demográfica, e principais estatísticas, como taxas de crescimento geométrico anual, percentual de urbanização da população entre outras.

Ressalta-se também a consulta em outras fontes de dados secundários como o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaborado pelo PNUD/Fundação João Pinheiro, DATASUS, Prefeituras Municipais dos municípios da Área de Influência, IPEA, INEP Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI, órgão responsável pela disseminação de informações socioeconômicas no estado da Bahia.

II.5.3.D.1 Contexto Demográfico

Os anos oitenta e noventa, do século XX, incontestavelmente ingressam na história como anos que marcaram mudanças significativas, de grande profundidade, celeridade e extensão no cenário global. Abrangendo três amplos processos – a reestruturação produtiva, a globalização, num sentido amplo, e o avanço neoliberal – impondo e imprimindo a necessidade de adequação por parte das nações, instituições, empresas, e indivíduos de um modo geral, à nova lógica que define novas formas de relacionamento entre as diferentes esferas da vida social. Tais mudanças, definitivamente, empreenderam significativas transformações na dinâmica e na estrutura das populações. Várias cidades – na Bahia, por exemplo: – desde os anos 1970, experimentaram reversões significativas em termo de tendência de crescimento demográfico e da conformação etária de suas populações, paralelamente, com uma intensificação do processo de urbanização, de metropolização e de alterações diversas no âmbito da distribuição espacial de suas respectivas populações. (SEI, 2003. p. 7)

Na Bahia, o ritmo de crescimento demográfico nas últimas décadas ocorreu de forma menos intensa que em momentos anteriores. O período compreendido entre os censos demográficos 1980/1991 e 1991/2000 foram marcados por um processo de declínio acentuado nos ritmos de crescimento populacional passando de uma média de 2,09% a.a, nos anos compreendidos entre 1980-1991, para 1,08% a.a no período 1991-2000. Ainda assim, permaneceu como um dos Estados mais populosos do Brasil, superado apenas por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Essa retração da taxa de crescimento populacional refletiu numa série de transformações na dinâmica sociodemográfica baiana que teve origem nas primeiras décadas do século XX e vêm ao longo dos anos se realizando de forma descontínua.

Nesse sentido, o território baiano revela uma diversidade de características físicas que repercutiram em sua ocupação, desde os tempos da colonização, bem como na definição e distribuição de suas atividades econômicas, que de modo mais ou menos intenso, marcaram as estratégias e o padrão de distribuição da população, implicando dessa forma na coexistência de regiões densamente povoadas e outras com pequeno número de moradores, conforme pode ser observado na **Figura II.5.3.D.1- 1**.

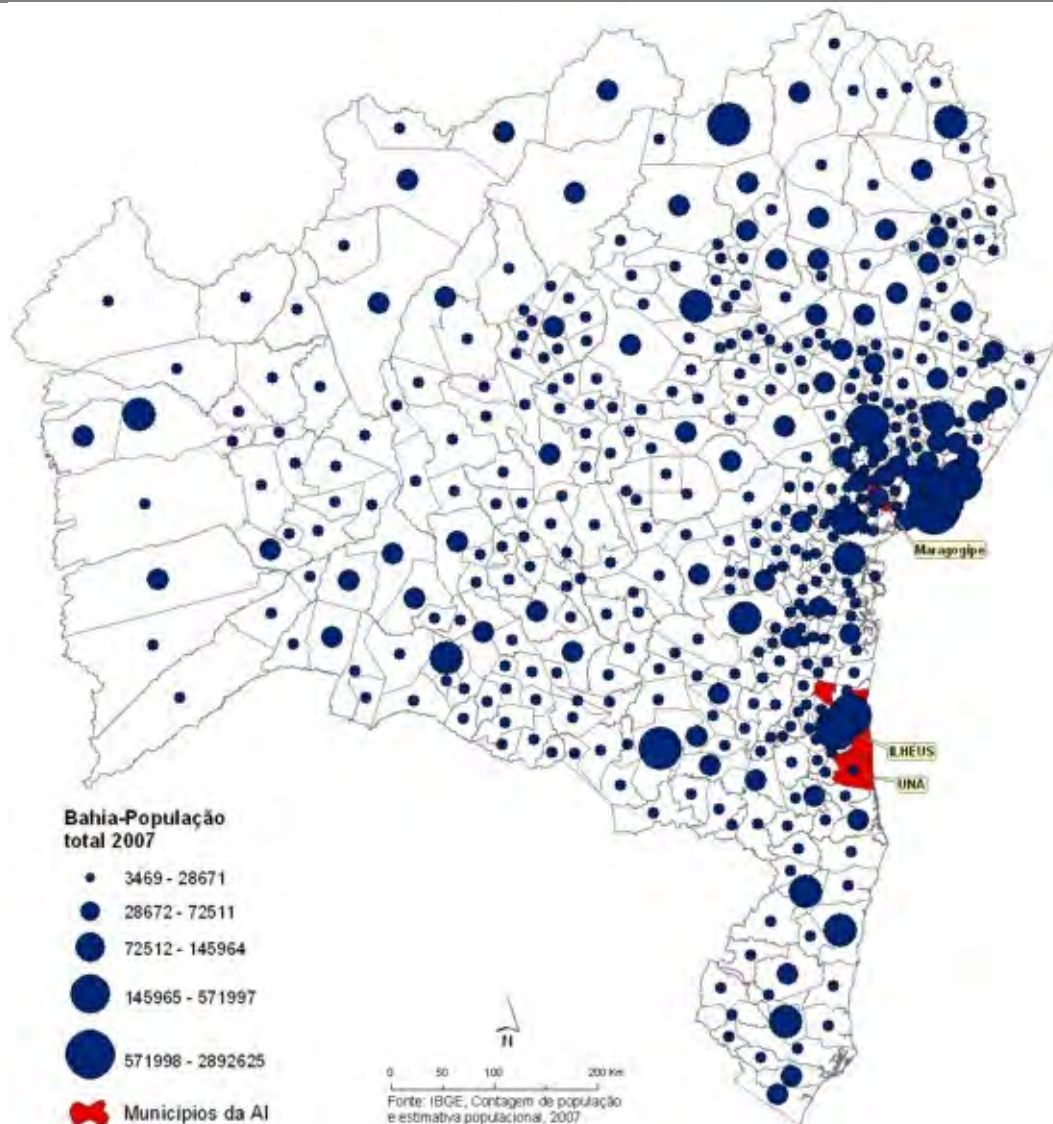


Figura II.5.3.D.1- 1- Distribuição da População no estado da Bahia, 2007.

Ainda hoje, após os resultados da contagem de população 2007, o território baiano continua a apresentar uma descontinuidade populacional, podendo-se encontrar regiões altamente densificadas paradoxalmente a regiões menos densas. Apesar de ter um crescimento absoluto de 7,73% no período de 2000/2007, saltando de 13.070.250 para 14.080.654 habitantes respectivamente e uma densidade demográfica de cerca de 24,93 hab/Km² - (IBGE, 2007) – a Bahia não conseguiu ultrapassar os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro em nível populacional, mantendo o título de 4º Estado mais populoso do Brasil. Ao verificar a figura supracitada, observa-se que há uma maior

concentração populacional na RMS e regiões ligeiramente vizinhas, e ao longo do litoral sul do estado - nas Regiões de Valença, Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro -. Já nas áreas mediterrâneas, pontuam-se algumas regiões e/ou municípios que se destacam em nível populacional, como as microrregiões de Vitória da Conquista, Brumado, Jequié, Guanambi, Barreiras, Jacobina, e Juazeiro.

Aspectos Demográficos

Da perspectiva demográfica, há - dentre os três municípios que compõem a Área de Influência do empreendimento - uma significativa disparidade a nível populacional. Conforme observado na **Tabela II.5.3.D.1-1**, nota-se o caso do município de Una como unidade territorial de menor incremento populacional na AI, perfazendo apenas 8,7% da população sobre o total da AI, com uma população de aproximadamente 24.938 hab., seguido de Maragogipe com um percentual de 14,65% da população da AI e população total de 42.079 habitantes. Por outro lado, o município de Ilhéus encabeça a lista como município de maior porte, tendo uma população de aproximadamente 220.144hab., representando cerca de 76,66% da população da AI.

Com uma área aproximada de 3.436 km² e uma densidade demográfica em torno de 83,57 habitantes por quilometro quadrado, os municípios que compõem a AI somavam em 2007, conforme apontado pela contagem populacional, cerca de 287,161 habitantes.(**Tabela II.5.3.D.1- 1**)

Tabela II.5.3.D.1- 1 -Características demográficas da AI.

Município	População, 2007	% pop. sobre o total da AI	Área (km ²)	Densidade Demográfica Hab/km ²
Ilhéus	220.144	76,66	1.841	119,58
Maragogipe	42.079	14,65	436	96,51
Una	24.938	8,7	1.159	21,52

Fonte: IBGE, 2007.

Taxas de Urbanização na AI

O processo de incremento populacional ao qual se deu na Bahia nos últimos anos acompanhou a tendência ocorrida em todo o Brasil, que foi a concentração de parcela significativa da população em áreas urbanas das cidades, fato que contribuiu para aumentar ainda mais as taxas de urbanização dos núcleos urbanos em todo o estado.

Segundo o IBGE, a taxa de urbanização é medida através da proporção da população que vive em áreas urbanas em relação ao total da população de um dado município e/ou região. Nesse sentido, nota-se que no período compreendido entre os anos de 1991 e 2000, ocorreu uma expansão urbana expressiva nos municípios da área de influência, considerando que a taxa de urbanização da AI aumentou 34,33 pontos percentuais entre o período supracitado, saltando de 139,72% em 1991 para 174,05 em 2000.

Ao observar a **Tabela II.5.3.D.1-2** nota-se que no ano 2000, mais da metade dos habitantes da AI residem nas áreas urbanas dos municípios que a compõem com cerca de 287,161 habitantes. Antagonicamente, verifica-se o caso do município de Una que no período de 1991-2000 aumentou de forma exorbitante suas taxas de urbanização, (mais que o dobro) saído de 22,51% para 48,86%. O município da AI com a maior taxa de urbanização no ano de 2000 é Ilhéus com 74,58%.

Tabela II.5.3.D.1-2 – Taxa de urbanização 1991/2000 da AI.

Município	População 1991			População 2000		
	Total	Urbana	Taxa Urb.	Total	Urbana	Taxa Urb.
Ilhéus	223.750	144.232	64,46	222.127	162.125	72,99
Maragogipe	38.811	20.472	52,75	40.314	21.043	52,20
Una	23.757	5.347	22,51	31.261	15.274	48,86
AI Total	286.318	170.051	139,72	293.702	198.442	174,05

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1991 e 2000

Obs.: não foram divulgados os resultados da contagem de população 2007 por área urbana e rural, em função disso, a tabela acima apresentam os resultados do ultimo censo.

Crescimento Populacional

O comportamento demográfico dos municípios da AI é de certo modo homogêneo, com população variando entre 42.000 e 24.000 habitantes nos municípios de Maragogipe e Una respectivamente, destacando-se o município de Ilhéus que destoa dos outros dois municípios da AI, com um contingente populacional em torno de 220.144 habitantes.

Cabe ressaltar, que de acordo com a contagem populacional realizada pelo IBGE no ano de 2007, e comparando-a com os dados do último censo demográfico realizado no ano de 2000, apontou um decréscimo populacional de - 2,20% no período 2000/2007 na área de influência do empreendimento. No entanto, ao observar a **Tabela II.5.3.D.1-3**, nota-se que a situação variou entre os municípios, havendo oscilações em termos populacionais, com os municípios de Una e Ilhéus apresentando decréscimo absoluto da população de -0,90% e - 25,35% respectivamente. Ao contrário de Maragogipe, que apresentou um acréscimo de 1,16% no mesmo período.

Tabela II.5.3.D.1-3 – Crescimento populacional dos municípios da AI no período 2000/2007.

População Total			
Municípios	2000	2007	Crescimento absoluto (%)
Ilhéus	222.127	220.144	-0,90
Maragogipe	40.314	42.079	1,16
Una	31.261	24.938	-25,35
Total	295.702	289.168	-2,20

Fonte: IBGE, 2000, 2007

Distribuição da População por Sexo

Em relação à distribuição entre homens e mulheres nos municípios que compõem a AI, não foram notadas grandes variações em termos percentuais. Contudo, observa-se que há um pequeno predomínio de homens, variando em média de 49% a 53% de homens entre os municípios da AI, a exceção do município de Ilhéus que apresenta uma maior percentagem de mulheres com 50,3% (**Tabela II.5.3.D.1- 4**).

Via-de-regra, a distribuição da população segundo sexo é uma indicativa do mercado de trabalho. Normalmente, municípios – do interior do estado – com uma população masculina superior a população feminina, indica que são municípios que abrem seu mercado de trabalho à mão-de-obra masculina, seja no setor industrial ou agropecuário. A maior concentração da população masculina em quase a totalidade dos municípios da AI – com exceção somente de Ilhéus - comprova a tendência do mercado de trabalho regional.

Tabela II.5.3.D.1-4 - Distribuição da população por sexo.

Município	População 2000			%	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Ilhéus	222.127	110.445	111.682	49,7	50,3
Maragogipe	40.314	20.284	20.030	50,3	49,7
Una	31.261	16.597	14.664	53,1	46,9

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000

II.5.3.E. FLUXOS MIGRATÓRIOS

Nas primeiras décadas do séc. XX, a Bahia presenciou movimentos intensos de emigração de pessoas para outras Unidades da Federação. Calcula-se que nas décadas entre 1940/80, mais de um milhão e meio de pessoas deixaram o estado para residir em outras cidades brasileiras em busca de trabalho. Notou-se também, que o fluxo migratório ocorreu ao longo das últimas décadas, sendo, no entanto, a região sudeste é a maior receptora dos emigrantes baianos, sobretudo a cidade de São Paulo.

Assim, desde os anos 1930, a Bahia vem se caracterizando como emissora de população para outras Unidades da Federação, apresentando expressivos volumes de emigrantes, fato que contribuiu para aumentar consideravelmente o saldo migratório negativo do estado.

Mesmo com a saída de um grande contingente populacional do Estado no início do séc. XX para outras regiões do país, a partir dos anos 1970 ocorreu um processo inverso – a Bahia passou a receber grandes contingente imigratório, constituída tanto de pessoas naturais da Bahia como de pessoas naturais de outros estados brasileiros - Um dado notável é que, em 1980, foram recenseadas 480 mil pessoas não naturais do Estado, ou seja, 5% da população residente naquele ano (MURICY. 2003). A principal origem dos imigrantes na Bahia era do próprio nordeste, destacando-se os naturais do estado de Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Alagoas e Ceará. Os migrantes que chegam ao Estado se distribuem de maneira desigual pelas Regiões Econômicas da Bahia sendo que, em 1995-2000, concentraram-se, sobretudo, nas Regiões Metropolitanas (cerca de 46 mil pessoas ou 18,4% do total), Extremo Sul (32 mil ou 12,7%) e Nordeste (27 mil ou 10,7%).

A significativa chegada de pessoas nas Regiões Metropolitana, Extremo Sul e Litoral Sul estão diretamente associadas, muito provavelmente, aos investimentos industriais, na primeira; e aos investimentos realizados no complexo de papel e celulose, assim como os do turismo na segunda (SEI, 2004) (**Tabela II.5.3.E - 1**).

Tabela II.5.3.E – 1 - Distribuição de imigrantes e emigrantes interestaduais, com 5 anos e mais, da Bahia segundo Regiões Econômicas Bahia, 1986-1991 e 1995-2000.

Regiões Econômicas	Imigrantes				Emigrantes			
	1986-1991		1995-2000		1986-1991		1995-2000	
	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%
Metropolitana de Salvador	40.299	21,6	46.511	18,4	58.522	12,5	61.402	11,9
Litoral Norte	6.646	3,6	6.909	2,7	9.241	2,0	11.230	2,2
Recôncavo Sul	3.382	1,8	4.997	2,0	9.176	2,0	14.615	2,8
Litoral Sul	11.277	6,0	19.689	7,8	52.330	11,2	73.886	14,3
Extremo Sul	23.960	12,8	32.195	12,7	39.245	8,4	42.017	8,1
Nordeste	20.510	11,0	27.123	10,7	36.070	7,7	41.810	8,1
Paraguaçu	12.207	6,5	13.734	5,4	29.686	6,3	36.695	7,1
Sudoeste	12.886	6,9	24.367	9,6	48.637	10,4	48.181	9,3
Baixo Médio S. Francisco	15.230	8,2	17.768	7,0	19.529	4,2	20.986	4,1
Piemonte da Diamantina	6.171	3,3	11.746	4,6	19.656	4,2	22.752	4,4
Irecê	7.492	4,0	8.654	3,4	16.457	3,5	19.066	3,7
Chapada Diamantina	5.082	2,7	7.150	2,8	15.825	3,4	18.924	3,7
Serra Geral	5.402	2,9	10.085	4,0	24.882	5,3	25.913	5,0
Médio São Francisco	4.165	2,2	6.669	2,6	17.108	3,6	18.443	3,6
Oeste	12.049	6,5	15.642	6,2	31.200	6,7	31.774	6,1
Origem indefinida*	-	-	-	-	41.526	8,9	30.342	5,9
Total	186.756	100,0	253.238	100,0	469.091	100,0	518.036	100,0

Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais / SEI, 2004.

* Emigrantes que não declararam o município de origem.

II.5.3.E.2. Migração Sazonal

A migração entre cidades ou municípios das regiões metropolitanas em geral ocorre em razão da busca de emprego e de melhor qualidade de vida. Outra forma de migração recorrente na área de estudo é a sazonal. Esse tipo de migração é protagonizado por pessoas que chegam a AI em busca de trabalho temporário na agricultura. Neste tipo de migração, o trabalhador de um modo geral se desloca deixando a família no local de origem e retorna ao fim da temporada e/ou colheita. Municípios agropecuários, industriais, ou que tenham suas economias baseadas na prestação de serviços, principalmente turísticos, têm esse tipo de característica migratória.

II.5.3.E.3. Causas da Migração

Uma das principais causas dos movimentos migratórios na região em estudo segue as tendências do país como um todo, que é a busca por uma melhor oferta de trabalho e conseqüente melhoria na qualidade de vida.

A partir da década 1930, as migrações internas se deram em duas vertentes: para fronteiras agrícolas e para o sudeste do país, tendo como a principal receptora do fluxo migratório a cidade de São Paulo, pois a promessa de emprego no ramo da metalurgia era crescente á época. Nos municípios da área de influência indireta do empreendimento, foi a economia cacauera a principal responsável pela atração/expulsão de imigrantes para municípios em questão.

Esse forte sistema de migração para as áreas urbanas, principalmente do sudeste tem, progressivamente, afetando a qualidade de vida urbana na cidade, com o aumento da violência, diminuição da oferta de emprego, poluição e condições precárias de saneamento.

Aqui no Brasil, a cultura do cacau tem sua gênese na região amazônica, sendo introduzido na Bahia, somente no século XVIII, no município de Canavieiras, com a plantação das primeiras variedades do tipo forasteiro. No entanto, é importante ressaltar que até meados dos anos 1890 o cultivo do cacau, no estado, era irrelevante geograficamente, pois a atividade econômica predominante era a cana-de-açúcar em função do elevado preço desse produto no mercado, atraindo, à época, o capital agrícola para essa atividade, especialmente no Nordeste brasileiro. Porém, no final do século XIX, com a crise da atividade açucareira no Nordeste, o capital migra para o sul da Bahia, em função das condições edafoclimáticas favoráveis, estimulando assim a rápida expansão dos cacauais nessa região. Tal fato faz com que, em 1890, a produção estadual atinja 3.503 toneladas, e o Brasil passe a ocupar lugar de destaque na exportação (MARINHO, 2001).

Já a segunda metade do século XX é marcada por crescimento acelerado da atividade na região sul baiana em função de um cenário nacional e internacional favorável. Assim, os elevados preços alcançados na década de 1970, quando atingem o patamar de US\$ 3.633/toneladas (1976/77), geram considerável crescimento das receitas dos países produtores, inclusive do Brasil. Nessa época, a participação da cacauicultura no PIB baiano era bastante significativa gerando, em conseqüência, uma grande dependência da economia da Bahia em relação à sua produção. A queda vertiginosa do preço do cacau no mercado internacional e

a perda da competitividade do cacau produzido na Bahia nos últimos 20 anos fez com que se instalasse uma crise sem precedentes na Região Litoral Sul da Bahia.

Antes da crise cacaeira, o cacau foi denominado de cultura de “ouro”, atraindo para a região sul da Bahia grandes contingentes de trabalhadores para as lavouras de cacau, trouxe também o investimento de capital nacional e multinacional para a região, especialmente para o setor de processamento de amêndoas. Devido a essa lucratividade, o Governo brasileiro incentivou o aumento da produtividade da lavoura através da concessão de linhas de crédito e assistência técnica.

No entanto, a atividade cacaeira baiana, sofre importante revés ao final da década de 1980, com uma crise de natureza conjuntural e estrutural de proporções alarmantes que se alastrou por toda a região cacaeira, decorrente do desaparecimento do capital, enxugamento dos postos de trabalho entre outros relevantes impactos regionais.

Corroborar-se com Menezes e Carmo-Neto (1993), quando afirmam que os aspectos de natureza conjuntural foram a infeliz coincidência de vários fatores adversos, como quedas sucessivas da produção decorrentes de irregularidades climáticas ocorridas entre 1987 e 1993, que coincide com período de excedentes mundiais de produção, níveis elevados de estoques, condicionando longa permanência de baixos preços praticados no mercado mundial, entre outros fatores. Quanto à crise de natureza estrutural, aqueles autores associam o modelo primário exportador da monocultura do cacau aos condicionamentos culturais do cacauicultor especialmente a resistência dos produtores em diversificar seus cultivos.

Foi com o advento da “vassoura-de-bruxa” que a crise na cacauicultura atingiu seu auge no Litoral Sul da Bahia dizimando praticamente todas as suas áreas de produção de forma vertiginosa. Do ponto de vista econômico, a dependência histórica da região em relação à monocultura do cacau, as tentativas sem sucesso de redução dessa dependência e a concentração da economia no eixo Ilhéus-Itabuna, condicionaram o desenvolvimento dos outros setores da economia da região em um patamar muito aquém do que seria previsível dado o grande volume de capital gerado com a lavoura.

Destarte, a crise na atividade cacaujeira ocasionou mudanças significativas na paisagem agrária e na dinâmica populacional e econômica da região, com o aparecimento de novas formas de organização do trabalho, inovações tecnológicas, diversificação produtiva e significativas alterações na comercialização e no mercado do cacau.



II.5.3.F. INFRA-ESTRUTURA

Este item busca descrever questões relevantes sobre a infra-estrutura pública e privada referente aos sistemas de saúde, transporte, comunicação, energia elétrica, captação e abastecimento de água potável, segurança pública, meio ambiente e saneamento na área de influência do empreendimento.

As informações descritas no item que se segue tiveram como fontes de consulta, o Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste - PRODETUR NE II realizado em 2003, da Empresa Baiana de Águas e Saneamento – EMBASA, Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, Departamento de Infra-estrutura de Transportes da Bahia – DERBA e Instituto do Meio Ambiente - IMA. A pesquisa de campo realizada em Janeiro de 2008 foi de fundamental importância para atualização e complementação dos dados.

Também foram utilizados dados estatísticos levantados pelo IBGE, na pesquisa nacional do Censo publicada entre o período de 2000 a 2007.

II.5.3.F.1. Saúde

Estabelecimentos de Saúde

Segundo o Anuário Estatístico de Saúde no Brasil, o indicador de estabelecimentos de saúde aponta o “número de estabelecimentos que prestam serviços de saúde com um mínimo de técnica apropriada, segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde, para atendimento rotineiro à população, tais como: postos de saúde, centros de saúde, prontos-socorros, hospitais, unidades de complementação diagnóstica e terapêutica”.

Os estabelecimentos de saúde são classificados/caracterizados em três categorias, a saber:

1) com internação – quando possui um conjunto de elementos destinados à acomodação de pacientes internados para permanência por um período mínimo de 24 horas com acompanhamento médico;

2) sem internação – quando possui um conjunto de elementos que permite o atendimento de pessoas em regime de não-internação, como o atendimento ambulatorial ou de emergência/urgência, e por fim;

3) apoio à diagnose e terapia – quando realiza atividades que auxiliam a determinação do diagnóstico e/ou complementam o tratamento e a reabilitação de doentes (clínica radiológica, serviços de hemodiálise, etc.), tendo como responsável um profissional de nível superior.

Quadro II.5.3.F.1.- 1- Estabelecimentos de Saúde.

Município	Com internação	Sem internação	Serviços de diagnose e terapia	Total
Ilhéus	6	57	12	75
Maragogipe	1	6	1	8
Una	1	4	-	5

Fonte: IBGE, 2002

Nota-se, no **Quadro II.5.3.F.1-1**, que a área de influência do estudo, no período citado encontrava-se equipada com 8 estabelecimentos com serviço de internação, 67 sem serviço de internação, 13 estabelecimentos para diagnose e terapia. O município de Ilhéus, por ser o núcleo polarizador da região (acaba por receber a demanda de atendimento de saúde dos demais municípios da AI), apresentou-se como o município mais bem equipado para atendimento aos serviços de saúde, contendo, em 2002, um total de 75 estabelecimentos. Porém é possível notar que esses leitos ainda são insuficientes para o atendimento eficiente para uma população estimada de 287.161 habitantes, incluindo os habitantes de Ilhéus e demais municípios da AI, fazendo com os pacientes mais graves e de maior urgência sejam transferidos para outras unidades de saúde no município de Salvador e/ou municípios vizinhos. (**Figura II.5.3.F.1-1**).



Figura II.5.3.F.1-1 - Posto de atendimento e Centro de Saúde no município de Una.

Leitos Hospitalares

Um dos indicadores da capacidade do município absorver a demanda por serviços hospitalares é o número de leitos hospitalares por mil habitantes, citado neste item.

A média de leitos hospitalares por mil habitantes na área de influência sob estudo foi 2,8 e o município que apresentou maior número de leito por mil habitantes foi Ilhéus com 3,0 como mostra o **Quadro II.5.3.F.1-2**, seguido do município de Una com 1,8 leitos para cada mil habitantes. Já o município de Maragogipe apresenta uma situação bem mais precária em relação aos demais municípios da AI, visto que, além de possuir um menor número leitos por habitantes (0,7) não tem atendimento pelo sistema único de saúde – SUS.

Quadro II.5.3.F.1-2 - Leitos hospitalares.

Municípios	Qtd. Leitos (Und)		População 2000	N ^{os} leitos/1.000 hab.
	Existentes	SUS		
Ilhéus	727	673	222.127	3,0
Maragogipe	30	-	40.314	0,7
Una	55	55	31.261	1,8

Fonte: IBGE/SESAB-DICS, 2004

Mortalidade

Conforme indicado pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10) foram considerados para esse estudo, por haverem apresentado os maiores números de óbitos, segundo dados de 2003: I – Algumas doenças infecciosas parasitárias; II – Neoplasias; III – Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas; IX – Doenças do aparelho circulatório; X – Doenças do aparelho respiratório; XI – Doenças do aparelho digestivo; XVI – Algumas afecções originadas no período perinatal; e XX – Causas externas.

No ano de 2002, a maior causa de mortes na área de influência foram doenças do aparelho circulatório, que corresponderam a 20,5% dos óbitos, segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde. A segunda maior causa dos óbitos nessa região foram causas externas, que incluem acidentes de transporte, suicídios, homicídios - definidos como lesões infligidas por outra pessoa, empregando qualquer meio, com intenção de matar, inclusive as intervenções legais - e causas de intenção indeterminada, como se pode observar no **Quadro II.5.3.F.1-3**.

Quadro II.5.3.F.1 –3 - Mortalidade.

Município	Cap. 1 – Infecciosas e parasitárias	Cap. 2 -Neoplasias	Cap. 4 - Endócrinas/nutricionais	Cap. 9 – Aparelho circulatório	Cap. 10 – Aparelho respiratório	Cap. 11 – Aparelho digestivo	Cap. 16 – Período perinatal	Cap. 18 - Sintomas e sinais anormais	Cap. 20 – Causas externas	Total
Ilhéus	53	116	74	256	61	51	55	279	145	1.165
Maragogipe	11	16	-	26	8	-	8	-	10	79
Una	5	5	7	8	3	4	11	53	12	113

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, 2003

II.5.3.F.2. Saneamento Básico

Segundo o Manual de Saneamento publicado pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA considera-se como saneamento ambiental:

O conjunto de ações socioeconômicas que têm por objetivo alcançar níveis de salubridade ambiental, por meio de abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária de uso do solo, drenagem urbana, controle de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas, com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural (FUNASA, 2004. p. 12).

Ainda segundo a FUNASA, a salubridade ambiental é considerada como:

O estado de saúde em que vive a população urbana e rural, tanto no que se refere a sua capacidade de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de endemias ou epidemias veiculadas pelo meio ambiente, como no tocante ao seu potencial de promover o aperfeiçoamento de condições mesológicas favoráveis ao pleno gozo de saúde e bem estar (FUNASA, 2004. p. 13).

No quesito abastecimento de água, percebe-se uma variação entre os municípios que compõem a AI, haja vista, a existência de grande quantidade de domicílios com baixos percentuais de abastecimento de água adequado. Em Ilhéus, – município com maior número de habitantes - foram encontrados no ultimo censo demográfico, apenas 57,3% dos domicílios ligados a rede geral de água. No caso de Una, essa situação ainda é mais preocupante, visto mais de 70% dos domicílios daquela cidade encontram-se às margens das políticas de abastecimento de água.

Esta situação não é diferente nos demais itens de saneamento básico, em Ilhéus apenas 58% dos domicílios estão ligados a rede geral de esgotamento sanitário. Contudo, nota-se uma mudança de tendência na questão da coleta de lixo. De um modo geral, nos municípios que compõem a AI, mais de 60% dos domicílios dão destino final ao lixo de forma adequada – conforme indicado no

Quadro II.5.3.F.2-1.

Quadro II.5.3.F.2-1 - Percentuais de domicílios com saneamento básico adequado.

Município	Domicílios	Abastecimento de água adequado (%) ⁽¹⁾	Esgotamento Sanitário adequado (%) ⁽²⁾	Destino do lixo adequado (%) ⁽³⁾
Ilhéus	54.031	57,3	58,0	80,9
Maragogipe*	9.711	-	-	-
Una	7.424	30,6	23,5	62,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

(1) Abastecimento de água adequado = abastecimento de água por rede geral e com canalização interna (domicílios urbanos) + abastecimento

(2) Esgotamento sanitário adequado = esgotamento por rede geral ou pluvial ou fossa séptica (domicílios urbanos e rurais)

(3) Destino do lixo adequado = lixo coletado (domicílios urbanos) + lixo coletado, queimado ou enterrado (domicílios rurais)

*domicílios com menos de 20.000 habitantes na sede no ano 2000 foram agrupados.

II.5.3.F.3. Transportes

O Departamento de Infra-estrutura de Transportes da Bahia–DERBA, autarquia vinculada à Secretaria de Infra-Estrutura, é responsável pelo sistema de transportes no Estado da Bahia.

O órgão é responsável pela construção, manutenção e supervisão de estradas, e terminais rodoviários e marítimos, além de alguns aeroportos regionais. Sua estrutura é composta por uma sede em Salvador e cinco diretorias regionais, além de vinte e cinco unidades operacionais distribuídas pelo estado (PRODETUR, 2003).

Em 2007, constavam no cadastro de registro de veículos do DETRAN/BA cerca de 13.897 veículos registrados na área de influência do empreendimento, dentre automóveis, caminhão, caminhonetas, micro-ônibus, ônibus e motos. Só o município de Ilhéus era responsável por 84,33% da frota de veículos da AI, respondendo pela concentração de 60,72% dos automóveis, 37,33% da frota de caminhões, 47,86% das caminhonetas, 36,21% das motos e 67,27% da frota de ônibus da área de influência do BM-J-1. Já os demais municípios, a distribuição dos meios de transportes se davam de forma equitativa, ganhando destaque apenas para a frota de moto dos municípios de Maragogipe com 43,59% e Una com 30,24% **Tabela II.5.3.F.3-1.**

Tabela II.5.3.F.3 - 1 – Característica dos Veículos de transporte da Área de Influência do empreendimento.

Município	Tipo de Veículo/Qtd.														Total/munc	%
	Automóvel	%	Caminhão	%	Camioneta	%	Micro ônibus	%	Moto	%	Ônibus	%	Outros	%		
Ilhéus	8.933	90,14	470	77,69	1.198	91,52	97	85,09	302	26,17	249	89,89	471	89,20	11.720	84,33
Maragogipe	716	7,23	99	16,36	46	3,51	14	12,28	503	43,59	16	5,78	28	5,30	1.422	10,23
Una	261	2,63	36	5,95	65	4,97	3	2,63	349	30,24	12	4,33	29	5,49	755	5,43
total	9.910	100,00	605	100	1.309	100	114	100	1.154	100	277	100	528	100	13.897	100

Fonte: IBGE/DETRAN, 2007

Sistema Rodoviário

O sistema de transporte baiano está concentrado em quase sua totalidade nas rodovias, tendo a cidade de Feira de Santana como principal eixo polarizador do estado. As principais rodovias do sistema rodoviário baiano têm a BR-324 como um dos principais eixos que cortam o estado, pois é a principal via de acesso à capital, tornando-se um elo entre Salvador e os alguns municípios baianos, como Amélia Rodrigues, Feira de Santana, dentre outros; a BR-101, que corta o estado no sentido norte/sul com traçado paralelo ao litoral; a BR-116 que liga a metrópole ao sudoeste, bem como outras rodovias estaduais e federais que atendem ao tráfego de longa distância ou atendem as sedes dos municípios fazendo parte de um sistema combinado que se complementam, a exemplo da BR-110, BR-415, BR-407, BA-099 e BA-001 ver **Figura II.5.3.F.3-1**.

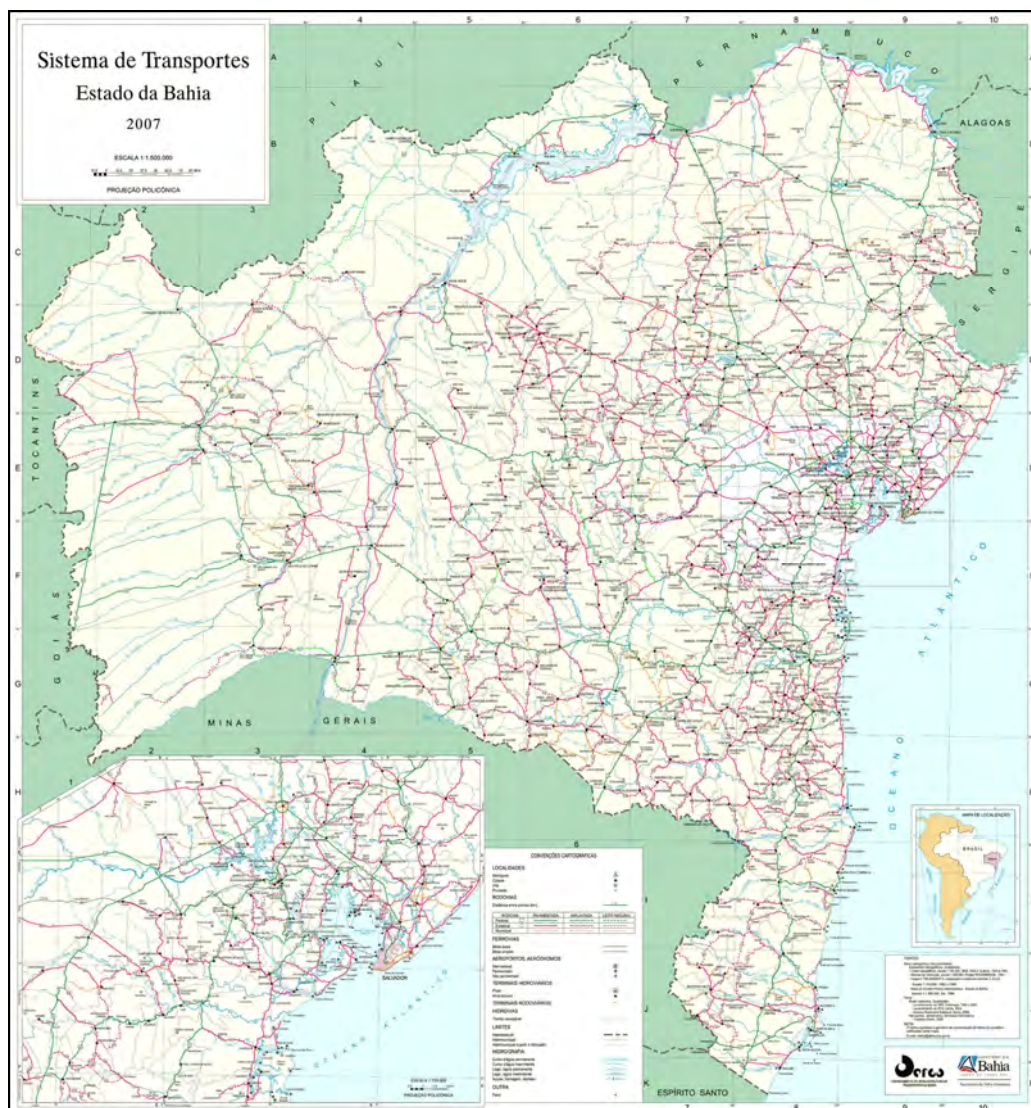


Figura II.5.3.F.3-1 - Mapa rodoviário do estado da Bahia.

O acesso rodoviário a área em estudo se dá através da BR-101, que margeia todo o Litoral Sul baiano, ou via Ferryboat pela BA 001. A referida BR é também denominada de translitorânea. Seu ponto inicial está localizado na cidade de Touros (RN), e o final em São José do Norte (RS). A BR-101 atravessa os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. 7

O **Quadro II. 5.3.F.3-2** identifica as principais rodovias de acesso aos municípios que compõem a AI e suas condições de uso.

Quadro II. 5.3.F.3-2- Principais rodovias de acesso aos municípios que fazem parte da AI da atividade.

Municípios	Principais rodovias de acesso	Condições
Ilhéus	BR-101, BA-260; BA-001; BA-415	Asfalto, pista simples, sinalização adequada.
Maragogipe	BR – 324; BA-242; BA –420; BA-001;	Asfalto, simples, sinalização adequada.
Una	BR-101, BA-001	Asfalto, pista simples, sinalização adequada.

Fonte: PRODETUR, 2003 / Pesquisa de Campo, 2008

Sistema Aeroviário

O sistema de transporte aeroviário da Bahia conta atualmente com vários aeroportos e aeródromos, sendo o Aeroporto Internacional de Salvador Deputado Luís Eduardo Magalhães, o sexto aeroporto mais movimentado do Brasil e o primeiro do nordeste, respondendo por mais de 30% do movimento de passageiros desta região do país (INFRAERO, 2008). Outros aeroportos de menor porte encontram-se operando nas principais cidades do interior baiano, tais como: o Aeroporto de Barreiras; Aeroporto João Durval Carneiro, em Feira de Santana; Aeroporto Jorge Amado, em Ilhéus; Aeroporto Horácio de Mattos, em Lençóis; Aeroporto de Paulo Afonso, Aeroporto de Porto Seguro; Aeroporto Pedro Otacílio Figueiredo, em Vitória da Conquista; Aeroporto de Valença; e Aeroporto de Caravelas.

A área de interesse do presente estudo conta com o aeroporto de Ilhéus que comporta vôos nacionais, além de aeródromos em algumas localidades. São disponibilizados vôos diários para São Paulo e Salvador operados pelas Companhias Aéreas TAM e GOL, nos finais de semana a Companhia Webjet opera em Ilhéus com destinos para as cidades de Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Porto Seguro, Rio de Janeiro, Cuiabá, Porto Alegre, Recife e Curitiba (WEBJET, 2008 *acessado em 01/09/2008*).

O quadro abaixo (**Quadro II.5.3.F.3-3**) apresenta os aeroportos e aeródromos existentes na AI.

Quadro II.5.3.F.3-3 - Aeroportos e Aeródromos da AI.

Localidade	Dimensão (m)	Piso	Alcance
Ilhéus	1300x30	pavimento	Nacional
Maragogipe	-	-	-
Una	800x20	solo	Regional
Una (Comandatuba)	1840x30	pavimento	Nacional

Fonte: DERBA, 2002

O Aeroporto Transamérica Comandatuba, situado em Una, opera atendendo principalmente o fluxo gerado pelo Resort instalado na Ilha de Comandatuba através de vôos fretados em pequenas aeronaves e por meio de rotas nacionais comerciais realizados pela companhia TAM Linhas Aéreas (em regime de escala no local). O referido aeroporto possui um pequeno terminal de passagens com diversos serviços para atendimento aos passageiros que transitam no local.

O Aeroporto de Ilhéus é administrado da INFRAERO desde 1981, opera com cerca de onze vôos diários e é a principal porta de entrada para turistas que visitam o litoral sul baiano. Em 2002, cerca de 230 mil passageiros desembarcaram na região através do Aeroporto de Ilhéus. Em 2004, houve uma pequena queda no transito de passageiros no referido aeroporto, tendo transportado apenas cerca de 214 mil passageiros e 3,5 mi de carga. Em função dos investimentos na área de turismo na região, no ano de 2007, o fluxo de passageiros aumentos significativamente passando para cercar de 790 mil passageiros transportados. São operados somente vôos nacionais provenientes do Estado de São Paulo (Congonhas e Guarulhos) e de Salvador, através das companhias aéreas como GOL e TAM.



Figura II.5.3.F.3-2 - Pista do Aeroporto de Ilhéus.

Sistema Hidroviário

O sistema de transporte hidroviário baiano conta atualmente com quatro portos, sendo três marítimos e um fluvial.

O Porto de Salvador localizado na Baía de Todos os Santos vem ao longo dos anos recebendo investimentos em modernização tecnológica e infraestrutura com o intuito de melhorar sua capacidade de transporte de cargas e de passageiros, a fim de absorver a demanda que vem aumentando a cada ano no Estado.

O porto de Aratu é responsável por 60% da movimentação de carga modal do Estado. Suas atividades estão voltadas basicamente para o atendimento do escoamento da produção e da entrada de produtos para: o Pólo Petroquímico de Camaçari, o Centro Industrial de Aratu e o Complexo Ford. As principais cargas transportadas no referido porto são produtos líquidos, gasosos e granéis sólidos. A respeito do Porto de Ilhéus, há uma estimativa de movimentação de carga em torno de 1 milhão de toneladas por ano, sendo os grãos produzidos na região o principal produto escoado pelo referido Porto. Atualmente há uma proposta de modernização e expansão do Porto no sentido de absorver a demanda de importação e exportação de mercadorias e produtos gerados nas demais regiões do estado, como a celulose produzida na região

sul, grãos, frutas e minérios nas regiões norte, oeste e sudeste do Estado (**Figura II.5.3.F.3-3**). De acordo com informações da CODEBA, nos últimos anos, o porto tem sido muito utilizado como parada para algumas rotas de cruzeiros turísticos.



Figura II.5.3.F.3-3 - Vista do Porto de Ilhéus
Fonte: CODEBA, 2008

Por último o Porto de Juazeiro, único na Bahia no sistema fluvial, está localizado na hidrovia do São Francisco, ligando a cidade de Juazeiro, na cidade baiana de Juazeiro, à cidade mineira de Pirapora. Este porto é administrado pela Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE e entre suas principais atividades estão o escoamento da produção oriunda das atividades agrícolas produzidas naquela região. A aludida Companhia encontra-se em processo de liquidação conforme disposto no Decreto Federal Nº 6.020, de 22 de janeiro de 2007.

II.5.3.F.4. Comunicação

Na área de influencia do empreendimento, os processos de comunicação se dão pelas formas de comunicação disponíveis no mercado. Contudo, notou-se ainda em municípios como Una e Maragogipe algumas restrições na comunicação via Internet Banda Larga. Observou-se também, que as formas de comunicação mais disseminadas da AI são através das imagens de televisão captadas em todos os municípios da AI. As emissoras que emitem

sinais de transmissão para os referidos municípios são: a rede Globo, Bandeirantes, SBT, Record, e Rede TV. Dentre os municípios que compõem a AI, somente o município de Ilhéus dispõe de emissora de televisão local, a TV Sul Bahia que transmite sinais para a região de Ilhéus.

No **Quadro II.5.3.F.4-1** estão discriminados os veículos de comunicação – rádios, jornais, revistas, televisão e serviços de alto-falante - existentes nos municípios da área de influência.

Quadro II.5.3.F.4-1- Meios de comunicação presentes na área de influência do empreendimento.

Município	Rádio	Jornal	Revista	Televisão	Serviço de alto-falante
Ilhéus	Gabriela FM Radio Bahiana de Ilhéus Radio Cultural de Ilhéus Rádio Santa Cruz	Diário de Ilhéus Folha do Litoral Folha Verde Jornal da UESC Jornal Folha da Praia Jornal Oficial do Município Novo Tempo O Marimbondo Pauta Tribuna Regional	Folha da Praia Vitrine - A Revista da Gente	TV Sul Bahia	-
Una	-	-	-	-	Voz do Povo
Maragogipe	-	-	-	-	-

Fonte: Censo Cultural, 2006

Telefonia

No tocante à comunicação via telefonia, a companhia responsável pelos serviços de telefonia fixa nos municípios da AI é a OI, antiga Telemar. Contudo, os usuários desse sistema podem optar na hora de efetuar uma ligação a longa distancia por outras operadoras como a Embratel, Intelig e demais operadores que disponibilizam esse tipo de serviço (**Figura II.5.3.F.4-1**).



Figura II.5.3.F.4-1 - Telefone Público em Pedras de Una.

Foi observado durante a pesquisa de campo que a cobertura dos serviços de telefonia móvel nas sedes dos municípios da AI é satisfatória, porém, notou-se nas áreas mais afastadas das sedes dos municípios que compõem a AI a perda de cobertura, a exemplo de áreas rurais e estradas da região. No quadro abaixo, pode ser observada a cobertura disponível pela rede de telefonia móvel nos municípios da área de influência.

Quadro II.5.3.F.4-2 - Operadoras disponíveis nos municípios da AI.

Municípios	Operadoras disponíveis
Ilhéus	OI, Claro, TIM, Vivo
Maragogipe	OI, Vivo
Una	Claro e Vivo

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Internet

No levantamento realizado no mês de janeiro de 2008, verificou-se que a maior parte dos municípios possui sistema de conexão via internet, por meio de rádio ou a cabo, com exceção do município de Ilhéus (o único) que possui conexão por ADSL banda larga. Ainda assim, este tipo de comunicação se dá de forma restrita para o grande público, tornando as Lan house uma das principais formas de acesso a internet nos municípios da AI .

Correios e Telégrafos

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) presta serviços nas cidades da AI através de agências próprias, franqueadas, postos de venda e caixas coletoras de correspondência.

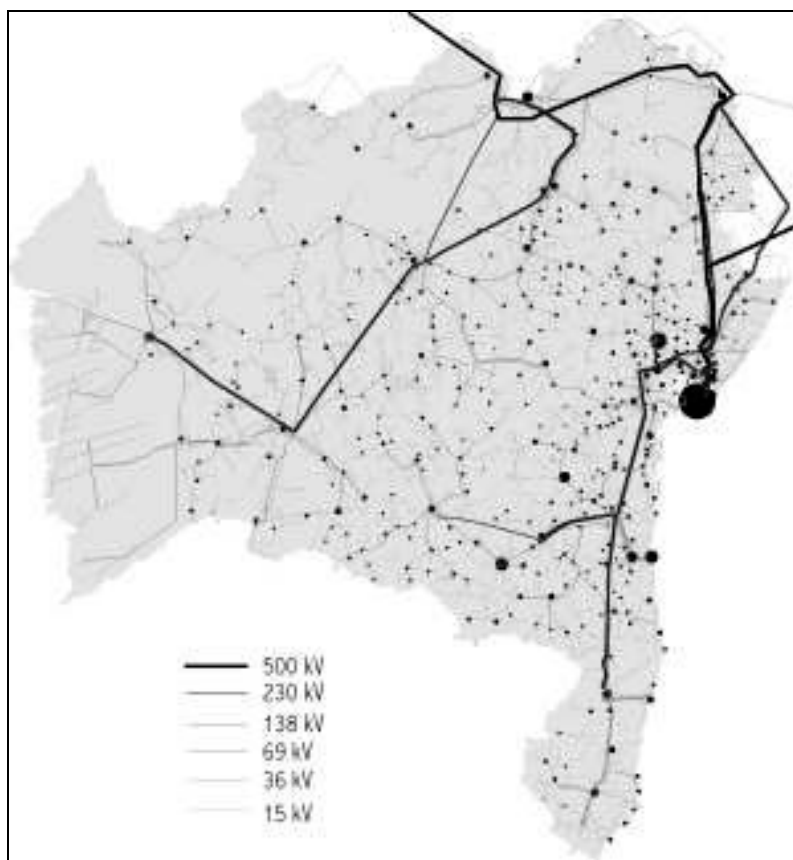


Figura II.5.3.F.4-2- Agência dos Correios no municípios de Una.

II.5.3.F.5. Energia Elétrica

Nos últimos anos o setor elétrico baiano vem passando por grandes transformações, intensificada a partir de 1995 com o processo de privatização da Coelba - empresa de energia elétrica, responsável pelo fornecimento no Estado da Bahia.

Em função da sua grande dimensão territorial, a Bahia se caracteriza por distancias consideráveis – da ordem de 1.000Km em suas distintas regiões. Nesse sentido o sistema elétrico de transmissão existente no Estado Bahia é apresentado na **Figura II.5.3.F.5–1**. A oferta predominante de energia elétrica no Estado é oriunda do complexo de usinas hidrelétricas no Rio São Francisco, concentradas na região norte do estado.



Fonte: Coelba, 2008.

Figura II.5.3.F.5 – 1- Distribuição da rede de energia elétrica no estado.

A **Tabela II.5.3.F.5–1** demonstra o consumo de energia elétrica na área de influência do empreendimento, nas diversas classes de consumidores. Nota-se, portanto, que no ano de 2005, dentre os municípios da AI, Ilhéus foi quem mais consumiu energia elétrica, com cerca de 86,76% total da AI. No âmbito das classes de consumo, as atividades que mais consumiram energia foram às atividades industriais e residenciais. Ilhéus também lidera esse ranking com uma média de consumo anual em KWH de 75.259.702 e 58.443.289, respectivamente.

Tabela II.5.3.F.5-1 - Consumo de Energia Elétrica por Classe nos Municípios da AI, 2005.

Municípios	Classes de Consumo/Quantidade (KWH)							% total
	Comercial	Industrial	Outros	Pública	Residencial	Rural	Total	
Ilhéus	33.864.856	75.259.702	90.353	38.259.855	58.443.289	4.656.146	210.574.201	86,76
Maragogipe	973.691	2.886.441	4.482	2.063.999	6.979.061	1.507.235	14.414.909	5,93
Una	10.476.566	201.126	-	1.487.090	3.362.749	2.190.805	17.718.336	7,30
Total							242.707,446	100,00

Fonte: SEI, 2005

Em relação ao número de consumidores de energia por classe, o município de Ilhéus apresenta um total de 52.223 consumidores, representando cerca de 78%, dos consumidores da AI, seguido dos municípios de Maragogipe e Una com 15,11% e 7,30%, respectivamente (**Tabela II.5.3.F.5-2**).

Tabela II.5.3.F.5-2 - Número de Consumidores de Energia Elétrica por Classe nos Municípios da AI, 2005.

Municípios	Classes de consumo/Quantidade (Und)						total	%
	Comercial	Industrial	Outros	Pública	Residencial	Rural		
Ilhéus	4.524	227	4	436	45.679	1.353	52.223	77,59
Maragogipe	447	24	1	232	7.946	1.522	10.172	15,11
Una	338	11	0	93	4.150	323	4.915	7,30
Total							67.310	100,00

Fonte: SEI, 2005.

Outra fonte de energia alternativa que vem sendo pesquisada pela Coelba no estado é a viabilidade da implantação de energia eólica. A Coelba vem desenvolvendo desde 1994 um programa de medições anemométricas visando avaliar o potencial eólico estadual (**Figura II.5.3.F.5-2**).

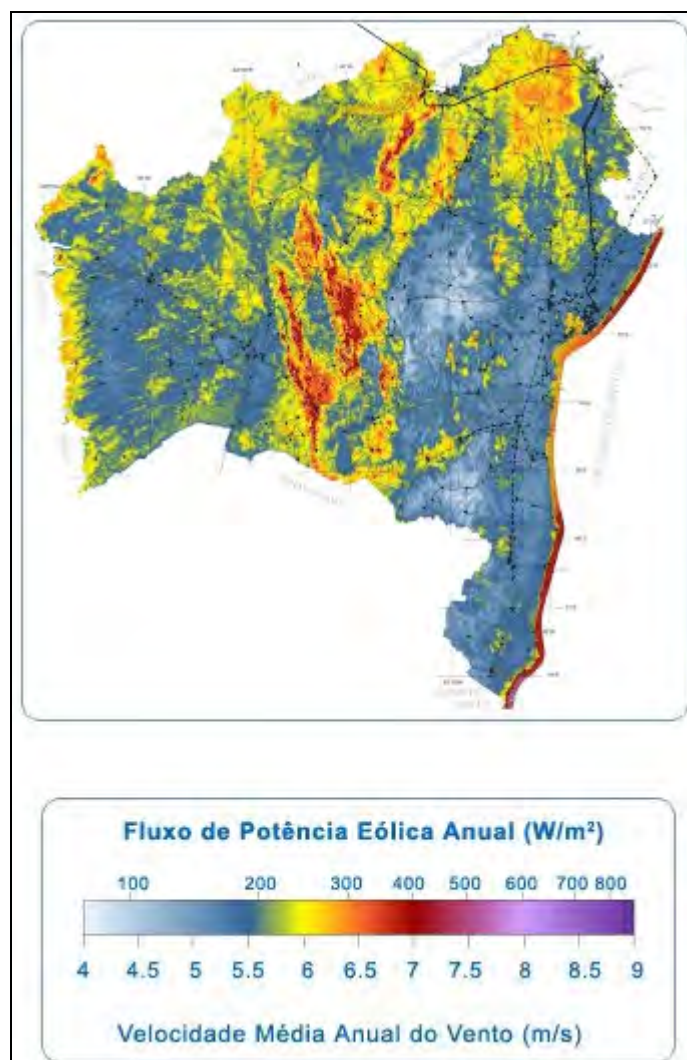


Figura II.5.3.F.5 – 2 – Estações anemométricas no estado da Bahia.

Observa-se na figura acima que os municípios de Ilhéus e Una foram identificados como áreas potenciais para implantação de futuros projetos ligados à produção de energia eólica.

A Figura II.5.3.F.5-3 abaixo aponta o mapeamento eólico do Estado da Bahia desenvolvido pela Coelba em resolução 1km x 1km a partir de medições

anemométricas realizadas em 26 locais, utilizando torres de 20m e 30m de altura. Os mapas resultantes apresentam o potencial eólico para cada quilômetro quadrado do território da Bahia, nas alturas de 50m e 70m, identificando assim as áreas mais favoráveis a aproveitamentos eólio-elétricos no Estado. É possível observar que os municípios da AI apresentam um bom potencial para a implantação desse tipo de energia. Observa-se, entretanto no litoral sul e extremo sul do estado, um fluxo de potencia eólica anual variando de 250 a 400 W/m² e uma velocidade média anual do vento em torno de 6 a 7 m/s. (COELBA, 2000).



Fonte: COELBA, 2000

Figura II.5.3.F.5-3 - Mapa da potencialidade eólica do estado da Bahia.

II.5.3.F.6. Segurança Pública

O três municípios pertencentes à AI dispõem de equipamentos de segurança pública compatíveis com o porte de suas populações e nível de desenvolvimento socioeconômico. Deste modo, o município de Ilhéus, por ser um centro polarizador da Região, dispõe de uma infra-estrutura maior (**Quadro II.5.3.F.6-1**).

Quadro II.5.3.F.6-1 – Infra-estrutura de segurança pública dos municípios da AI.

Município	Companhia
Ilhéus	1ª Companhia do 2º BPM, do 2º CPR 2º BPM de Ilhéus, do 2º CPR 2º Cia PM do 2º BPM/ Zona Sul do 2º CPR 2º Batalhão da Polícia Militar, do 2º CPR 2ª Companhia do 2º BPM 5º Grupamento de Bombeiros Militar 5º Cia PM do 2º BPM/Zona Norte, do 2º CPR 5ª Companhia do 2º BPM 6º Cia PM do 2º BPM/ Zona Oeste, do 2º CPR 6ª Companhia do 2º BPM 4º Pelotão da 6ª Companhia do 2º BPM 7ª COORPIN Delegacia da Polícia Federal
Maragogipe	4º Pelotão da 27ª Companhia Independente de Polícia Militar Posto Policial Militar do 4º Pelotão da 27ª Companhia Independente de Polícia Militar
Una	Destacamento Policial Militar do 4º Pelotão do 2º BPM

Fonte: Polícia Militar, 2005



Figura II.5.3.F.6-1 - Posto da Polícia Militar e Civil no município de Una

II.5.3.G. ESTRUTURA PRODUTIVA

Este item busca descrever o porte econômico recente dos municípios da área de influência do estudo, por meio da avaliação de seus Produtos Internos Brutos - PIBs, que aferem a capacidade de criação de bens e serviços finais, que suas estruturas produtivas são capazes de gerar a cada ano.

Para construção do presente item foram utilizadas bases bibliográficas oficiais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA que através do IPEADATA disponibiliza a base de dados macroeconômicos e o principalmente do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, do governo da Bahia através da Suinvest.

II.5.3.G.1. Perfil econômico da Bahia por setor

O setor terciário sempre teve uma importância relevante na economia baiana, sendo um dos ramos de atividades que mais gera emprego no estado. Ao observar o **Quadro II.5.3.G.1-1** e **Figura II.5.3.G.1-1** nota-se que no período compreendido entre os anos 2002 e 2006 o referido setor manteve-se estável, se tornando por cerca de 60% da economia baiana. Já o setor primário, o mais tradicional, apresenta um leve declínio no mesmo período, saído da casa do 10,5 pontos percentuais e chegando em 2006 a 8,6%, perdendo importância principalmente para o setor secundário, que desde a década de 70 só vem aumentando a sua participação.

Quadro II.5.3.G.1-1- Estrutura por Grandes Setores.

SETOR / ANOS	2002	2003	2004	2005	2006*
PRIMÁRIO	10,5	10,6	10,8	8,6	8,6
SECUNDÁRIO	28,8	28,8	30,7	32,2	31,3
TERCIÁRIO	60,7	60,6	58,5	59,2	60,1

Fonte, SEI - (*) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE).

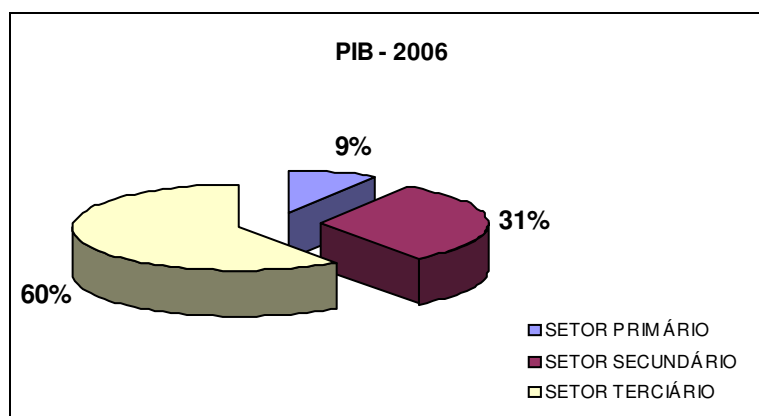
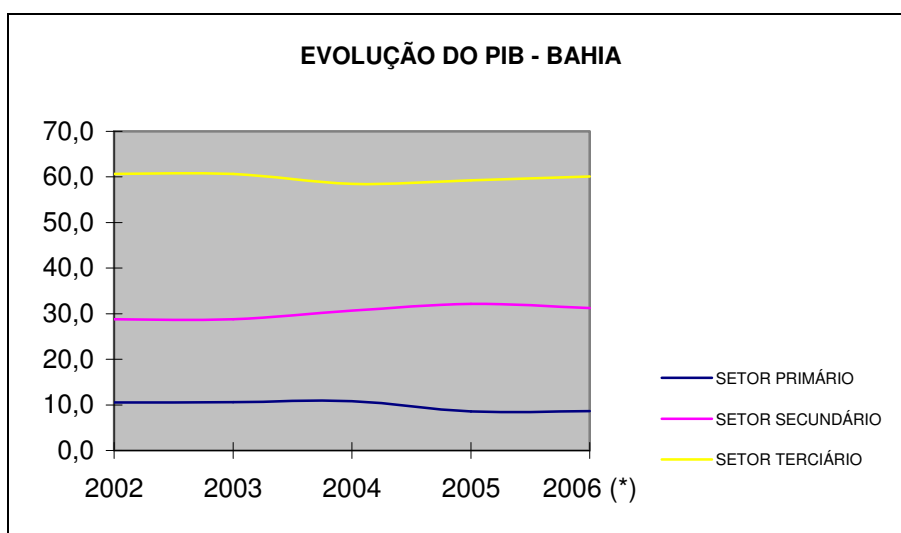


Figura II.5.3.G.1-1- PIB da Bahia por setor – 2006.

O **Figura II.5.3.G.1-2** - a seguir, mostra a evolução da participação de cada setor no PIB baiano.



(*) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Figura II. 5.3.G.1-2- Evolução do PIB por Setores – Bahia (Ano 2002 / 2006).

O setor primário perdeu participação no período avaliado, principalmente por causa do crescimento de atividades que compõem os outros setores da economia como a indústria de transformação, construção e comunicação, que aumentaram a participação no PIB de maneira considerável. As atividades de comunicação, por exemplo, dobraram a sua participação no período de análise.

A modernização do setor agropecuário com o uso mais intensivo de cultura irrigada e melhor adequação de produtos ao clima e solo de cada região, tem levado a estrutura do setor a importantes avanços de produtividades em grãos e fruticulturas, sendo esses responsáveis por 67% da produção. Em seguida, aparece a pecuária com 24%, sendo que metade desse montante refere-se ao abate de gado.

O setor secundário é formado basicamente pelas atividades dos produtores químicos, metalúrgicos, de produtos alimentares, e de papel e papelão, concentrando cerca de 80% do Produto Industrial da Bahia. Dentre os setores, o maior destaque é do setor químico que representa 56% da produção industrial. Grande crescimento também foi observado em papel e celulose, através da atuação de grandes empresas na plantação de eucalipto para a fabricação de celulose e papel.

O setor secundário geralmente apresenta porcentagens relevantes das sociedades desenvolvidas, na prática ele representa a transformação da matéria prima (proveniente do setor primário) em produtos de consumo ou produtos manufaturados.

No contexto da economia, o setor terciário é o responsável pela comercialização de produtos em geral e o oferecimento de serviços comerciais, pessoais ou comunitários.

II.5.3.G.2. Porte Econômico – PIBs Municipais

Para se avaliar o porte econômico dos municípios (capacidade de criação anual de nova riqueza econômica, ou bens e serviços finais), um bom indicador é o PIB. Apresentam-se a seguir, as estimativas de PIB municipal para o ano 2005.

O PIB é composto por três setores da economia: agropecuário, industrial e de serviços. No **Quadro II.5.3.G.2-1** constam os valores do PIB para cada setor econômico por município da área de influência em estudo no ano de 2005. Observa-se que no município de Ilhéus o PIB industrial consistiu em cerca de 37,3% do PIB total.

Quadro II.5.3.G.2-1 - Produto Interno Bruto, 2005.

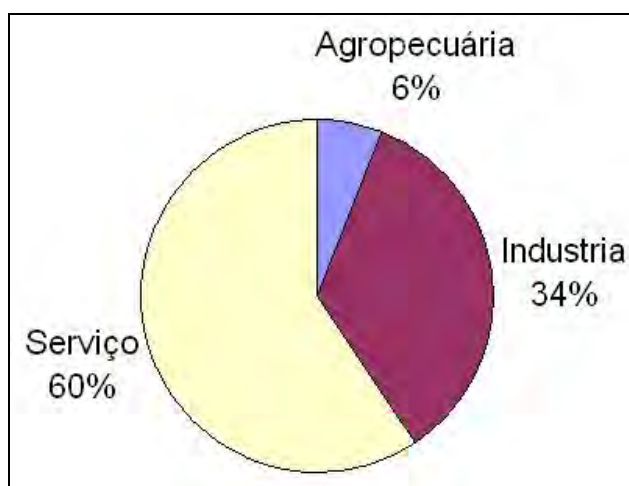
MUNICÍPIOS	Setores (%)		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
Ilhéus	3,19	37,33	59,48
Maragogipe	23,63	17,52	52,84
Una	29,25	11,16	59,58

Fonte: SEI, 2005

De acordo com o porte econômico e estrutura produtiva dos municípios, tem-se Ilhéus com um porte elevado no contexto geral da AI, com PIB de cerca de meio bilhão de reais. Verifica-se que o setor de serviço corresponde a mais da metade da produção de valor, sendo os demais setores pouco desenvolvidos, com exceção de Ilhéus, que tem significativa produção industrial (37,3%) (SEI, 2005).

A **Figura II.5.3.G.2-1**, a seguir, mostra a estrutura do PIB da área de influência. A maior parte do PIB desta região corresponde ao setor de serviços (60%), seguidos da agropecuária (6%) e atividade industrial (34%).

PIB POR SETORES

**Figura II.5.3.G.2-1 - PIB por setor – SEI, 2005**

Percebe-se que, o setor de serviços é o que abrange a maior parte das atividades ligadas ao turismo, sendo este setor bastante relevante na dinâmica e estruturação dessa atividade.

II.5.3.G.3. Principais Atividades

Os municípios do Litoral Sul se caracterizam por apresentar uma base econômica assentada fortemente na produção agrícola, especialmente aqueles localizados na região da Costa do Cacau. A devastação das lavouras de cacau pela praga da “vassoura de bruxa” durante a década de 1980/90 acentuou um processo de crise deste setor fundamental para essas economias municipais, que já se deparavam com um declínio no preço do produto no mercado internacional e um alto endividamento dos produtores. A alternativa representada pelas espécies clonadas, bem mais resistentes à praga, ainda não proporcionou a recuperação da posição de destaque que o cacau tradicionalmente apresentou nos municípios do Pólo. (PRODETUR, 2003).

Frente a essa realidade, os municípios da área de influência, procuram desenvolver alternativas de desenvolvimento econômico mais promissoras e adequadas à estrutura e características locais, de modo que se mantenham os fluxos de geração de renda e de emprego necessários. A produção do cacau mantém parte de sua importância econômica, mas hoje pode ser considerada uma atividade complementar, apesar de toda a sua influência nos costumes e na cultura da sociedade local, fruto do período em que trouxe grande fluxo de riqueza para a região (PRODETUR, 2003).

Na **Tabela II.5.3.G.3-1** são descritas as principais atividades econômicas da área de influencia.

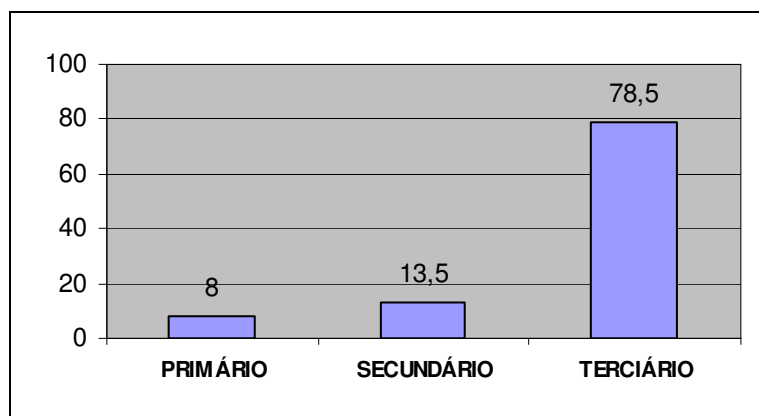
Tabela II.5.3.G.3-1: Principais atividades e projetos da AI.

MUNICÍPIO	ATIVIDADE/PROJETO
ILHÉUS	Município antes praticamente todo voltado para a agricultura com a produção do cacau, hoje está mais diversificado. Apresenta um pólo de produção de computadores e promove o setor do turismo. Turismo, Agricultura (cacau e outros), Indústria de derivados de cacau, comércio e pesca são algumas das principais atividades. Também está sediada no município a Cargill Agrícola (fábrica de processamento de cacau).
MARAGOGIPE	Destacam-se as atividades voltadas ao serviço, principalmente o turismo, seguida de uma pequena atividade da indústria de transformação e da agricultura.
UNA	O município tem sua economia baseada na agricultura, destacando-se a fruticultura (graviola, cacau, cupuaçu e guaraná). As agroindústrias têm importante papel na economia local, sendo responsável por muitos empregos rurais, ainda que prejudicadas pela crise do cacau. Agricultura (frutas - exportação de mangustão; graviola, cacau, açaí), produção de óleo - azeite de dendê, pesca, turismo. O turismo também é relevante para a economia local, sendo representado basicamente pelo Hotel Transamérica Ilha de Comandatuba, que gera ocupação direta e indireta de mão-de-obra para Una e Canavieiras.

Fonte: PRODETUR, 2003

II.5.3.G.4. Emprego por Setor

Segundo o Cadastro Central de Empresas do ano de 2003 classificaram-se as empresas por atividade em três setores: o primário, que abrange empresas na área agropecuária e de pesca, o setor secundário, que abrange empresas de atividade industrial e o setor terciário, de serviços. O pessoal ocupado nas empresas do setor terciário representou 78,5% do total de pessoal ocupado na área de influência, como mostra a **Figura II. 5.3.G.4-1**. Outros 13,5% e 8% estavam ocupados nos setores secundário e primário, respectivamente.

**Figura II.5.3.G.4-1 - Pessoal ocupado nas empresas na AI por setor.**

Observando o **Quadro II.5.3.G.4-1** o município com o maior contingente de pessoas ocupadas no setor terciário foi Ilhéus com cerca de 22.004 mil pessoas trabalhando nesse setor. Já o setor secundário que tem menos de 10.000 empregados é responsável por 15% do PIB na região.

Quadro II.5.3.G.4-1 - Pessoal ocupado nas empresas nos municípios da AI por setor.

MUNICIPIOS	SETOR PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO	SETOR TERCIÁRIO
Ilhéus	684	3.693	22.004
Maragogipe*	-	-	-
Una	510	122	1.212

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas, 2003.
Informação não disponível no IBGE

A questão do desemprego é um problema que vem afetando todos os municípios baianos, fato que faz aumentar ainda mais os índices de informalidade da ocupação. Na Bahia, o grau de informalidade na ocupação gira em torno dos 68% pontos percentuais, sendo que na área de influência a situação é bastante semelhante ao ocorrido no âmbito estadual, com grau de informalidade acima de 60%, ficando a maior parte da população sujeita a empregos informais, sem carteira assinada, sem qualquer benefício previsto em lei (**Tabela II. 5.3.G.4-1**).

Tabela II.5.3.G.4-1 - Grau de informalidade na ocupação e taxa de desocupação, segundo os Municípios da AI, 2000.

Bahia/Município	Grau de Informalidade (1)	Taxa de desocupação % (2)
BAHIA	68,02	18,38
Ilhéus	57,68	22,44
Maragogipe*	-	-
Una	59,19	19,41

Fonte: IBGE, 2000
Informação não disponível no IBGE para o município de Maragogipe.

De acordo com o IBGE, a taxa de desocupação é composta pela relação entre o número de pessoas desocupadas e as pessoas economicamente ativas. No entanto o referido órgão considera desocupadas aquelas pessoas que no momento do levantamento censitário: não possuíam trabalho

remunerado exercido regularmente; não possuíam trabalho remunerado exercido de forma irregular; ou que estavam procurando trabalho.

Para a área de influencia do empreendimento, no ano 2000, a taxa de desocupação era em média 20,9%, considerando os municípios de Una e Ilhéus. A tabela supracitada mostra que o município de Ilhéus apresentava uma alta taxa de desocupação, girando em torno dos 22%.

Um forte indicador para que essa situação ocorra de forma predominante nos municípios da AI é o grau de escolaridade da população economicamente ativa, haja vista, a relação íntima na tríade trabalho informal-desemprego-grau de instrução da PEA. Na **Tabela II.5.3.G.4-2** pode-se verificar a média dos anos de estudo das pessoas com mais de 10 anos de idade. Vale lembrar que o nível de escolaridade é um dos fatores determinantes para se adquirir um trabalho formal. Em função da baixa escolaridade na região, a tendência é que aumente ainda mais o grau de informalidade nas relações trabalhistas, bem como, o aumento da taxa de desocupação, visto que o mercado de trabalho exige cada vez mais profissionais qualificados e no mínimo o segundo grau completo.

Tabela II.5.3.G.4-2 - Média de anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade, segundo os municípios da AI, 2000.

Bahia/ Município	População de 10 e mais anos	Média de anos de estudo
Bahia	10.389.118	4,6
Ilhéus	177.671	4,8
Maragogipe	33.167	-
Una	24.081	2,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico - 2000 - Microdados da Amostra
Nota: Inclusive as pessoas com anos de estudo não determinados

Empregos diretos e indiretos gerados pelo empreendimento

Para esta atividade não está prevista a geração de novos postos de trabalho, uma vez que a empresa estará utilizando a mão-de-obra já contratada, para execução dos serviços nas atividades previstas.

Conforme Descrição da Atividade, para este empreendimento, o tempo previsto de execução da atividade de exploração será de curto prazo e a mão-de-obra será totalmente absorvida do quadro de funcionários já existente na empresa, sendo assim, não é possível estimar a geração de postos de serviços diretos e indiretos a serem gerados.



II.5.3.H. EDUCAÇÃO

Nos últimos anos, o sistema de Educação na Bahia vem registrando mudanças significativas no sentido de viabilizar o acesso ao maior número possível de pessoas às escolas. De acordo com os dados do último censo escolar, foram matriculados cerca de 4.333.866 alunos na educação básica no Estado, distribuídos da seguinte forma: 8.972 em escolas Federais, 1.355.618 em escolas estaduais, 2.673.327 nas escolas da rede municipal e 295.949 nas escolas da rede privada.

O principal fator que contribuiu para o aumento de alunos matriculados nas redes de ensino foi à informatização das escolas e do sistema de matrícula, o que permitiu um melhor gerenciamento do número de vagas disponíveis nas escolas.

De acordo com os dados da SEC/Bahia, no período 2002 e 2006, a matrícula informatizada teve um incremento significativo, da ordem de 804%, no número de municípios atendidos, e de 310,1% no aumento de escolas-posto informatizadas (SEC, 2006). Ou seja, em 2002 existiam 149 escolas-posto informatizadas e chegamos a 2006 com 611 escolas-posto informatizadas, onde o atendimento cresceu de 24 municípios para 217, conforme demonstram as **Figuras II.5.3.H-1 e II.5.3.H-2**.



Figura II.5.3.H-1 – Número de unidades escolares estaduais informatizadas.

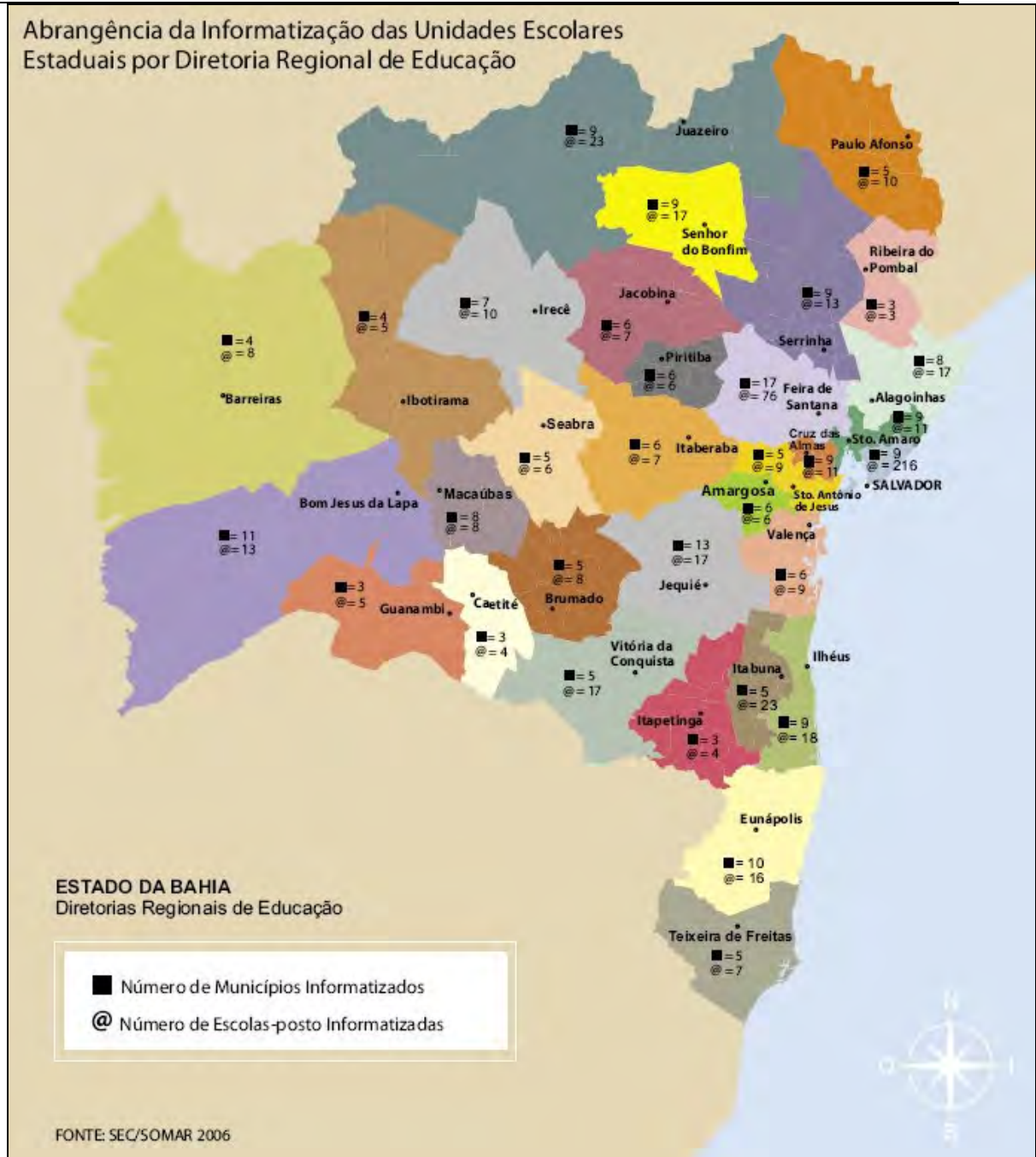


Figura II.5.3.H-2 – Número de municípios e escolas-posto informatizadas no Estado da Bahia.

Nas áreas adjacentes a AI do empreendimento verificou-se um total de 15 municípios informatizados, com 27 Escolas–postos informatizadas no ano de 2006.

Segundo o Censo Educacional de 2007 fornecido pelo IBGE, os municípios da área de influência do empreendimento contavam com um total de 417

estabelecimentos do ensino dentre os níveis fundamental (229 estabelecimentos), médio (28 estabelecimentos) e pré-escolar (160 estabelecimentos), conforme indicado na **Tabela II.5.3.H-1**. Dentre os municípios que compõem a AI, o município de Ilhéus conta com 179 estabelecimentos, sendo 86 do ensino fundamental, 21 do ensino médio e 72 do pré-escolar.

Tabela II.5.3.H- 1 - Número de estabelecimentos de ensino por município na AI

Municípios	Ensino fundamental					Ensino médio					Ensino pré-escolar					Total geral
	Total	Est.	Fed.	Mun.	Priv.	Total	Est.	Fed.	Mun.	Priv.	Total	Est.	Fed.	Mun.	Priv.	
Ilhéus	86	23	0	41	22	21	13	0	0	8	72	1	0	26	45	179
Maragogipe	71	5	0	63	3	5	4	0	0	1	41	0	0	38	3	117
Una	72	3	0	67	2	2	2	0	0	0	47	0	0	45	2	121
Total	229	31	0	171	27	28	19	0	0	9	160	1	0	109	50	417

Fonte: IBGE, 2007

A respeito das pessoas alfabetizadas nos municípios analisados, os estudos realizados pelo IPEA no ano 2000, mostraram que as taxas médias de alfabetização na AI apresentam índices semelhantes à média baiana (78,4%), as taxas de alfabetização de Una e Ilhéus correspondem a 63,35% e 79,39%, respectivamente. Conforme indicado na **Tabela II.5.3.H-2**, o município de Maragogipe, é uma exceção na AI, pois o mesmo - no item alfabetização - supera a média estadual (78,4%) e nacional (87,2%), com 91,4% da sua população alfabetizada.

Tabela II.5.3.H-2- Taxa de alfabetização dos municípios da AI do empreendimento.

Municípios	Taxa de Alfabetização (%)
Ilhéus	79,39
Maragogipe	91,4
Una	63,35

Fonte: IPEA, 2000

As Tabelas II.5.3.H-3 e II.5.3.H-4 respectivamente, apresentam os dados referentes as matrículas realizadas para o ensino fundamental segundo o Censo Educacional de 2006 e os dados para o Ensino Médio nos municípios da AI.

No ano de 2006, foram matriculados 62.878 alunos, dentre os ensinos fundamental e médio. A rede pública municipal foi a que absorveu o maior contingente de estudantes do 1º ao 8º ano do ensino fundamental, respondendo por 31.183 alunos matriculados (64%), seguido da rede estadual com 13.342 alunos matriculados. Cabe ressaltar que essa absorção por parte da rede municipal da maioria dos alunos do ensino fundamental é em função das políticas de municipalização do ensino fundamental que vem sendo implantada no Estado.

Tabela II.5.3.H-3 - Matrículas de Ensino Fundamental em cada município da AI.

Municípios	Matrículas (Ensino Fundamental)				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Ilhéus	33.466	-	10.669	19.107	3.690
Maragogipe	8.713	-	1.932	6.458	323
Una	6.488	-	741	5.618	129

Fonte: IBGE, 2006

Já em relação ao ensino médio, nota-se o resultado da política de municipalização do ensino fundamental ao observar a ausência de alunos matriculados na esfera municipal. Ilhéus, foi o município que mais absorveu alunos no ano de 2006, com 10.957 das matrículas na AI, sendo a rede estadual a maior responsável por essa demanda com 9.726 alunos (**Tabela II.5.3.H-4**).

Tabela II.5.3.H-4 - Matrículas de Ensino Médio em cada município da AI.

Municípios	Matrículas (Ensino Médio)				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Ilhéus	10.957	0	9.726	-	1.231
Maragogipe	2.016	-	1.967	-	49
Una	1.238	0	1.238	-	-

Fonte: IBGE, 2006

Na área de estudo, o corpo docente do ensino fundamental registra um total de 2.077 professores em exercício, dos quais 29% são vinculados à rede estadual, 54% à rede municipal e 17% à rede particular.

A **Tabela II.5.3.H-5** apresenta o número de docentes que lecionaram para o ensino fundamental, segundo o Censo Educacional de 2006 nos municípios da área em estudo.

Tabela II.5.3.H-5 - Número de docentes do Ensino Fundamental em cada município da AI.

Municípios	Docentes (Ensino Fundamental)				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Ilhéus	1.493	-	508	692	293
Maragogipe	323	-	53	243	27
Una	261	-	44	194	23

Fonte: IBGE, 2006

A **Tabela II.5.3.H-6** apresenta os dados referentes aos docentes que lecionaram para o ensino médio segundo o Censo Demográfico de 2006 nos municípios da área de influência.

Tabela II.5.3.H-6 - Número de docentes do Ensino Médio em cada município da AI.

Municípios	Docentes (Ensino Médio)				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Ilhéus	488	0	329	-	159
Maragogipe	62	-	51	-	11
Una	36	0	36	-	-

Fonte: IBGE, 2006

Nota-se que Ilhéus detêm o maior quadro de docente com cerca de 83% em relação a AI. Observa-se também que a maior número de docentes no município de Ilhéus estão alocados na esfera estadual com cerca de 67% e nas instituições privadas com 33% do total. Os demais municípios apresentam um número menor de docentes, estando representados basicamente por professores pertencentes à rede pública estadual.

II.5.3.H.1. Cursos Profissionalizantes

Em relação a cursos profissionalizantes na AI, têm-se como principal referência os cursos oferecidos pelo SENAC e SENAI. A única unidade do SENAI na região de Ilhéus e Una, fica localizada no município de Ilhéus (**Figura II.5.3.H.1-1**), que tem a finalidade de atender ao pólo industrial de Ilhéus e região. Na região do Recôncavo Baiano, onde está localizado o município de Maragogipe não há agências do SENAC e SENAI, estando a mais próxima desse município, localizada no município de Salvador.



Fonte: SENAI, 2008

Figura II.5.3.H.1-1 – Unidades do SENAI na área de influência do empreendimento.

Os principais cursos oferecidos por esta unidade são: cursos de Qualificação em Direção Defensiva, Movimentação e Operação de Produtos Perigosos – MOPP, Operação de Empilhadeira, além de educação profissional por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores (iniciação profissional, qualificação, aperfeiçoamento, especialização e aprendizagem industrial) e educação profissional técnica de nível médio (SENAI, 2008).

O SENAC não dispõe de unidade de atendimento na região de Ilhéus e Una, tendo a unidade de Vitória da Conquista como referência mais próxima, na qual os cursos oferecidos na área de turismo de hotelaria são: Culinária à Base de Peixes e Frutos do Mar (20H) e Culinária Básica (30H).

O SENAC, contudo, disponibiliza uma infinidade de cursos nas suas unidades, os quais estão listados abaixo:

- A Influência Africana na Culinária Baiana (3H)
- Boas Práticas na Manipulação de Alimentos - R D C 21... (16H)
- Boas Práticas para uma Alimentação Saudável e Qualidade... (4H)
- Bombons e Trufas (20H)
- Congelamento de Alimentos (16H)
- Cozinheiro(a) (800H)
- Culinária à Base de Aves (20H)
- Culinária à Base de Peixes e Frutos do Mar (20H)
- Culinária Básica (30H)
- Culinária Chinesa (20H)
- Culinária Japonesa (20H)
- Culinária Nordestina (20H)
- Culinária Típica Baiana (30H)
- Doces Finos (20H)
- Iguarias Juninas (20H)
- Lanche Comercial (20H)
- Legislação de Alimentos (20H)
- Normas de Etiqueta para Eventos (3H)
- Pizzas (16H)
- Preparação de Abará e Acarajé (16H)
- Preparação e Apresentação de Saladas (16H)
- Receitas de Liquidificador (20H)
- Salgados para Coquetéis (20H)
- Sobremesas (20H)
- Técnicas em Serviços de Recepção em Pousadas (40H)
- Técnico Em Guia de Turismo - Módulo de Guia Regional. (580H)
- Tortas (20H)

No âmbito da capacitação para o micro e pequeno empresário da AI, o Sebrae realiza frequentemente cursos direcionados a esse setor, visando à capacitação e a qualificação de profissionais de área de prestação de serviços para o turismo na região. A seguir, são listados os postos regionais do Sebrae localizados na área de influência da atividade.

COORDENAÇÃO REGIONAL - GRANDE RECÔNCAVO SUL

R. Barão Jequiriçá, 297, Galeria Central, Centro, Valença CEP 45000-400

Fone: (75) 3641-3293 Fax: (75) 3641-3286

COORDENAÇÃO REGIONAL - MATA ATLÂNTICA

R. Araújo Pinho, 46, 1. andar, Centro. Ilhéus CEP 45650-000

Fone: (73) 3634-4068 Fax: (73) 3634-4572

No âmbito da capacitação profissional da AI, podem ainda ser citados:

A Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC, que oferece cursos de Técnico em Agropecuária e Ensino médio conforme pode ser observado no **Quadro II.5.3.H.1-1**.

Quadro II.5.3.H.1-1 – Cursos de Capacitação Profissional oferecidos na área de influência pela CEPLAC.

Curso	Turma	Duração	Turno	Vagas
Técnico em Agropecuária concomitante para candidatos que concluíram 1ª série do Ensino Médio	I semestre	2 anos	Vespertino	25
Técnico em Agropecuária para candidatos que já concluíram o Ensino Médio ou concluirão em 2006	I semestre	1 ano	Matutino e Vespertino (tempo integral)	25
Ensino Médio	1º ano	3 anos	Matutino	40
Ensino Médio	2º ano	2 anos	Matutino	25
Fonte: EMARC-TF, 2007				

A Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata - MARAMATA

A Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata – MARAMATA é gerida pelo município de Ilhéus. Além de projetos de educação ambiental, a fundação, em parceria com o consórcio ONG Mama e Universidade Estadual de Santa Cruz, é responsável pelo Centro de Reabilitação de Mamíferos e Museu do Mar e da Capitania.

É na Sede da Maramata que funciona, no período vespertino, a Secretaria de Meio Ambiente de Ilhéus.



Figura II.5.3.H.1-2 - Sede da Maramata, Ilhéus / Palanque do Meio Ambiente, Ilhéus.

II.5.3.H.2. Educação Ambiental

Segundo a publicação do IBGE Perfil dos Municípios Brasileiros – Meio Ambiente, de 2002, não foi possível identificar o percentual de população abrangida por iniciativas de educação ambiental por falta de estatística neste sentido.

A seguir são citadas algumas instituições que desenvolvem ações no âmbito da Educação Ambiental na área de Estudo.

Núcleo de Educação Ambiental do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia (IESB)

O Núcleo de Educação Ambiental (NEA) vem desenvolvendo ações visando à capacitação dos atores sociais localizados na área de atuação do IESB, para que estes possam diagnosticar e entender o contexto socioambiental onde estão inseridos. É a partir de suas representações e vivências propor de forma participativa e coletiva ações que propiciem a melhoria da qualidade de vida e, conseqüentemente, a conservação dos remanescentes florestais e dos recursos naturais da região.

Dentro desse contexto as atividades do NEA estão inseridas em três linhas temáticas: 1. Formação de Educadores Ambientais; 2. Campanha de Mobilização Social e Disseminação de Informações Ambientais e 3. Integração entre os núcleos temáticos.

Projeto Sala Verde de Una

Instituída no dia 05 de junho de 2007, o projeto Sala Verde de Una, coordenado pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), tem como objetivo formar Centros de Informações Ambientais em todo país e assim potencializar espaços, estruturas e iniciativas já existentes em diversas instituições governamentais, privadas e do terceiro setor. A essência é a democratização de informações ambientais para todos os segmentos da sociedade. (IESB, 2008).

Além do objetivo geral, a Sala Verde que está sendo implementada em Una pelo Núcleo de Educação Ambiental da Secretaria de Educação (NEA/SEC-Una) em parceria com o IESB, por meio do Núcleo de Educação Ambiental (NEA-IESB) apresenta os seguintes objetivos: desenvolver uma política ambiental dialogando com os diversos setores da sociedade acerca da Reserva Biológica de Una – REBIO-Una; ampliar parcerias visando o fortalecimento da própria Sala Verde; criar condições para produções de atividades culturais e ambientais na comunidade; estabelecer estratégias

educativas que promovam a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida. (IESB, 2008).



Figura II.5.3.H.2.-1 - Sala Verde de Una / Secretaria da Educação, Esporte e Cultura de Una.

II.5.3.I. LAZER, TURISMO E CULTURA

“O turismo ocupa hoje papel relevante na economia mundial, [.....] só perdendo para a indústria de armamentos e de petróleo” (RODRIGUES, 1997, p. 17).

Conforme a referida epígrafe, o turismo vem se consolidando como uma das mais significativas e importantes atividades geradoras de riqueza do atual cenário econômico mundial. Essa condição é propiciada por uma diversidade de fatores que são tanto de natureza política e econômica, como também, das contribuições ofertadas pelos avanços tecnológicos.

Em relação aos fatores políticos e econômicos que permitem o crescimento do turismo em escala global, Rodrigues (1997), destaca algumas tendências, como: a integração entre as nações; a acentuação das tendências econômicas neoliberais, com grande crescimento das redes transnacionais; a ocidentalização asiática, destacando-se a abertura da China para os mercados ocidentais; tendências também observadas na Rússia e já muito expressivas no Japão. Situações essas que redesenham o mapa de fluxos turísticos internacional.

No plano dos avanços tecnológicos, a evolução das redes de comunicações possibilitou a difusão das informações e do conhecimento, estratégias essenciais para a atração de capitais. Segundo a Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia (2005), esses avanços contribuíram para facilitar a rápida difusão dos roteiros e dos pacotes turísticos, propiciando um melhor planejamento do setor.

Em decorrência dessa conjuntura de elementos que propiciam a fluidez da atividade turística, o setor alcançou em 2007, segundo dados da Organização Mundial de Turismo, cerca de 898 milhões de desembarques internacionais (aproximadamente 52 milhões a mais que em 2006, ou seja, mais de 6%), nesse período o total de desembarques aumentou de 800 milhões para 900 milhões em 2 anos. Esse crescimento é atribuído à contínua expansão da economia global nos últimos anos, particularmente, nos países emergentes e em desenvolvimento.

No Brasil, um país de expressiva heterogeneidade de paisagens naturais e culturais, e de uma política econômica cada vez mais sólida, condições importantes para se transformar em pólo turístico requisitado, o turismo é uma das atividades que mais dá dinâmica a sua economia, através da geração de receitas, de empregos e de infra-estrutura.

Segundo dados da Embratur (2008), os gastos de turistas estrangeiros no Brasil alcançaram, em 2007, o recorde de US\$ 4,953 bilhões contra US\$ 4,316 bilhões em 2006, representando um incremento de 14,76%. Esse crescimento é decorrente dos investimentos no setor, por parte das ações governamentais de planejamento e infra-estrutura turística.

Na Bahia, o turismo se tornou uma das principais atividades geradoras de riqueza para a economia do Estado. Com uma vasta extensão territorial em torno de 567 mil km² e uma faixa litorânea de 1.100km, o Estado reúne uma diversidade de requisitos importantes ao desenvolvimento dessa atividade, como: paisagens naturais exóticas, culturas diferenciadas, ambientes ecologicamente preservados, além das praias e do sol.

No interesse de tornar o turismo como uma atividade importante para a dinâmica social e econômica do Estado, segundo a Secretaria de Cultura e Turismo (2005), algumas ações governamentais foram fundamentais, como:

a) O 1º plano Estratégico denominado de Plano de Turismo do Recôncavo, elaborado em 1970, pelo Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (CONDER);

b) A 2ª estratégia de desenvolvimento do turismo, através do Programa Caminhos da Bahia, que contemplava a construção e gerenciamento de hotéis e pousadas, ações promocionais e capacitação de recursos humanos;

c) E o plano denominado Estratégia Turística da Bahia, ancorado no Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR-BA), que incluiu obras de infra-estrutura básica, qualificação dos recursos humanos, ações de marketing, incentivo ao empresário para a implantação de negócios turísticos, entre outros.

Dentre essas ações governamentais, o PRODETUR-BA foi o que mais impulsionou a expansão e o desenvolvimento da atividade turística no Estado, principalmente, por promover a descentralização da atividade para além de Salvador e seu entorno.

O PRODETUR NE teve como objetivo “desenvolver e consolidar a atividade turística no Nordeste brasileiro e, ao mesmo tempo, garantir alternativas de sustentabilidade, através de uma das atividades econômicas que mais cresce no mundo, como forma de reduzir e eliminar as desigualdades sociais entre as diversas regiões do país” (SETUR, 2008).

Com base nesse programa, que na sua fase inicial a SETUR (2008) denomina de PRODETUR NE I, o PRODETUR-BA I, com o intuito de facilitar a estratégia de planejamento da atividade turística no Estado, estabelece sete zonas turísticas (**Figura II.5.3.I-1**).

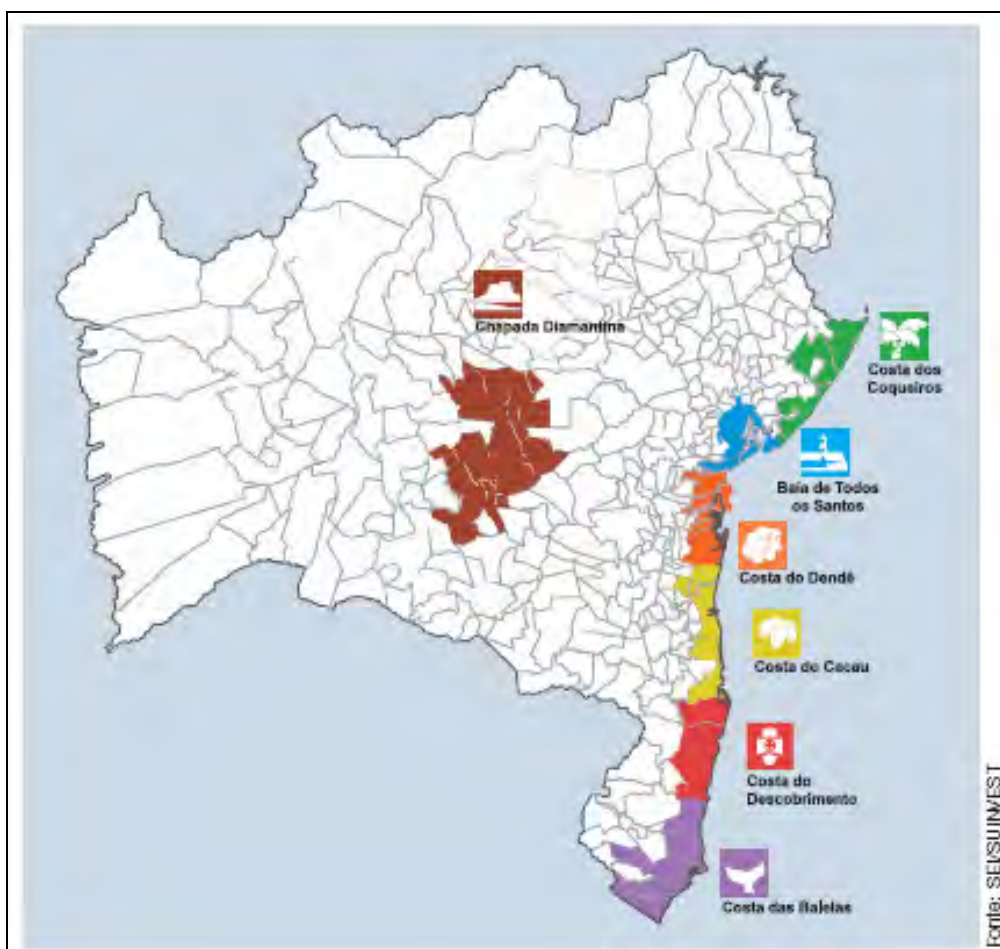


Figura II.5.3.I – 1 - Zona Turísticas da PRODETUR-BA – 1992.

Segundo a Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, as zonas turísticas formadas a partir da PRODETUR-BA I foram:

Costa dos Coqueiros: municípios de Jandaíra, Conde, Esplanada, Entre Rios, Mata de São João, Camaçari e Lauro de Freitas;

Baía de Todos os Santos: municípios de Jaguaripe, Itaparica, Vera Cruz, Salina das Margaridas, Maragogipe, São Félix, Cachoeira, Saubara, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Madre de Deus e Salvador;

Costa do Dendê: municípios de Valença, Taperoá, Cairu, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu e Maraú;

Costa do Cacau: municípios de Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una, Canavieiras;

Costa do Descobrimento: municípios de Belmonte, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro;

Costa das Baleias: municípios de Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri;

Chapada Diamantina: subdividida nos Circuitos do Diamante (municípios de Mucugê, Itaetê, Andaraí, Lençóis, Iraquara, Palmeiras e Seabra) e do Ouro (municípios de Rio de Contas, Piatã, Rio do Pires, Érico Cardoso, Livramento de Nossa Senhora e Abaíra).

No PRODETUR-BA I os recursos captados foram direcionados a essas zonas turísticas, destinando-se à realização de obras em infra-estrutura básica e serviços públicos, melhoramento de aeroportos e rodovias, proteção ambiental, marketing turístico e educação para o turismo. Assim, a política de turismo implementada por esse programa criou infra-estrutura urbana em localidades de relevante interesse e potencialidade turística.

Na Área de Influência, nas zonas turísticas do Recôncavo e, principalmente, da Costa do Cacau, as ações do PRODETUR-BA implantaram infra-estrutura de saneamento básico, serviços públicos, melhorias de aeroportos e rodovias, atracadouros, dentre outras.

Após a implantação do PRODETUR-BA, outras medidas também no âmbito do PRODETUR/NE foram implementadas, visando uma aceleração mais efetiva do turismo. Dessa maneira, com interesse de consolidar o turismo no Nordeste brasileiro estabeleceu-se à segunda fase do programa, denominado de PRODETUR/NE II.

O PRODETUR/NE II tinha como objetivo “melhorar a qualidade de vida da população que reside nos pólos situados nos Estados participantes do Programa” (SETUR, 2008).

De acordo com a SETUR (2008), em relação a essa segunda fase, o Estado da Bahia incorporou novas zonas turísticas, elaborando “A NOVA GEOGRAFIA TURÍSTICA DO ESTADO” (**Figura II.5.3.I–2**).



Figura II.5.3.I–2-Zona Turística da Bahia – PRODETUR-BA - 2003-2020.

As zonas incorporadas nessa fase do PRODETUR-BA foram: Caminhos do Oeste, Lagos do São Francisco, Vale do Jiquiriçá e Caminhos do Sertão. Em relação à ZT da Chapada Diamantina, novos circuitos passaram a fazer parte, como os da Chapada Norte e da Chapada Velha.

Essa nova zona turística é composta pelos seguintes municípios:

Zona Turística Baía de Todos os Santos: Jaguaripe, Itaparica, Vera Cruz, Nazaré, Salinas da Margarida, Maragogipe, São Félix, Cachoeira, Saubara, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Madre de Deus e Salvador.

Zona Turística Costa dos Coqueiros: Jandaíra, Conde, Esplanada, Entre Rios, Mata de São João, Camaçari e Lauro de Freitas.

Zona Turística Costa do Dendê: Valença, Taperoá, Cairu, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu e Marauí.

Zona Turística Costa do Cacau: Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una, Santa Luzia e Canavieiras.

Zona Turística Costa do Descobrimento: Belmonte, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro.

Zona Turística Costa das Baleias: Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri.

Zona Turística Chapada: **Circuito do Diamante:** Andaraí, Ibicoara, Iraquara, Itaetê, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras e Seabra.

Circuito do Ouro: Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires, Barra da Estiva e Ituaçu.

Circuito Chapada Norte: Bonito, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouroândia, Piritiba, Saúde, Utinga e Wagner.

Circuito Chapada Velha: Gentio do Ouro, Ipupiara e Brotas de Macaúbas.

Zona Turística Lagos do São Francisco: Paulo Afonso, Rodelas, Glória, Santa Brígida, Juazeiro, Sobradinho, Casa Nova, Curaçá, Remanso, Abaré e Pilão Arcado.

Zona Turística Caminhos do Oeste: Barreiras, Luis Eduardo Magalhães, São Desidério, Correntina, São Félix do Coribe, Santana, Santa Maria da Vitória, Bom Jesus da Lapa, Formosa do Rio Preto e Barra.

Zona Turística Vale do Jiquiriçá: Jiquiriçá, Laje, Mutuipe, Santa Inês, Ubaíra e Amargosa.

Zona Turística Caminhos do Sertão: Feira de Santana, Candeal, Serrinha, Teofilândia, Araci, Tucano, Cipó, Nova Soure, Itapicuru, Ribeira do Pombal, Banzaê, Euclides da Cunha, Monte Santo, Uauá e Canudos.

De maneira geral, as ações implementadas por esses programas de desenvolvimento da atividade turística, foram fundamentais para os municípios pertencentes à Área de Influência do BM-J-1.

O turismo, no município de Maragogipe não representa uma atividade econômica expressiva na sua dinâmica social, em relação aos municípios de Ilhéus e Una, essa atividade vem possibilitando significativas transformações sócio-econômicas em seus territórios.

II.5.3.1.1. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS NA ÁREA DE INFLUÊNCIA

As zonas turísticas que pertencem à Área de Influência do Estudo correspondem a Baía de Todos os Santos (município de Maragogipe) e a Costa do Cacau (municípios de Ilhéus e Una), áreas de grande riqueza natural e cultural, elementos importantes para o desenvolvimento dessa atividade econômica.

As características e potencialidades turísticas dessas duas regiões e, particularmente, dos municípios de interesse compreendem:

ZONA TURÍSTICA BAÍA DE TODOS OS SANTOS

MARAGOGIPE

O município de Maragogipe representa uma importância histórica, cultural e natural bastante significativa na região do Recôncavo Baiano.

Uma tribo de índios Aimoré dominava a margem direita do Rio Peroaçu (mais tarde Paraguaçu) no trecho em que este recebe as águas do Guaí, e chamavam o lugar de “Marag-gyp” – rio dos mosquitos – em razão do local ser cercado por extensos manguezais, habitat de insetos, especialmente nas mudanças de maré. Assim surgiu o nome do município de Maragogipe (**Figura II.3.5.I.1-1**)

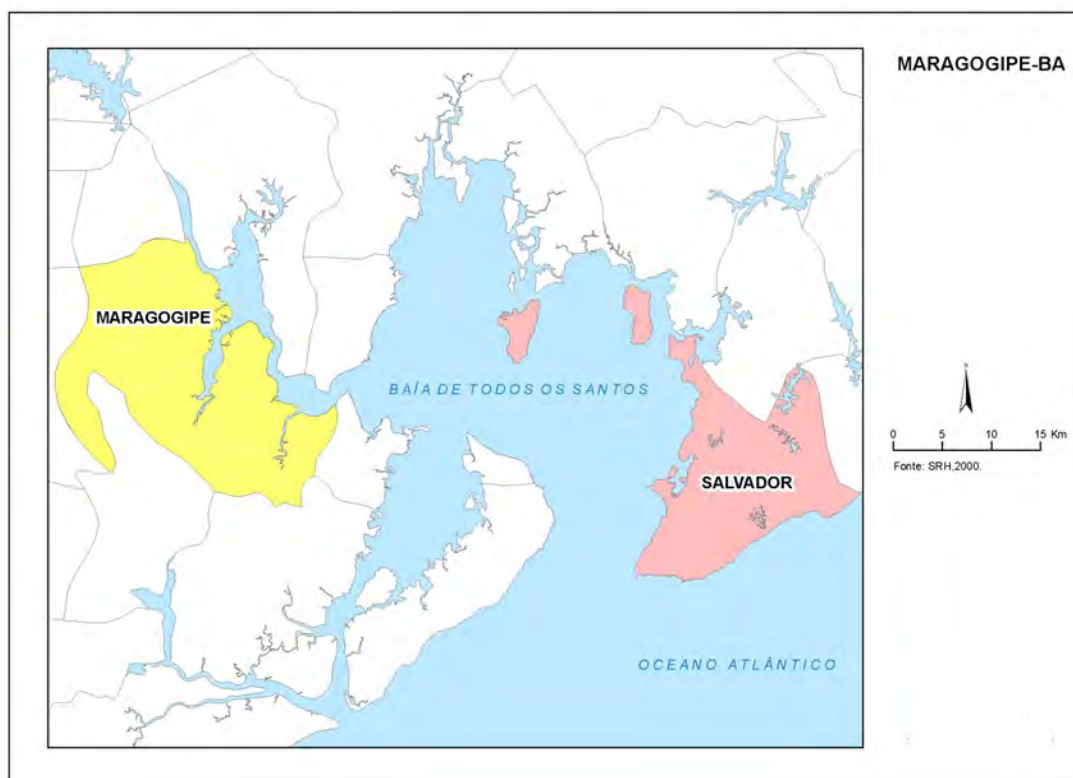


Figura II.5.3.I.1-1 – Mapa de localização do município de Maragogipe – BA.

Com uma distância de aproximadamente 49,1Km de Salvador e uma área de 437,8 km², o município de Maragogipe reflete na sua configuração territorial,

traços de um período colonial bastante dinâmico, como também belas paisagens naturais condições essenciais para o desenvolvimento do turismo.

Segundo a SETUR (2003), Maragogipe apresenta excelentes condições para o turismo náutico, contando, inclusive, com uma ponte de atracação para embarcações de grande porte.

Último paradeiro náutico do Recôncavo Baiano, a cidade ainda abriga, no porto do Caijá, dezenas de canoas e saveiros. As antigas embarcações à vela eram muito utilizadas para o transporte das mais diversas mercadorias no interior da Baía de Todos os Santos até recentemente. Hoje, ainda restam alguns exemplares concorrendo com meios de transporte mais modernos.

Como outras cidades da região, Maragogipe traz uma forte tradição religiosa católica, mantendo também uma expressiva influencia do candomblé. A cidade pacata se transforma durante o mês de agosto, quando é celebrada a festa de seu padroeiro, São Bartolomeu.

PONTOS TURÍSTICOS DE MARAGOGIPE

LAGAMAR E BAIXO PARAGUAÇU

Inserida em uma paisagem de densa floresta tropical, restingas e extensos manguezais, a região do Lagamar e Baixo Paraguaçu, em Maragogipe, caracteriza-se por inúmeras ilhas e áreas de belezas raras. Ao longo do percurso sobre as águas do Rio Paraguaçu, os atrativos se sucedem e encantam pela natureza singular e o alto grau de preservação. Ilha dos Franceses, Gruta do Cantagalo, Capela do Antigo Engenho Capanema, Fazenda Salamina, Cascata do Guimarães e a Cachoeira da Gruta do Sol, esta última com pequena infra-estrutura de apoio.

CACHOEIRA DO URUBU

Local ideal para a prática de cascading (rapel em cachoeiras) e escalada no sentido inverso, a Cachoeira do Urubu, é formada pelo Rio Quelembe e

coberta por uma densa mata. Essa cachoeira tem cerca de 20 metros de altura, caindo em pequeno lago de grande profundidade.

PONTA DO SOUZA/ PRAIA DO PINA

Uma bela praia fluvial, formada pelas águas do Rio Paraguaçu, sua paisagem é bastante peculiar, incluindo mata atlântica, restingas e manguezais.

De suas areias, o visitante tem uma mínima noção sobre a grandiosidade da bacia do Paraguaçu, já que alguns de seus afluentes deságuam no local.

CENTRO HISTÓRICO

A arquitetura colonial é significativa, com prédios tombados pelo patrimônio histórico, além de outros do início do século, como a antiga Vila Suerdieck e as ruínas da fábrica Dannemann, herança dos tempos áureos da indústria do fumo. O destaque é para a Matriz de São Bartolomeu, construída no século XVII, no topo de uma colina para onde a cidade cresceu. O coreto na praça da Matriz, a casa paroquial, a sede das centenárias filarmônicas Terpsícore e Dois de Julho e a Santa Casa da Misericórdia conservam a aparência colonial da cidade.

A Casa de Câmara e Cadeia, construção do século XVIII no mesmo estilo das Casas de Salvador e Santo Amaro, remonta ao tempo em que o General Labatut foi preso pelos portugueses, e a população lutou pela Independência do Brasil, o que inclusive lhe valeu o título de Patriótica Cidade de Maragogipe.

ALTO DO CRUZEIRO

O mirante natural é o ponto mais alto de Maragogipe de onde se descortina a cidade, o manguezal e o encontro dos rios Paraguaçu e Guaiá, sendo também local de peregrinação religiosa. Outro mirante é o do cemitério, com uma bela

vista da Baía do Iguape, ponte de atração, Convento de São Francisco e a ilha dos Franceses.

ZONA TURÍSTICA COSTA DO CACAU

A Área de Influência na Costa do Cacau é composta pelos municípios de Ilhéus e Una (Figura II.5.3.I.1-2).

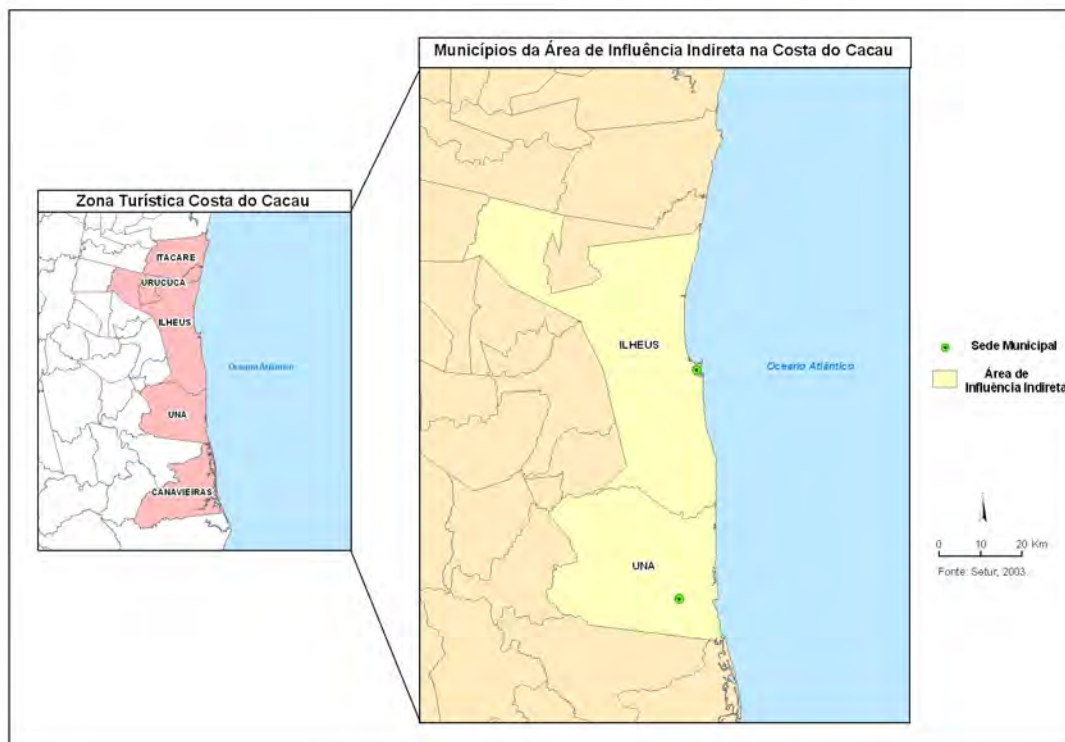


Figura II.5.3.I.1-2 – Mapa de localização dos municípios de Ilhéus e Una – BA.

Essa região tem no seu processo de uso e ocupação, um cenário de grande significado histórico e cultural que permeia três grandes ciclos da história do Brasil: o pau-brasil, o da cana-de-açúcar e do cacau. Esses fatores propiciaram a sua paisagem humana uma riqueza arquitetônica, assim como, a diversidade de elementos que compõem a paisagem natural da região, como matas, rios, cachoeiras, corredeiras, praias, manguezais, grutas, mirantes, dentre outras.

A seguir são apresentadas as potencialidades turísticas dos municípios de Ilhéus e Una.

Pontos Turísticos de Ilhéus

A história da cidade se confunde com a própria história da economia nacional no século XIV, quando a matéria-prima do chocolate - esta iguaria apreciada no mundo todo -, era o produto central de exportação do país. Ilhéus abrigava o principal porto de escoamento da produção e fervilhava de pessoas, dinheiro, luxo e riqueza. O intenso intercâmbio com a Europa transformou a cidade em um verdadeiro caldeirão cultural, entoado pela prosa do célebre Jorge Amado em seus vários romances.

A seguir apresentam-se alguns dos atrativos turísticos de Ilhéus:

Praia do Norte de Ilhéus

Mesclando uma faixa de coqueiros com Mata Atlântica nativa, a praia tem o Rio Almada correndo em paralelo por muitos quilômetros. Possui cabanas padronizadas, uma extensa ciclovia, sendo utilizada para banho, caminhadas, surf e pesca (caraíba, tainha, robalo e pescada).

Praia do Sul de Ilhéus

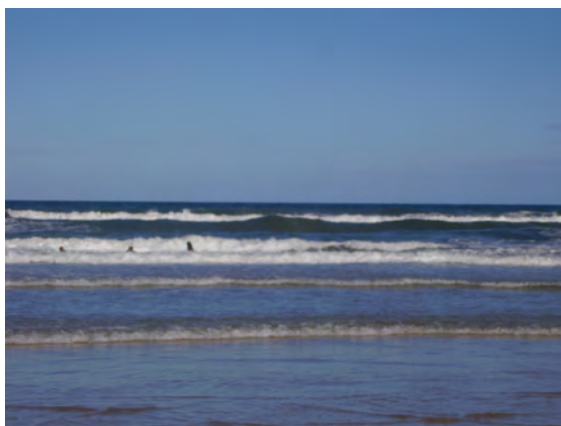
Marcada por um denso coqueiral e resquícios de Mata Atlântica, esta praia urbana é uma das mais freqüentadas da cidade. Em toda a sua extensão é grande o número de barracas especializadas em comidas típicas. Na água, trechos de arrecifes e piscinas naturais, com fundo de areia, são procurados para mergulhos e surf.

Praia da Concha de Ilhéus

Uma praia com pequenas dimensões, que abrange apenas 100 m de extensão. Dela se tem uma boa vista da Baía do Pontal e da Praia da Avenida. Situada na base do Morro do Pernambuco, ainda mantém focos da vegetação nativa mesclada a muitos coqueiros. Suas águas são calmas e apropriadas para banho.

Praia dos Milionários

O nome deve-se ao fato de que antigamente era freqüentada pelos ricos coronéis do cacau. Hoje, é uma das mais procuradas do litoral sul pelos banhistas e turistas, apresentando uma extensa faixa de areia margeada por um coqueiral. Sua infra-estrutura inclui um camping, várias cabanas padronizadas, chuveiros e sanitários (**Figura II.5.3.I.1–3**).



Fotos: Pesquisa de Campo / Íris Almeida, 2008

Figura II.5.3.I.1–3 - Praia dos Milionários

Praia do Cristo

Localiza-se na Baía do Pontal. Como seu próprio nome indica, nela há uma estátua do Cristo Redentor bastante procurada para visitação (**Figura II.5.3.I.1–**

4).Suas águas são recomendadas para algumas práticas esportivas, como passeios de caiaque, jet-ski e hobby-cat.



Fonte: Disponível em: www.feriasbrasil.com.br / www.costadocacau.com.br

Figura II.5.3.I.1-4 - Morro do Pernambuco / O Cristo

Praia Cururupe

Praia rica em manguezais possui cabanas e caiaques para aluguel. Tem um grande significado histórico, já que o local foi palco de uma batalha em 1559, que quase dizimou a aldeia dos índios tupiniquins (SETUR, 2008).



Fotos: Pesquisa de Campo / Íris Almeida, 2008

Figura II.5.3.I.1-5 - Rio Cururupe / Praia do Cururupe

Pontos Turísticos de Una

Localizada a 64 quilômetros ao sul de Ilhéus, o município de Una, uma antiga sesmaria de Ilhéus, foi colonizado por alemães, austríacos e poloneses. Com a chegada desses europeus nas áreas da atual Fazenda São José (antiga sesmaria concedida a Maria Clementina Henriqueta) começou a se formar a primeira povoação entre as embocaduras dos rios Una e Maruim. Anos depois o povoado foi tragado pelo mar. Seus habitantes foram obrigados a se mudar para um local mais seguro, distante quatro milhas, ao qual denominaram, novamente, de Una. Em tupi, Una significa preto, e este nome se deve à coloração do rio que banha a cidade (SETUR, 2008).

Segundo a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, Una é considerada por cientistas e ambientalistas uma das áreas mais importantes do planeta para a conservação ambiental, devido à diversidade da fauna e da flora, sendo, inclusive, o único habitat do mico-leão-da-cara-dourada, espécie ameaçada de extinção.

Diante dessa riqueza histórica, cultural e natural, em Una alguns locais são bastante visitados por turistas, como:

Praia da Ilha de Comandatuba

Em seus 17km de costa, a ilha oferece inúmeros pontos apropriados para banho, surf e outros esportes náuticos. A área, uma antiga fazenda de cocos, hoje apresenta uma completa infra-estrutura, incluindo, um moderno resort com campo de golfe, centro de esportes náuticos e barracas de praia bem equipadas.

O sul da ilha oferece como atrativo adicional banhos de lama medicinal, em poços no meio do manguezal.

Ilha do Desejo

Em toda sua extensão apresenta um mar de águas mornas e calmas, excelente para banhos em qualquer fase da maré. Seu maior destaque, no entanto, fica ao sul, parte mais deserta, onde os praticantes do naturismo têm uma excelente opção de banho doce ou pesca na foz do Rio Acuípe. A praia conta com uma razoável infra-estrutura turística.

Rio Acuípe

Rio que corre em paralelo com o mar, com manguezais, restingas e coqueirais localizados na divisa dos municípios de Ilhéus e Una.

Praia de Una Mirim

Cercada por um mar límpido, coqueiros e Mata Atlântica, a Praia de Una Mirim é um bom destino para o turismo contemplativo, principalmente, por suas águas mornas e calmas.

II.5.3.J. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Este item faz referência à descrição das instituições governamentais no âmbito da esfera federal, estadual e municipal, que atuam no controle e fiscalização ambiental na Área de Influência do empreendimento na Bahia.

II.5.3.J.1. Esfera Federal

Agência Nacional de Águas – ANA

Amparada pelo disposto na Lei nº 9.433/97, na Lei nº 9.984/00 e no Decreto nº 3.692/00, a ANA tem como atribuição fiscalizar os usos de recursos hídricos nos corpos de água de domínio da União, conforme disposto na Constituição Federal.

A ação fiscalizadora de caráter preventivo da ANA baseia-se nos planos de bacias hidrográficas, nas decisões dos comitês de bacia e na outorga. Direcionada a orientar o usuário para a regularização, a ação preventiva se desenvolve de forma sistêmica e inclui campanhas de fiscalização em bacias hidrográficas prioritárias. Já a ação corretiva ou repressiva decorre, em grande parte, do atendimento a denúncias ou de campanhas de fiscalização, em um trabalho “corpo a corpo” com o usuário, inicialmente orientando-o e, nos casos de conflitos pelo uso da água, buscando o consenso entre usuários, ou, ainda, aplicando os instrumentos regulamentares previstos na Resolução ANA nº 082/02. Este trabalho é apoiado por tecnologias modernas, como o sensoriamento remoto.

IBAMA

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) desenvolve ações na área de influência da atividade em estudo no sentido de incentivar ações de proteção a fauna e a flora regional. O IBAMA possui instrumentos de fiscalização ambiental com o objetivo de garantir que os recursos naturais sejam explorados racionalmente, em

BIOMONITORAMENTO E MEIO AMBIENTE



Coordenador da Equipe

Técnico Responsável

Relatório
BR /

Revisão 00
08/2008

consonância com as normas e regulamentos estabelecidos para a sustentabilidade. O IBAMA atua no litoral do Estado da Bahia através do Escritório Regional de Ilhéus.

Na Bahia, a Gerência Executiva do IBAMA tem sede localizada na Avenida Juracy Magalhães Júnior, 608, Rio Vermelho, CEP: 41940-060 - Salvador-BA - Fone: (71) 3172 1650.

II.5.3.J.2. Esfera Estadual

Instituto do Meio Ambiente – IMA

Na Bahia o IMA possui em sua estrutura organizacional coordenações específicas para a realização de fiscalização ambiental e atendimento a denúncias no Estado da Bahia. A Coordenação de Fiscalização Ambiental - COFISA é composta por técnicos de seu quadro funcional, lotados na sua Sede e nas Unidades Regionais de Fiscalização – URFs.

No exercício do poder de polícia ambiental, o IMA atua também em operações especiais de fiscalização. Essas operações são planejadas e executadas pela equipe técnica do órgão ou em cooperação com outras instituições, como a Companhia de Polícia de Proteção Ambiental (COPPA) da Polícia Militar, a Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação (SFC), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

A Diretoria de Fiscalização e Monitoramento Ambiental (DIFIS) é encarregada das Coordenações de Fiscalização Ambiental e Atendimentos Emergenciais, de Atendimento a Denúncia, de Avaliação da Qualidade Ambiental e de Informações Ambientais. O Sistema Estadual de Informações Ambientais (SEIA) é um portal que centraliza as informações e notícias relativas ao meio ambiente no Estado da Bahia.

O IMA conta com sete Unidades Regionais de Fiscalização (URFs) dentro de todo o estado, atuando nas ações de fiscalização em sua região como organismos de política, controle e fiscalização ambiental.

Das Unidades Regionais de Fiscalização – URFs. situadas nos municípios da AI, apenas Ilhéus possui uma unidade.

Unidades Regionais de Fiscalização - Ilhéus

Pç. Coronel Pessoa, 89 Salas 803/804 - Centro - CEP: 45.660-000

(73) 634-2710 / (73) 231-5221

Tel/Fax: (73)634-1027

A Sede do Instituto do Meio Ambiente localiza-se na:

Rua Rio São Francisco, 01 - Monte Serrat, CEP – 40.425-060, Salvador – Bahia Telefone: (71) 3117-1400 Fax: (71) 3117-1200 e-mail: cra@cra.ba.gov.br - homepage: www.seia.ba.gov.br/cra

Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ

A fiscalização dos diversos usos das águas superficiais e subterrâneas em todos os corpos hídricos de domínio do Estado da Bahia foi regulamentada no dia 04/04/2008 pelo governador Jaques Wagner, por meio de decreto publicado no Diário Oficial do Estado, atribuindo poder de polícia administrativa ao INGÁ, autarquia vinculada à Secretaria do Meio Ambiente – SEMA.

É a primeira vez que o Estado da Bahia assume a competência de fiscalizar os usos dos recursos hídricos, conforme previsto na Lei das Águas (9.433/97) e Lei Estadual dos Recursos Hídricos (10.432/06), que exige autorização do órgão executor da Política Estadual de Recursos Hídricos para captação de água ou lançamento de efluentes nos corpos hídricos do estado (outorga). Anteriormente, a SRH fiscalizava apenas com notificações, dando prazo para regularização do uso, sem poder multar ou impedir o dano.

O decreto vai possibilitar um melhor controle dos mananciais de água do estado, dos usos realizados, e das outorgas concedidas, com força de lei, combinando com ações preventivas de educação ambiental e de orientação aos usuários da água.

Compete ao INGÁ fiscalizar o uso dos Recursos Hídricos, acompanhar, controlar e apurar as infrações, a aplicação de sanções e a determinação de

BIOMONITORAMENTO E MEIO AMBIENTE



Coordenador da Equipe

Técnico Responsável

Relatório
BR /

Revisão 00
08/2008

retificações das atividades, obras e serviços realizados pelos usuários da água nas bacias hidrográficas baianas.

O INGÁ está localizada na Av. ACM, nº 357 - Itaipara - CEP 41.825-000 - Salvador – Bahia. Tel. (71) 3116-3200 Fax. (71) 3355-1400.

II.5.3.J.3. Esfera Municipal

A gestão ambiental dos municípios está a cargo das respectivas secretarias municipais de meio ambiente, com definição de atribuições e estratégias na lei orgânica municipal.

Superintendência de Meio Ambiente de Maragogipe

Praça Conselheiro Antônio Rebouças, s/n
Fone: (75) 3526-2956

Secretaria de Meio Ambiente de Ilhéus

Secretário: Antonio Olympio Rehem da Silva
Secretaria fica localizada na sede da Maramata - Fundação Universidade Livre do Mar e da Mata, no turno vespertino.

Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Una

Praça Doutor Manoel Pereira de Almeida, 14, Centro
Secretário: Alvino Alves Dias Neto
Telefone: 73 3236-2021

II.5.3.J.4. Escritórios das Unidades de Conservação

São listadas abaixo as Unidades de Conservação existentes na área de influência e que possuem escritórios locais.

APA Costa de Itacaré / Serra Grande

Avenida Juca Leão, 463 – Centro – CEPLAC – CEP: 45.600-000 Itabuna – Bahia Tel.: 55 (0xx73) 3211 8248 Responsável: Marco Aurélio Souza Silva
Municípios da All que abrange: Itacaré; Uruçuca, Ilhéus.

APA Lagoa Encantada e Rio Almada

Praça São João Batista, 190 – Pontal – CEP: 45.654-400 Ilhéus – Bahia – Brasil Tel.: 55 (0xx73) 3634 5681 Responsável: Frederico Costa Curta /
Municípios da Al que abrange: Ilhéus e Uruçuca.

Parque Estadual Serra do Condurú

Rua Major Homem Del Rey, nº 147, Cidade Nova, Ilhéus. CEP: 45652-180.
Presidente do Conselho Gestor: Marcelo Barreto.

Reserva Biológica de Una

Rua Alice Fuches de Almeida, 171. Caixa Postal nº 008 cep: 45.690-000 - Una – Ba. Responsável: Paulo César Pires Diniz Da Cruz. E-MAIL: paulo.cruz@ibama.gov.br

Reserva Extrativista da Baía do Iguape

Rua Coronel Antonio Felipe de Melo, Nº52 CEP: 44.420-000 - Maragogipe-BA. Responsável: Carlos Antônio Santos Oliveira. Fone: (75) 3526- 1495

II.5.3.K. INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL

Toda a Área de Influência do empreendimento está localizada na zona costeira brasileira, considerada como patrimônio nacional, definido pela Constituição Federal de 1988. O Decreto Federal 5.300/2004 considera como zona costeira o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos ambientais, abrangendo as seguintes faixas:

Faixa Marítima - é a faixa que se estende mar afora distando 12milhas marítimas (22,2Km) das Linhas de Base estabelecidas de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, compreendendo a totalidade do Mar Territorial.

Faixa Terrestre - é a faixa do continente formada pelos municípios que sofrem influência direta dos fenômenos ocorrentes na Zona Costeira, a saber:

- a) Os municípios defrontantes com o mar, assim considerados em listagem desta classe, estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE);
- b) Os municípios não defrontantes com o mar que se localizem nas regiões metropolitanas litorâneas;
- c) Os municípios contíguos às grandes cidades e às capitais estaduais litorâneas, que apresentem processo de conurbação;
- d) Os municípios próximos ao litoral, até 50km da linha de costa, que aloquem, em seu território, atividades ou infra-estruturas de grande impacto ambiental sobre a Zona Costeira, ou ecossistemas costeiros de alta relevância;
- e) Os municípios estuarinos-lagunares, mesmo que não diretamente defrontantes com o mar, dada a relevância destes ambientes para a dinâmica marítimo-litorânea;

- f) Os municípios que, mesmo não defrontantes com o mar, tenham todos seus limites estabelecidos com os municípios referidos nas alíneas anteriores.

A estratégia, a política e os planos nacionais referentes à gestão integrada da zona costeira e marinha e à proteção desses ambientes são implementados sob supervisão do Ministério do Meio Ambiente (MMA), pelo Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho. Entre os programas existentes pode ser citado o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO) e o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE) (MMA, 2006). Os resultados desdobram-se em uma série de projetos integrados, com ações intermunicipais e intersetoriais, voltadas ao atendimento de demandas prioritizadas.

Na esfera federal, além da função coordenadora das ações estaduais e municipais, os planos atuam como articuladores das políticas públicas da União, cujos efeitos incidem sobre a zona costeira, de forma a compatibilizá-las com diretrizes de desenvolvimento sustentável e com as ações efetivadas por iniciativa dos estados e municípios. (PETROBRAS, 2006)

II.5.3.K.1. Esfera Federal

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC foi instituído pela Lei 7.661, de 16/05/88, cujos detalhamentos e operacionalização foram objeto da Resolução no 01/90 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), de 21/11/90, aprovada após audiência do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). O PNGC orienta a utilização racional dos recursos da zona costeira e tem sido implementado pelo Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro - GERCO, que tem como objetivo preponderante "planejar e gerenciar, de forma integrada, descentralizada e participativa, as atividades socioeconômicas na Zona Costeira, de forma a garantir sua utilização sustentável, por meio de medidas de controle, proteção, preservação e recuperação dos recursos naturais e ecossistemas costeiros", onde a área de influência da atividade está inclusa (PETROBRAS, 2006).

As Resoluções CIRM no. 001/90 - 1a. Versão do PNGC – e Resolução CIRM no. 005, 01/12/1997 – 2a. Versão PNGC II: e a Regulamentação da Lei 7661/88 - Decreto 5.300, 07/12/2004 - estabelecem:

- Definições (ex. dunas moveis, preamar, conurbação),
- Regras de uso e ocupação da zona costeira,
- Limites, objetivos, competências da gestão, instrumentos,
- Critérios de gestão da orla marítima.

Aplicam-se para a gestão da zona costeira os seguintes instrumentos, de forma articulada e integrada:

- Plano de Ação Federal da Zona Costeira - PAF: planejamento de ações estratégicas para a integração de políticas públicas incidentes na zona costeira, buscando responsabilidades compartilhadas de atuação;
- Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC: estabelece a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, define responsabilidades e procedimentos institucionais para a sua execução, tendo como base o PNGC;
- Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro - PMGC: implementa a Política Municipal de Gerenciamento Costeiro, define responsabilidades e procedimentos institucionais para a sua execução, tendo como base o PNGC e o PEGC, devendo observar, ainda, os demais planos de uso e ocupação territorial ou outros instrumentos de planejamento municipal;
- Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro - SIGERCO: componente do Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente - SINIMA, que integra informações georreferenciadas sobre a zona costeira;
- Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira - SMA: estrutura operacional de coleta contínua de dados e informações,

BIOMONITORAMENTO E MEIO AMBIENTE

para o acompanhamento da dinâmica de uso e ocupação da zona costeira e avaliação das metas de qualidade socioambiental;

- Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira - RQA-ZC: consolida, periodicamente, os resultados produzidos pelo monitoramento ambiental e avalia a eficiência e eficácia das ações da gestão;
- Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC: orienta o processo de ordenamento territorial, necessário para a obtenção das condições de sustentabilidade do desenvolvimento da zona costeira, em consonância com as diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional, como mecanismo de apoio às ações de monitoramento, licenciamento, fiscalização e gestão;
- Macrodiagnóstico da zona costeira: reúne informações, em escala nacional, sobre as características físico-naturais e socioeconômicas da zona costeira, com a finalidade de orientar ações de preservação, conservação, regulamentação e fiscalização dos patrimônios naturais e culturais.

Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE)

O Programa é um projeto científico coordenado pelo Governo Federal que visa o levantamento dos potenciais sustentáveis de capturas de recursos pesqueiros entre 12 e 200milhas náuticas da costa brasileira. O Programa encontra-se em execução desde 1995, quando teve início o trabalho de coleta de dados. Nesse contexto, a equipe de pesquisadores da Costa Central, área que abrange a AI deste estudo, região compreendida entre Salvador-BA (12ºS) e o Cabo de São Tomé-RJ (22ºS), incluindo as ilhas de Trindade e Martin Vaz, tem desenvolvido desde 1996 atividades de prospecção científica. Estas atividades incluem estoques pesqueiros (onde não há pesca comercial ou esta

é irrelevante) e avaliação de estoques a partir de desembarques comerciais (para recursos de alto mar explorados). (REVIZZE, 2005).

Informações relativas às capturas, esforço de pesca e dinâmica populacional dos recursos explorados foram coletadas entre 1997 e 2000 em entrepostos de desembarque espalhados pela região (REVIZZE, 2005).

O REVIZEE é coordenado por um Comitê Executivo, formado por representantes de todos os Ministérios envolvidos - Ciência e Tecnologia (MCT), Educação e Desporto (MEC), Marinha (MM) e Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), além do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), coordenador operacional do Programa, da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A Coordenação Geral do REVIZEE está a cargo do MMA, contando com o suporte técnico-científico de um corpo de consultores *ad hoc*.

Como instrumentos legais, destacam-se ainda:

- Resoluções CONAMA:
- Legislações e outros documentos legais produzidos pelo IBAMA, pertinentes as zona Costeira;
- Área Portuária: Lei nº9966/2000 (contingência), regulamentado pela Resolução CONAMA 293/2001 (Plano de Emergência Individual-PEI);
- Decretos nº4136/2002 e 4871/2003 (Planos de Área)
- Decretos Federais nº5203/2004 e 4406/2002 – competências do Ministério do Turismo para designar portos turísticos e das diretrizes para fiscalização

II.5.3.K.2.Esfera Estadual

Gerenciamento Costeiro – GERCO - BAHIA

O Programa Gerenciamento Costeiro - GERCO tem como objetivo o planejamento e ordenamento da zona costeira de forma integrada e participativa. É um programa que está integrado ao Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA II, desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA, integrando o Estado através do Instituto do Meio Ambiente (IMA).

O Gerenciamento Costeiro na Bahia é um programa do Governo Federal que visa:

- Preservar os ecossistemas costeiros
- Evitar a degradação dos recursos naturais
- Compatibilizar as atividades socioeconômicas e turísticas e a expansão urbana
- Acesso e uso das praias a toda população permanente e visitante
- Disponibilização de um sistema de informações georreferenciadas.

A Bahia possui uma faixa marítima de 12 milhas náuticas e uma faixa terrestre que abrange 53 municípios, subdivididos pelo programa em 03 setores: Litoral Norte, Salvador/Bahia de Todos os Santos (BTS) e Litoral Sul. A área de estudo da GERCO que corresponde ao Litoral Sul, é equivalente a 25.873km² abrangendo desde o município de Valença até o município de Mucuri.

O Projeto tem como suporte os produtos e mecanismos de participação existentes, o apoio das Prefeituras Municipais, a CONDER e a CAR como co-executores dos trabalhos, e a colaboração de instituições como a SETUR e o SEBRAE, além de Universidades e da sociedade civil organizada.

Zoneamento Ecológico-Econômico

A área de influência sob estudo abrange municípios pertencentes a duas regiões do litoral baiano, conforme divisão política do Estado, a do Litoral Sul e do Recôncavo Baiano.

Atualmente encontra-se em tramitação os Termos de Referência para a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado da Bahia, a ser licitado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Corredores Ecológicos

O Projeto Corredores Ecológicos, componente do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras – PPG 7, tem como principal objetivo a conservação *in situ* da diversidade biológica das florestas tropicais do Brasil, por meio da integração de Unidades de Conservação públicas e privadas em “corredores ecológicos” selecionados.

Os Corredores Ecológicos são definidos como grandes áreas marinhas e florestais biologicamente prioritários e viáveis para a conservação da diversidade biológica, compostos por conjuntos de Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Áreas de Interstício. Até o momento, foram selecionados dois corredores: o Corredor Central da Amazônia e o Corredor Central da Mata Atlântica.

Este Projeto apresenta uma nova estratégia de conservação da biodiversidade, indo além do paradigma das “ilhas biológicas” constituídas pelas unidades de conservação, para propor o manejo integrado de grandes extensões territoriais mediante o uso gradativo de seus recursos, desde a conservação estrita até o aproveitamento sustentado.

A motivação vem da constatação de que o atual sistema de áreas protegidas isoladas, administradas pelo Governo e cercadas por uma paisagem onde pouco ou nenhum controle é exercido sobre as atividades de desenvolvimento não é suficiente para assegurar a proteção da diversidade biológica.

O fundamento básico do conceito de corredores está na potencialização da conectividade entre áreas protegidas por políticas integradas e de fomento a projetos que envolvam, além dos sistemas tradicionais de áreas protegidas, parques e reservas de uso restrito, também as áreas de interstício entre elas e as terras indígenas. Sendo assim, o conceito de corredor ecológico exige uma visão sistêmica em que partes diferenciadas, com papéis específicos, atuem no processo de construção de um espaço maior de conservação.

II.5.3.K.3.Esfera Municipal

Bases Normativas e Legais

Entende-se que as bases normativas e legais são instrumentos que auxiliam os municípios, e também a sociedade, na ação de proteger o território de ocupação desordenada, em cenário de crescimento constante de ocupação. Para isso contou-se com as leis de uso do solo, incluindo o seu zoneamento, a fiscalização das construções e todo o sistema de licenciamento das edificações.

Conforme a **Tabela II.5.3.K.3-1** abaixo apresentada pode – se verificar os Instrumentos de Gestão, implementados nos municípios da AI, segundo dados do PRODETUR NE II e atualização junto às respectivas prefeituras..

Tabela II.5.3.K.3-1 – Instrumentos de Gestão implementados nos Municípios da AI.

Municípios	Base Normativa Lei de Uso do Solo e Meio Ambiente	Instrumentos de Gestão, controle e fiscalização			
		Conselhos Municipais		Código de Obras	Código de Posturas
		Turismo	Meio Ambiente		
Maragogipe	X	X	X	X	X
Ilhéus	X	X	X	X	X
Una	-	X	X	X	X

Fonte: IBGE – Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999 *apud* PRODETUR NE II, 2003
Pesquisa de campo, Jan,2008

É importante destacar que os municípios que já contam com o instrumento de legislação de uso do solo e meio ambiente estão mais preparados para proteger seus territórios de especulações imobiliárias, atividades desordenadas, apresentando assim melhores condições de receberem novos empreendimentos.

O principal instrumento de gestão é o Plano Diretor Municipal, que pode ser definido como o instrumento básico da política de desenvolvimento do município. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural, na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população.

Na área em estudo existem níveis bastante próximos de implementação destes planos. Incluindo um município que não o tem (Maragogipe), até a cidade de Ilhéus onde o mesmo já foi implementado e atualizado diversas vezes.

II.5.3.K.4.Plano Diretor

De forma geral um plano diretor visa:

- Direitos para todos, compreendendo o direito a terra, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer;
- Elevar a qualidade do ambiente urbano, por meio da preservação dos recursos naturais e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico, arqueológico e paisagístico;

O Plano Diretor reúne diretrizes para o desenvolvimento do município, contendo estratégias de ocupação do território municipal, especialmente o urbano, baseado na compreensão das funções econômicas, características ambientais, sociais e territoriais do município e da sua região de influência.

Nele podem estar contidos os seguintes instrumentos, conforme indicação do Estatuto das Cidades:

- Lei do Plano Diretor
- Código de Obras
- Lei de Perímetro Urbano
- Lei de Parcelamento
- Macrozoneamento
- Lei de Uso e Ocupação do Solo

Segundo a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais para a política urbana, o Plano Diretor é constitucionalmente obrigatório para todos os municípios com mais de 20.000 habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, onde haja interesse para uso do poder público, integrantes de áreas de especial interesse turístico ou inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

A **Tabela II.5.3.K.4-1** abaixo apresenta de forma detalhada a situação em que se encontram os municípios da AI deste estudo em relação ao Plano Diretor Municipal.

Tabela II.5.3.K.4-1 – Situação em relação ao Plano Diretor Municipal.

Municípios	Situação
Maragogipe	Possui PDM
Ilhéus	Possui PDU - Precisa complementação para PDM
Una	Possui PDM

PDU - Plano Diretor Urbano

Prodetur II - Elaboração Prevista nos PDITS

PDM - Plano Diretor Municipal

Fonte: SUINVEST 2003 / Pesquisa de Campo, 2008.

O Plano Diretor Urbano de Ilhéus, que entrou em vigor em 1979/80, sofreu algumas atualizações e modificações, que possibilitaram seu uso durante duas décadas. Ressalta-se que Ilhéus já conta com um novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), que entrou em vigor no ano de 2001.

A equipe de Planejamento da Prefeitura Municipal de Ilhéus atualizou a lei de uso e ocupação do solo e o código de edificações, em consonância com as novas premissas da Legislação Ambiental e com a Lei de Parcelamento de Solos, que também foi atualizada no novo Plano Diretor. Dessa forma, esse município apresenta uma base legal para o desenvolvimento e controle urbano, ambiental e turístico, estes mais desenvolvidos do que o restante da região. (PRODETUR, 2003)

Os instrumentos legais atualmente utilizados para o gerenciamento do uso e conservação dos recursos naturais consistem basicamente de Unidades de Conservação, entre as quais APAs (Áreas de Proteção Ambiental), Parques, Reservas Ecológicas e Reservas Extrativistas.

As Unidades pertencentes à área do estudo são apresentadas de forma sucinta logo abaixo, pois o mesmo tema já foi discutido em detalhe no “**Item II.5.2-A – Unidades de Conservação**” deste estudo.

As Unidades de Conservação estão apresentadas conforme **Quadro II.5.3.K.4-2** abaixo de acordo com os municípios em que abrangem:

Quadro II.5.3.K.4-2 - Unidades de Conservação, de uso indireto e direto, das zonas litorâneas e marinhas, presentes na área de influência do empreendimento.

Esfera	Nome	Ato de Criação	Localização / Proprietário	Área
Federal	Reserva Biológica de Una	Decreto Federal no. 85.463 de 10.12.80	Una	11.400 ha
	Reserva Extrativista Marinha da Baía de Iguape	Decreto Federal de 11.08.00	Maragogipe e Cachoeiras	8.117 ha
	Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras	Decreto de 5 de Junho de 2006	Canavieiras, Belmonte e Una	100.646,85 ha
	RPPN Ecoparque de Una	Portaria Federal no. 53 / 99 -N	Una / Instituto de Estudos Sócio-Amb. do sul da Bahia	383 ha
	RPPN Helico	Portaria nº 09 de 18 de janeiro de 2007	Ilhéus / Helfrid Herbert Hess	65 ha
	RPPN Boa União	Portaria nº 29/2007	Ilhéus / Milton Augustines de Castro e Maria Lúcia Caldas S. de Castro	112,82 ha
	RPPN Fazenda São Paulo	Portaria Federal no. 022/96-N	Ilhéus	25 ha
	RPPN Fazenda São João	Portaria Federal no. 22/97-N	Ilhéus / Regina Helena R. dos S. Pessoa	25 ha
	RPPN Reserva Salto Apepique	Portaria Federal no. 103/ 97-N	Ilhéus / Gustavo Henrique M. Nora e outros	118 ha
	RPPN Fazenda Arte Verde	Portaria Federal no. 114/ 98 -N	Ilhéus / Sérgio Ramos dos Santos	10 ha
	RPPN Mãe da Mata	Portaria Federal 32/04	Ilhéus / Ronaldo de Jesus Santana	13,5 ha
	RPPN Fazenda Ararauna	Portaria Federal 06/03	Una / Julia Nuscheler e outros	39ha
Estadual	Reserva Ecológica de Lagoas de Mabassu	Decreto Estadual 24.643 de 28/02/1975	Una	450ha
	Reserva Ecológica de Ilhéus	Decreto Estadual 24.643 de 28/02/1975	Ilhéus	-
	Reserva Ecológica Estadual Morro do Cururupe	Decreto Estadual 24.643 de 28/02/1975-	Ilhéus	5ha
	APA Baía de Todos os Santos	Decreto Estadual nº 7.595, de 05/06/1999	Cachoeira, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Saubara, Simões Filho e Vera Cruz	800 km ²

Continua

Continuação - Quadro II.5.3.K.4-2

Esfera	Nome	Ato de Criação	Localização / Proprietário	Área
Estadual	RPPN Nova Angélica	Portaria Estadual ano de 2006	Una / Instituto de Estudos Sócio-Amb. Do sul da Bahia	135,17 ha
	Parque Estadual Serra do Condurú	Decreto Estadual no. 6.227 de 21.02.97 alterado pelo Decreto 8.702 de 04 de novembro de 2003	Itacaré, Uruçuca e Ilhéus.	9.275 ha
	APA da Lagoa Encantada e Rio Almada	Decreto Estadual no. 2.217 de 14.06.93. alterada pelo Decreto Nº 8.650 de 22 de Setembro de 2003.	Ilhéus, Uruçuca, Itajuípe, Coaraci e Almadina,	157.745 ha
Municipal	Parque Municipal Jardim Botânico de Ilhéus	Decreto Municipal no. 42 de 17.6.94 Lei Orgânica 01/2001	Ilhéus	359 ha
	RPPN Fazenda do Bicho Preguiça	-	Ilhéus	-

APA: Área de Proteção Ambiental; RESEX: Reserva Extrativista; RPPN: Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Fonte: SEIA, 2007

APA Lagoa Encantada e Rio Almada

A Lagoa Encantada encontra-se inserida na Bacia do Rio Almada, no sudeste do estado da Bahia, limitando-se ao norte com a Bacia do Rio Cachoeira e a leste com o Oceano Atlântico. A Lagoa Encantada é a maior lagoa do sistema Almada, tendo conexão com o Rio Almada e uma rede de afluentes composta pelos rios Caldeira, Pipite e Inhaúpe.

Criada a partir do Decreto nº 2.217, de 14 de junho de 1993, a APA Lagoa Encantada, assim designada antes da sua ampliação, era composta por 11.745ha e abrangia apenas o município de Ilhéus. Em razão da ampliação da em direção às nascentes e ao estuário do Rio Almada a mesma passou a acrescentar uma área de 146.000ha (Decreto Nº 8.650 de 22 de Setembro de 2003), perfazendo uma área total estimada de 157.745ha, agora pertencendo aos municípios de Ilhéus, Uruçuca, Itajuípe, Coaraci e Almadina.

A proteção da área foi proposta pela Prefeitura de Ilhéus, para ampliar e assegurar a vocação turística da cidade, permitindo que o visitante possua mais uma alternativa de lazer. A rica fauna aquática representada

BIOMONITORAMENTO E MEIO AMBIENTE

principalmente por peixes, como robalos e carapebas, serve de sustento às comunidades ribeirinhas, aliada ao turismo que vem sendo uma nova opção de renda no local.

APA Baía de Todos os Santos

A Área de Proteção Ambiental - APA Baía de Todos os Santos - criada pelo Decreto Estadual nº 7.595, de 05/06/1999, está localizada na área do Recôncavo baiano, incluindo as águas e as ilhas da Baía de Todos os Santos, com uma superfície de 800Km². Foi criada com o objetivo principal de assegurar a proteção de suas ilhas, ordenando as atividades socioeconômicas presentes na área e preservando locais de grande significado ecológico e cultural.

RESEX Canavieiras

Decretada no dia 5 de junho de 2006 e abrangendo uma área de 100.645,85 ha a RESEX de Canavieiras compreende parte do município de Una, e toda a área estuarina do município de Canavieiras, entre a ilha de Comandatuba e o limite com o município de Belmonte englobando as localidades de Puxim do Sul, Puxim de Fora, Oiticica e Barra Velha ao norte da sede de Canavieiras e Atalaia e Campinhos ao sul.

O Instituto Chico Mendes (ICMBIO) é o órgão responsável pela gestão da RESEX. Todo o gerenciamento será feito de forma conjunta com o Conselho Deliberativo e as Associações de usuários, garantindo a participação da sociedade em todo o processo de gestão. Uma das ferramentas de gestão da RESEX será o Plano de Manejo, documento técnico em fase de elaboração com o objetivo de regulamentar as atividades realizadas na unidade. (PANGEA, 2008).

O Conselho Deliberativo será formado por representantes das Entidades da Sociedade Civil, dos Órgãos Públicos e dos extrativistas (pescadores e marisqueiras) das sete comunidades do município.

RESEX Baía do Iguape

A Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape está localizada nos municípios baianos de Maragogipe e Cachoeira. A UC ocupa uma área aproximada de 8.117,53ha, dos quais 2.831,24ha são terrenos de mangue e 5.286,29ha são águas internas brasileiras. Parte da bacia do rio Paraguaçu é anexa à Baía de Todos os Santos. A Baía do Iguape é um grande lagamar bordado por manguezais extensos e em ótimo estado de conservação.

Declarada de interesse ecológico e social, a criação da Reserva tem por objetivo garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pelos habitantes locais. No caso da Baía de Iguape, pescadores e marisqueiras são responsáveis por uma produção artesanal voltada para uso interno e comércio com Salvador.

Parque Estadual Serra do Condurú

Criada a partir do Decreto Estadual no. 6.227 de 21/02/97 inicialmente com uma área total de 7.000ha, o parque apresentava-se limitado ao Norte com o Rio de Contas, em Itacaré, a Oeste, com a estrada que liga Uruçuca ao povoado de Taboquinhas/Itacaré, à Leste com a rodovia BA-001, que liga Ilhéus a Itacaré, a ao Sul com a Lagoa Encantada.

O objetivo da implantação do Parque da Serra do Conduru foi à preservação da fauna e flora locais. O parque concentra uma grande biodiversidade, tendo sido encontradas uma grande presença de espécies distintas de árvores por hectare de floresta, segundo o trabalho desenvolvido pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e o *New York Botanic Garden*.

Considerando a urgência da continuidade do processo de Regularização Fundiária das áreas da unidade e a necessidade de se contribuir para a preservação e a restauração da diversidade dos ecossistemas naturais, além da proteção de recursos hídricos e de paisagens naturais de notável beleza cênica no bioma da Mata Atlântica foi alterada a partir do Decreto 8.702 de 04

de novembro de 2003, a poligonal do Parque, que passou a ter área total estimada em 9.275 hectares, situando agora nos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré.



II.5.3.L. PRINCIPAIS RECURSOS NATURAIS UTILIZADOS

Este Item tem como foco descrever os recursos naturais utilizados, identificando e caracterizando seus usuários, suas formas de utilização, aspectos legais relacionados e incentivos governamentais às atividades, *status* de conservação e tendências futuras para o uso destes recursos, para o prazo de duração do empreendimento.

Os ambientes costeiros e marinhos são considerados importantes fontes de recursos naturais que historicamente têm suas formas de exploração diversificadas, motivadas pelo avanço tecnológico, o aumento do consumo verificado em escala global, por conta da integração dos mercados e também pela escassez de recursos verificada em áreas tradicionalmente produtoras.

A vulnerabilidade dos ambientes costeiros e as possibilidades de exploração destas áreas têm sido tema de importantes estudos e ações, principalmente por concentrarem o maior percentual da ocupação humana em todo o planeta.

Nestas áreas, os conflitos se estabelecem em função da apropriação de determinados recursos entre grupos sociais distintos, inclusive quando o recurso está além do regime de propriedade assumido pela sociedade, como é o caso dos recursos encontrados nos ambientes costeiros e marinhos, em virtude da diversidade de atores envolvidos e em função da ausência de uma propriedade identificável.

O litoral baiano tem tido nas últimas décadas uma progressiva inserção de atores sociais diversos, constituindo gradativamente um novo contexto, no qual ressaltam novas territorialidades, construídas pela conformação de poderes derivados da expansão do capital. A atividade da pesca artesanal, o desenvolvimento do turismo em suas diversas modalidades, as ações voltadas para a conservação da biodiversidade, o crescente processo de urbanização, a atuação da comunidade científica, a agricultura mecanizada e a pecuária extensiva, o setor de exploração de petróleo e gás, a presença de comunidades indígenas, a carcinicultura, entre outras questões, compõem este

novo campo de múltiplos atores cujos interesses, motivações e percepções são muitas vezes contraditórias e conflitantes.

A descrição a seguir foi baseada em dados disponível no PDITS, 2003 para a área do Sul da Bahia e Recôncavo Baiano.

II.5.3.L.1.Principais Atividades

Os municípios da AI se caracterizam por apresentar uma base econômica assentada fortemente na produção agrícola. Localizados na região Sul, a devastação das lavouras de cacau pela praga da “vassoura de bruxa” durante a década de 90 acentuou um processo de crise deste setor, fundamental para as economias municipais, que já se deparavam com um declínio no preço do produto no mercado internacional e um alto endividamento dos produtores. A alternativa representada pelas espécies clonadas, bem mais resistentes à praga, ainda não proporcionou a recuperação da posição de destaque que o cacau tradicionalmente apresentou nos municípios da área. (PRODETUR, 2003)

Maragogipe, no Recôncavo, foi desde seus primórdios um município de base agrícola, que durante muito tempo teve sua produção exportada para a Capital pelas águas da Baía de Todos os Santos, com destaque para o açúcar, durante o período colonial, e para o fumo, na virada do século XX, cuja produção começou a declinar na década de 1950, até a extinção total no início dos anos 90. Atualmente passando por uma grave crise econômica, a região busca novas alternativas para a revitalização de sua economia, vislumbrando como uma delas o turismo.

Frente a essa realidade, os municípios da área de influencia procuram desenvolver alternativas, de desenvolvimento econômico mais promissoras e adequadas à estrutura e características locais, de modo que se mantenham os fluxos de geração de renda e de emprego necessários. A produção do cacau mantém parte de sua importância econômica, mas hoje pode ser considerada uma atividade complementar, apesar de toda a sua influência nos costumes e na cultura da sociedade local, fruto do período em que trouxe grande fluxo de riqueza para a região (PRODETUR, 2003).

BIOMONITORAMENTO E MEIO AMBIENTE



Coordenador da Equipe

Técnico Responsável

Relatório
BR /

Revisão 00
08/2008

O **Quadro II.5.3.L.1-1** apresenta os dados do INCRA sobre a propriedade e uso das terras nos municípios da área de influencia.

Além da Pesca, tema abordado no - Item N Atividade Pesqueira - deste estudo, os municípios da área de influencia têm também como atividade econômica a aquicultura.

Quadro II.5.3.L.1- 1 - Atividades dos municípios da AI.

MUNICÍPIOS	ATIVIDADES E OCUPAÇÃO
MARAGOGIPE	Agricultura (Primeiro produtor baiano de amendoim e o 8º produtor de manga e batata-doce, expressiva produção de abacate e mandioca). Pecuária pouco desenvolvida. Possui uma indústria registrada.
ILHÉUS	Agricultura (Primeiro produtor baiano de cacau e produção expressiva de limão, mandioca, banana e coco-da-baía). Na pecuária, destacam-se os rebanhos de bovinos, suínos e muares. Conforme registros na JUCEB, possui 967 indústrias, ocupando o 8º lugar na posição geral do Estado da Bahia, e 6.490 estabelecimentos comerciais, 5ª. posição dentre os municípios baianos
UNA	Agricultura (Primeiro produtor baiano de pimenta-do-reino, 2º. de castanha de caju, 5º. de cacau, 7º. de mandioca, 8º. de coco - da-baía, e produção expressiva de abacaxi, banana e maracujá). Na pecuária, destaca-se o rebanho de muares. Conforme registros na JUCEB, possui 185 indústrias, ocupando o 41º. lugar na posição geral do Estado da Bahia, e 958 estabelecimentos comerciais, 49ª. posição dentre os municípios baianos.

II.5.3.L.2.Extração Mineral, Gás e Petróleo

Do ponto de vista geomorfológico, a região na qual se encontra inserido o empreendimento apresenta importantes jazidas de minérios e gás combustível.

A Bacia de Camamu-Almada, localizada no Litoral Sul da Bahia apresenta grande potencial de exploração de petróleo e gás em águas profundas. Conforme dados da ANP, o volume estimado é de 42 bilhões de barris de óleo e 2,8 trilhões de m³ de gás.

II.5.3.L.3.Atividades Agroextrativistas

O agroextrativismo ocorre quando atividades como a agricultura, cultivo de árvores frutíferas, pesca etc., combinam-se com atividades extrativistas gerando o que se chama de conjunto de sistemas complexos de produção agroextrativista.

Porém, a viabilidade econômica dessas atividades depende muito das oportunidades de comercialização que variam de acordo com cada cultura.

As políticas mais importantes para isto são as de apoio (sobretudo assistência técnica, crédito para investimento, beneficiamento e comercialização), a pesquisa de tecnologias de produção e industrialização, ampliação da infra-estrutura e organização dos produtores.

II.5.3.L.4 Silvicultura e Extração Vegetal

A silvicultura é a parte da agronomia que trata do reflorestamento e da cultura das matas. Na AI, segundo dados da Pesquisa da Produção Extrativa Vegetal de 2006, do IBGE, tem-se apenas a produção de lenha e madeira em tora para outras finalidades, e ainda assim, pouco significativa. Já a extração vegetal, para mesma área, apresenta-se significativa frente à produção estadual, principalmente para a piaçava. Os produtos oriundos desta atividade são: castanha-de-caju; piaçava; carvão vegetal; lenha e; madeira em tora. A piaçava é o produto de destaque. O município de Ilhéus conta com alta produção: 17.560 toneladas (IBGE, 2006).

Outro produto de destaque na produção é a castanha-de-caju. A região Nordeste representa quase toda a produção nacional desta cultura e a Bahia responde por uma produção de 39% da nordestina. Maragogipe responde com uma produção de 28 toneladas por ano, enquanto Ilhéus concentra cerca de sete toneladas e Una cinco toneladas (IBGE, 2006).

II.5.3.L.5. Agricultura – Lavouras Permanentes e Lavouras Temporárias

Conforme dados da PAM - Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE, 2001, quanto ao perfil da agricultura praticada na área de estudos, predominam as culturas permanentes.

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social-IPARDES a lavoura permanente é a área plantada ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, tais como: café, laranja, cacau, banana e uva, que, após a colheita, não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos.

Na área de influência, os principais produtos são cacau, pimenta-do-reino e côco-da-baía. Dentre os principais cultivos, destaca-se a produção de dendê. A produção baiana representa cerca de 24% da produção nacional (772.097 toneladas produzidas no Brasil e 189.117 toneladas produzidas na Bahia no ano 2001.).

Sendo grande destaque histórico, o cacau, os municípios de Ilhéus e Una os maiores produtores, com respectivamente, 7.386 toneladas e 4.388 toneladas produzidas no ano 2001. (PRODETUR, 2003)

A produção nordestina de borracha participa com cerca de 14% da produção nacional e a Bahia responde por 90% desta produção.

Das atividades agroextrativistas da área, os principais produtos cultivados são coco, cacau, dendê, cravo, seringa (para extração de látex), guaraná, pimenta do reino, piaçava e mandioca. Em função da queda da produção cacauera, e conseqüentemente do sistema agroflorestal, há também fortes pressões da extração madeireira. A existência de certa disponibilidade de recursos florestais e a falta de opções econômicas vem acarretando a retirada indiscriminada de madeira para os estaleiros tradicionais e para a produção de carvão vegetal (PRODETUR, 2003) (**Quadro II.5.3.L.5-1**).

Quadro II.5.3.L.5-1-Principais atividades agroextrativistas

Município	Principais atividades agroextrativistas (2001)
Maragogipe	Batata-Doce – R\$ 4.200 mil / ano Mandioca – R\$ 4.131 mil / ano Banana – R\$1.454 mil / ano
Ilhéus	Cacau (em amêndoas) - R\$ 32.490 mil / ano Piaçava - R\$ 20.194 mil / ano Borracha (látex coagulado) - R\$ 1.449 mil / ano Mandioca - R\$ 1.449 mil / ano Côco-da-baía - R\$ 1.183 mil / ano
Una	Cacau (em amêndoas) - R\$ 9.127 mil / ano Dendê (côco) - R\$ 4.788 / ano Mandioca - R\$ 4.032 mil / ano Côco da baía - R\$ 2.380 mil / ano Borracha (látex coagulado) - R\$ 1.924 mil / ano

Fonte: IBGE / PAM / Silvicultura / PPM / Extração Vegetal apud PDITS, 2003 Pólo Sul

II.5.3.L.6. Pecuária

Para a pecuária, segundo dados da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE para o ano 2006, destaca-se a criação de aves e de gado bovino. O município de Ilhéus, com 146.760 cabeças é o primeiro município em termos de efetivos de cabeças de aves.

Quanto ao gado bovino, o município de Ilhéus responde também pelos maiores efetivos, com 55.300 cabeças. Os três municípios contam com criações de gado bovino, suíno, eqüinos, asininos, muares e aves. Os demais rebanhos são pouco significativos.

Quadro II.5.3.L.6- 1- Perfil da Pecuária Municipal, 2006.

Municípios	Bovino	Suíno	Eqüino	Asinino	Muares	Bubalino	Ovinos	Aves	Caprinos
Maragogipe	20.200	2.758	1.920	1.358	985	-	315	44.840	240
Ilhéus	55.300	10 150	1 900	80	3 100	-	1 250	146 760	1.480
Una	5 290	1 300	500	80	3 940	-	520	22 120	780

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal, IBGE, 2006

II.5.3.L.7. Carcinicultura e Piscicultura

Segundo informações do Bahia Pesca, a Bahia concentra a maior criação de camarão do Brasil, com uma produção de 5,4 mil toneladas e movimento estimado de US\$ 22 milhões. Tal fato deve-se as condições ambientais (temperatura e salinidade da água) necessárias à criação de camarões em fazendas que a região apresenta, além da infra-estrutura em transportes e incentivos do governo. As duas maiores fazendas de Camarão do Estado encontram-se nos municípios de Jandaíra, no Norte do estado, e Valença, no Litoral Sul, ambas responsáveis por 1,4 mil hectares de lagoas de criação.

Para a piscicultura, criação de peixes em cativeiro, o projeto "Propeixe" está sendo desenvolvido em diversas regiões do Estado, envolvendo municípios do Litoral Sul. O projeto está voltado para os produtores rurais baianos e tem como finalidade gerar renda e outras opções de emprego.

O projeto atua em regiões com potencialidade hídrica como o sul e o sudoeste do Estado. Em 2000, essas regiões foram responsáveis pela

produção de 10 mil toneladas, envolvendo 314 produtores rurais e 500 famílias de 111 municípios, inclusive da microrregião de Ilhéus, além das outras.

Pesca e Mariscagem

A população das localidades costeiras possuem uma relação tradicional com os manguezais da região, de onde retiram alimentos. Em geral estas localidades se constituem em comunidades dependentes da existência dos manguezais e dos ciclos biológicos para sua sobrevivência. Pescadores e Marisqueiras, por exemplo, retiram grande parte dos alimentos que consomem dos manguezais.

Além de espécies de crustáceos como o Guaiamum, aratu, caranguejo e o siri, encontram-se também moluscos como a lambreta e o sururu. Normalmente estão associadas ao mangue outras espécies importantes como a tainha e o camarão, que têm nos mangue suas áreas de reprodução. Outras espécies freqüentam ainda os manguezais para alimentação, sendo também representativas na produção de alimentos para as comunidades costeiras.

Hoje, em todo o litoral nordestino, as populações adjacentes aos manguezais exploram diretamente os recursos do estuário e as áreas limítrofes a estes. Segundo dados disponíveis em Ramos (2002), a região costeira da Bahia apresenta 1.100km de extensão, compreendendo 39 municípios e abrigando importantes estuários ao longo de 40 bacias hidrográficas. As estimativas apontam 100.000 hectares de manguezais e uma população humana diretamente ligada a esse ecossistema em cerca de 95.000 habitantes, que movimentam uma base econômica informal expressiva para municípios e regiões.

II.5.3.M. QUALIDADE DA PAISAGEM NATURAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA

A Área de Influência da pesquisa abrange a zona litorânea dos municípios de Maragogipe, Ilhéus e Una, áreas de ocupação e povoamento antigo do país, com belos cenários paisagísticos, belezas essas constituídas tanto por elementos naturais, como por elementos culturais.

Nas últimas décadas, principalmente, com o estabelecimento da atividade turística e de outras atividades econômicas nesses municípios, as transformações sociais e ambientais foram significativas, fato que vem contribuindo para o agravamento dos problemas ambientais em áreas já degradadas, como os centros urbanos, e a proliferação desses impactos em áreas de ocupação recentes.

Para uma maior e melhor compreensão desses problemas no ambiente natural, a zona litorânea que corresponde à Área de Influência, será dividida em Sistema Ambiental Pré-Litorâneo e Sistema Ambiental Litorâneo, classificação baseada nos estudos realizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) em 1999.

II.5.3.M.1. SISTEMA AMBIENTAL PRÉ-LITORÂNEO

Corresponde à transição ecológica, entre o litoral e o interior, caracterizado por um clima tropical úmido passando a subúmido, com índices pluviométricos em torno de 1.600mm anuais e temperaturas médias anuais de 24,5° C.

As feições morfológicas que compõem a paisagem natural dessa faixa são resultantes de uma combinação de fatores climáticos e litoestruturais, que na sua troca de matéria e energia favorece a formação das unidades geomorfológicas, como: os Domínios de Mares de Morros, Tabuleiros e os Patamares Orientais.

a) Domínios de Mares de Morros e os Tabuleiros Costeiros

Segundo a SEI (1999), os Domínios de Mares de Morros e os Tabuleiros Costeiros ocupam uma superfície de grande extensão longitudinal, correspondendo a uma área de morros com vertentes convexas modeladas em rochas cristalinas antigas e de feições tabulares, cuja origem está ligada à estrutura de camadas sedimentares terciárias que recobrem aquelas rochas. A diversidade de paisagens é devido à interação de fatores litoestruturais e morfoclimáticos, modificados pela ação humana.

Essa região se caracteriza pelo desenvolvimento das atividades agrícolas diversas, como: o extrativismo vegetal, a agricultura comercial (cultivo de cacau, mandioca, dendê, banana, seringueira, dentre outros). As transformações ambientais propiciadas por essas atividades estão associadas à intensificação do desmatamento, com a retirada da cobertura vegetal original, no caso áreas de Mata Atlântica. Essa formação florestal caracteriza-se por espécies densas e bastante diversificadas, que contribui para a preservação dos sistemas ambientais da região.

A substituição dessa cobertura vegetal por culturas agrícolas favorece ao aumento do desequilíbrio do ambiente natural, com aceleração dos processos erosivos, que por sua vez, compactam o solo, levando-o a uma degradação. Os assoreamentos dos rios também decorrem dessas formas predatórias de utilização dos recursos naturais.

b) Patamares Orientais

A unidade de paisagem dos Patamares Orientais contorna os sopés de serras e planaltos, com vertentes e topos tendendo a convexização. Essa unidade possui uma diversidade ecológica bem expressiva. Os Patamares Orientais englobam os interflúvios dos baixos cursos dos rios de Contas, Almada, Cachoeira e do rio de Una, que entalham rochas granulíticas de

composição básica e se encaixam, apresentando trechos retilíneos, com angulosidades conforme as lineações estruturais (SEI, 1999).

Nessa unidade, o processo de uso e ocupação da área possibilitou uma multiplicidade de transformações ambientais. As principais mudanças nesse sistema natural ocorreram por causa das atividades produtivas praticadas pela cacauicultura, pela mineração, pelas extrações de pedras e pela pecuária, assim como, o processo de urbanização, feito de maneira desordenada.

O desenvolvimento dessas atividades sem um planejamento territorial e ambiental vem possibilitando a ocorrência de vários problemas ambientais, como: retirada das matas ciliares; devastação da mata atlântica; ocupação de áreas com fortes declives, ocasionando os deslizamentos de terra; enchentes dos rios, a exemplo do rio Cachoeira, e o lançamento de lixo e esgoto no sistema fluvial.

Assim, o processo de degradação ambiental dessa unidade reflete a deficiência na implantação de infra-estrutura básica, e a ausência de racionalidade quanto ao uso adequado dos seus recursos naturais e desconhecimento sobre a dinâmica evolutiva do relevo, condições que favorece ao agravamento dos impactos ambientais.

II.5.3.M.2- SISTEMA AMBIENTAL LITORÂNEO

Situado em extensão territorial de aproximadamente 300km, esse sistema compreende terrenos sedimentares com altimetrias de 2 a 100m, com paisagens naturais de significativa beleza e complexidade ambiental.

O sistema ambiental litorâneo em decorrência de um conjunto de fatores naturais, como as variações climáticas, a influência da tectônica e o processo de erosão e sedimentação possibilitam condições ecológicas essenciais para a formação de uma diversidade de paisagens naturais, sendo possível defini-las, como áreas de: Planícies Marinhas e as Planícies Flúvio-Marinhas.

a) Planícies Marinhas

São ambientes naturais formados por praias, cordões litorâneos, restingas e terraços arenosos, ambientes construídos pela acumulação sucessiva de sedimentos inconsolidados, cortados por canais e retrabalhados pelos mecanismos das marés. Essas formas são colonizadas por Formações Pioneiras com espécies rasteiras e arbóreo-arbustivas de restingas típicas de áreas halófitas e de terrenos inundados (SEI, 1999).

As praias se constituem em um dos ambientes mais comuns desse sistema ambiental, sendo locais de grande atrativo para o desenvolvimento da atividade turística.

Na Área de Influência do empreendimento, o ambiente de praias, atualmente, vem sofrendo processo relevante de descaracterização, em decorrência do processo de uso e ocupação promovidos pela especulação imobiliária, pela ocupação desordenada, pela extração da areia das praias, e o crescimento rápido do turismo em áreas sem infra-estrutura básica.

O problema ambiental bastante comum é a poluição por resíduos sólidos industriais e domésticos, assim como os efluentes líquidos, que são lançados diretamente no mar e rios, tanto pela população local, como pelas embarcações que transitam nas praias e rios.

De maneira geral, esses impactos ambientais repercutem no comprometimento da balneabilidade das praias, possibilitando um sério problema de saúde pública e degradação ambiental.

b) Planícies Flúvio-Marinhas

Segundo a SEI (1999), nesse ambiente natural estão inseridos os manguezais e lagunas que testemunham a evolução dos baixos cursos dos canais fluviais instalados em sedimentos inconsolidados, constituindo terrenos

lamosos e areno-silto-agilosos, interpostos entre as formações marinhas e as continentais, ao longo de todo litoral.

Os manguezais são sistemas naturais formados por uma associação especial de animais e plantas (**Figura II.5.3.M.2-1**) que vivem na faixa entre marés das zonas costeiras baixas, ao longo do estuário, deltas, águas salobras interiores, lagoas e lagunas. Sistema natural típico de áreas de transição entre ambientes terrestre e marinho (MACHADO, 2007).



Fonte: Machado, 2007

Figura II.5.3.M.2-1 - Espécie animal e vegetal típicas de manguezais.
(caranguejo-uça / mangue-branco)

A população das localidades costeiras possui uma relação tradicional com os manguezais da região, de onde retiram alimentos. Em geral essas localidades se constituem em comunidades dependentes da existência dos manguezais e dos ciclos biológicos para sua sobrevivência. Pescadores e Marisqueiras, por exemplo, retiram grande parte dos alimentos para suas famílias, dos manguezais.

Destaca-se nos manguezais da Bahia, especialmente na região sul, espécies como o Guaiamum, e outras tantas espécies de caranguejo, siri, bem como moluscos, como a lambreta, o sururu, que normalmente estão associadas ao mangue.

Outras espécies freqüentam ainda os manguezais para alimentação, sendo também representativas na produção de alimentos para as comunidades costeiras, como é o caso do polvo e algumas espécies de peixes, como a

caranha, o robalo, o baiacu (“come lambreta”), o carapitanga, o caramuru (“se alimenta de caranguejo mole”), a carapeba e a tainha.

Os ambientes de manguezais vêm passando por transformações ambientais significativas e preocupantes, pois a degradação desses ambientes, que são por natureza berçários de várias espécies animais e vegetais, compromete a preservação e manutenção dessas espécies, além de afetar a fonte de renda e sobrevivência das comunidades pesqueiras da região.

Os problemas ambientais nessas áreas são devido a vários fatores, como: a especulação imobiliária e a ocupação desordenada, a pesca com bombas, impactos provocados por aterramentos, levando os manguezais a perdas territoriais; a expansão das fazendas para a exploração de camarões e o desmatamento para o uso da lenha.

Nesse processo de degradação ambiental dos manguezais existem outros elementos provedores de impactos, como: esgotos industriais e domésticos e, nos últimos anos, os acidentes envolvendo derramamento de óleo nas águas costeiras do oceano. Esse tipo de ameaça ambiental passa a ser objeto de preocupação de órgãos ligados ao meio ambiente e pelo Ministério Público, em razão dos estudos sísmicos e exploração de gás e petróleo na Plataforma Continental dessa região.

II.5.3.M.3- A PAISAGEM NATURAL DE SÃO ROQUE DO PARAGUAÇU

O município de Maragogipe passou a fazer parte da área de influência do empreendimento, em função da localidade de São Roque do Paraguaçu abrigar o estaleiro de manutenção de embarcações da Petrobrás que servirá como base de apoio para as embarcações durante às atividades do empreendimento. Com uma paisagem natural bastante diversificada, típica de ambientes de clima tropical úmido e por sua localização no interior de uma Baía (Baía do Iguape), São Roque do Paraguaçu destaca-se dentre as demais localidades da Área de Estudo (Ilhéus e Una). Assim, analisar a dinâmica sócio-espacial e sua interferência na qualidade da paisagem natural torna-se

essencial para a compreensão das derivações ambientais na Área de Influência do Estudo.

PROCESSO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Na porção continental que pertence à Área de Influência do Estudo, destaca-se o distrito de São Roque do Paraguaçu, pertencente ao município de Maragogipe, no Recôncavo Baiano (**Figura II.5.3.M.3-1**).

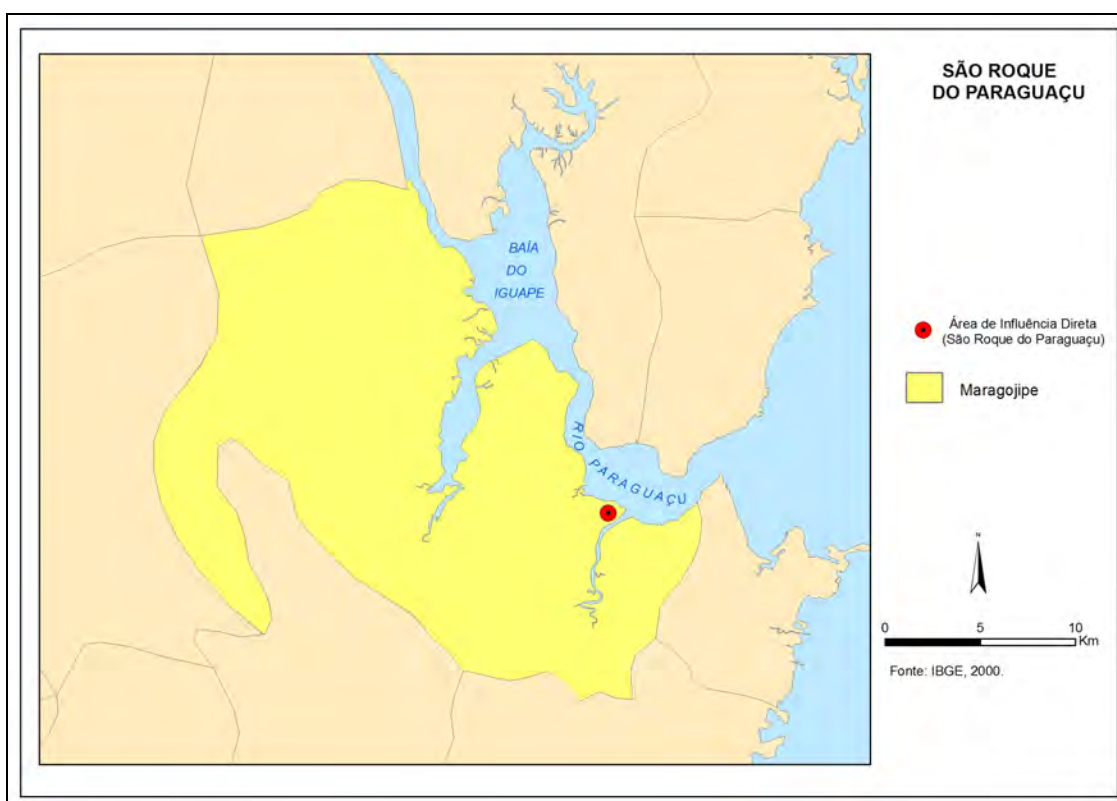


Figura II.5.3.M.3-1 - Localização do Distrito de São Roque do Paraguaçu

Situado as margens do rio Paraguaçu, o uso e a ocupação de suas terras estiveram ligados às estratégias políticas e econômicas do período colonial.

A casa grande do Engenho de São Roque foi um dos locais que propiciaram o desenvolvimento do local, sendo responsável pela expansão espacial da Vila de São Roque, junto com a instituição religiosa. Segundo o IPAC-BA (1982), a casa grande do antigo Engenho de Barra de São Roque está situada na barranca direita do Paraguaçu. A vila se desenvolveu entre: a

casa grande, situada próxima à margem do rio, e a capela, localizada no ponto mais elevado do sítio. Das varandas da residência se apreciava o encontro das águas do rio e da baía, tendo como fundo a paisagem acidentada e verde da margem esquerda do rio.

A igreja, através da implantação da capela de São Roque do Paraguaçu, no decorrer do século XVII (**Figura II.5.3.M.3-2**) constituiu-se em um agente social importante, não só na catequização da população, como no desenvolvimento social do próprio distrito, através das residências que surgiram ao redor da capela, trazendo novos elementos sociais, como trabalhadores livres, além dos escravos que serviam ao senhor do engenho.



Figura II.5.3.M.3-2- Igreja de São Roque do Paraguaçu.

A prática agrícola se constituiu na atividade principal do distrito, principalmente, o cultivo de produtos que atendessem aos interesses econômicos da época. Essa atividade foi provedora das primeiras mudanças no sistema ambiental local, através do desmatamento e das queimadas. A pesca, nesse período, era uma atividade secundária, e visava atender as necessidades de consumo da população do distrito.

O declínio das atividades agro-exportadoras do recôncavo, por causa das mudanças nas políticas nacionais e internacionais, afetou a estrutura social e

econômica de São Roque do Paraguaçu, que passou pelo mesmo marasmo sócio-econômico evidenciado em outras regiões do Recôncavo Baiano.

O novo dinamismo econômico só tornou-se possível, a partir da década de 70 do século XX, com a implantação de um estaleiro da Petrobrás, para a fabricação e manutenção de plataformas metálicas para a prospecção de petróleo (**Figura II.5.3.M.3-3**).



Figura II.5.3.M.3-3 - Estaleiro da PETROBRAS.

Com o estabelecimento dessa atividade petrolífera que, por um lado, promove uma mobilidade espacial no distrito, por outro, ela é responsável pelas significativas transformações sociais, econômicas e ambientais do local.

A atividade pesqueira (**Figura II.5.3.M.3-4**) é outra prática importante para a região, e absorve a mão-de-obra local, principalmente, no período em que as atividades petrolíferas estão paradas.



Figura II.5.3.M.3-4 - Embarcações dos Pescadores de São Roque do Paraguaçu.

De maneira geral, o distrito de São Roque do Paraguaçu tem uma significativa importância para o município de Maragogipe, principalmente, na arrecadação dos tributos provenientes da atividade petrolífera.

Apesar de sua importância econômica para Maragogipe, o distrito de São Roque do Paraguaçu se depara com significativos problemas de infra-estrutura e de qualidade de vida, situação essa que compromete a preservação e manutenção da estrutura e dinâmica do seu sistema ambiental.

QUALIDADE DA PAISAGEM NATURAL DA ÁREA

Para uma análise da qualidade da paisagem natural do distrito de São Roque do Paraguaçu é necessário compreender as características e a dinâmica do seu sistema ambiental, e as interferências humanas nesse processo.

O sistema ambiental onde está situado o distrito de São Roque do Paraguaçu é constituído por duas unidades de paisagens distintas, a unidade das serras residuais e a unidade da planície flúvio-marinha.

UNIDADE DE PAISAGEM DAS SERRAS RESIDUAIS

A unidade de paisagem formada pelas Serras Residuais se caracteriza pela variedade de paisagens morfológicas que constituem esse ambiente, condições propiciadas pela topografia, pela declividade, pela natureza da rocha e pelo sistema climático, os quais são fatores preponderantes na dinâmica e evolução do modelado.

Os morros de topos planos e agudos, os espigões são as formas características encontradas nas Serras Residuais, com vales encaixados, ou vales em “V”, influenciados pelo controle estrutural local.

É nesta unidade onde está inserido o distrito de São Roque do Paraguaçu, onde as transformações sociais e econômicas ocorridas no local, ao longo dos séculos, vêm contribuindo para os significativos problemas ambientais da região.

No que se refere à atividade urbana e agropecuária, é nesse local onde está a sede do distrito e onde se concentra a atividade primária e terciária. Em virtude de ser uma área onde se desenvolve atividade das mais variadas, a concentração populacional é mais intensa, do mesmo modo que, os problemas ambientais. Os impactos ambientais mais comuns nessa área são: aterramento de nascentes de rios; poluição hídrica; desmatamento, tanto da mata atlântica, como das matas ciliares;

O aterramento das nascentes dos rios ocorre por causa da expansão imobiliária feita de forma desordenada e predatória, e pela canalização inadequada e retirada da cobertura vegetal (**Figura II.5.3.M.3-5**).



Figura II.5.3.M.3-5 - Canalização de uma nascente de rio em São Roque do Paraguaçu.

A poluição hídrica se dá por vários fatores, tanto pelo uso inadequado desse recurso, como pela deficiência no sistema de saneamento básico do distrito, que culmina no lançamento dos resíduos sólidos produzidos pela população local no sistema fluvial (**Figura II.5.3.M.3-6**).



Figura II.5.3.M.3-6 – Continua.



Figura II.5.3.M.3-6 - Lançamento de esgoto no sistema fluvial.

O desmatamento da mata atlântica e das matas ciliares que ocorrem no local, visando o desenvolvimento das atividades agropecuárias, é outro problema ambiental bastante expressivo. Ao promover a retirada dessa cobertura vegetal os impactos ambientais mais significativos são os relacionados ao esgotamento dos solos, que a médio e longo prazo comprometerá o desenvolvimento da agricultura, levando também os rios a um processo de assoreamento pelo aumento de sedimentos transportados pelo sistema fluvial. Fato que favorece a uma diminuição do volume de água e/ou extinção do rio.

De maneira geral, esses são os principais problemas ambientais configurados na unidade de paisagem das Serras Residuais, que além de degradarem o ambiente natural, compromete a qualidade de vida da população local.

UNIDADE DE PAISAGEM DA PLANÍCIE FLÚVIO-MARINHA

Figura II.5.3.M.3-7 - Planície Flúvio-Marinha de São Roque do Paraguaçu.

Esta unidade de paisagem é a que possui as maiores indefinições em relação aos seus processos formadores, características essas que lhe confere uma peculiaridade em relação às outras paisagens.

Um setor topograficamente plano, com altitudes em torno de 20 metros, e declividade em torno de cinco graus. Esta unidade localiza-se, praticamente, próximo do nível de base local, corresponde à porção mais rebaixada das unidades morfológicas, sendo uma receptora de sedimentos oriundos dos compartimentos mais elevados, sendo, portanto, um depósito aluvial.

O sistema de drenagem é estabelecido por uma convergência hidrográfica, pois neste local ocorrem à desembocadura dos riachos locais, que em contato com a água do mar e através das alterações físico-química dos sedimentos depositados, propiciam a formação de ecossistemas de manguezal, ambiente, extremamente, importante à reprodução da vida marinha.

Os manguezais, sistema ambiental de grande importância para a reprodução das espécies de animais e vegetais, é uma das principais fontes de

renda da população do distrito de São Roque do Paraguaçu, como da maioria dos municípios do Recôncavo Baiano.

Esses ambientes naturais se caracterizam por um solo hidromórficos, constituídos por material mineral, que apresentam horizonte glei dentro de 150cm da superfície do solo, imediatamente abaixo de horizontes A ou E (com ou sem gleização). Geralmente, os solos dessa classe se encontram em permanente ou periodicamente saturados por água, salvo se artificialmente drenados (EMBRAPA, 2006).

Os gleissolos são constituídos, basicamente, de sedimentos sujeitos a constante ou periódico excesso de água. Na maioria das vezes, desenvolvem-se em sedimentos recentes nas proximidades dos cursos d'água e em materiais colúvio-aluviais sujeitos a condições de hidromofia, podendo formar-se também em áreas de relevo plano de terraços fluviais, lacustres ou marinhos, como também em materiais residuais em abaciadas e depressões (EMBRAPA, 2006).

Todo esse ambiente natural, como a pesca e a mariscagem, uma das principais atividades econômicas do distrito, em decorrência das diversas mudanças espaciais em São Roque do Paraguaçu, vem sendo afetada, principalmente, com a degradação ambiental dos manguezais.

Um ambiente natural de significativa beleza, os manguezais que margeiam São Roque do Paraguaçu, atualmente, tem sua dinâmica, preservação e equilíbrio comprometidos por diversos fatores.

A poluição dos manguezais por lançamento de lixo e esgotos é um problema antigo nesse ambiente (**Figura II.5.3.M.3-8**) isso se deve à ausência e/ou deficiência no sistema de esgotamento sanitário do distrito, que além de degradar a estrutura, dinâmica e equilíbrio desse ambiental natural, compromete a saúde da população local, pois a mesma utiliza seus recursos naturais para obtenção de renda e subsistência.



Figura II.5.3.M.3-8 - Lançamento da rede de esgoto no manguezal.

A expansão territorial do distrito, ocupando áreas desse ambiente natural, por meio de aterramentos e construção de residências (**Figura II.5.3.M.1–9**) é outra agressão ambiental de grande relevância, assim como, o excesso de pescadores que utilizam desse ambiente para sua sobrevivência .



Figura II.5.3.M.3-9 - Construções residências em áreas de manguezais.

De acordo com o IBAMA, o IMA, a Petrobrás e a Prefeitura Municipal, esses problemas vem sendo equacionados com medidas de restauração dos

manguezais, através do plantio de espécies vegetais típicas desse ambiente, monitoramento das embarcações e a educação ambiental por meio de projetos ambientais, que se constituem em medidas mitigadoras desses impactos ambientais.

Assim, é o panorama da qualidade da paisagem natural da Área de Influência do Estudo (distrito de São Roque do Paraguaçu), um local de peculiar cenário paisagístico, por razão das próprias condições naturais, mas que se depara com problemas ambientais relevantes, que contribuem para a proliferação da degradação de seu sistema natural.

II.5.3.M.4- A PAISAGEM NATURAL NOS MUNICÍPIOS DE ILHÉUS E UNA

Os municípios de Ilhéus e Una pertencem à Costa do Cacau, sendo uma zona de alta relevância para o turismo litorâneo baiano, tem na cultura do cacau, na literatura de Jorge Amado, nas florestas costeiras e nos costões rochosos entre Serra Grande e Itacaré seus principais atrativos turísticos.

A área de floresta primária concentra-se nos municípios de Una, Ilhéus, Itacaré e Uruçuca, somadas, alcançam 15 mil hectares. Duas unidades de conservação de proteção integral absorvem parte significativa destas áreas: a Reserva Biológica de Una e o Parque Estadual da Serra do Conduru. Outros fragmentos de floresta primária podem ser identificados no Parque Municipal de Nova Esperança, em Ilhéus.

Este patrimônio florestal é suficientemente grande para justificar uma área de proteção integral nesta região, dada à riqueza biológica das matas do Sul da Bahia, e o seu grau de ameaça.

O domínio do cacau nesta região é muito claro. Municípios como Ilhéus e Una possuem parcela expressiva de suas terras com a cultura do cacau, justificando o título de Costa do Cacau. Diferentemente de outras regiões da costa baiana, a pequena presença de manguezais e restingas se justifica pela planície litorânea pouco expressiva neste litoral, mais presente em Canavieiras e Una. Nestes últimos também se encontram os números mais expressivos de áreas antropizadas ou abertas, principalmente com pastagens.

Os espaços urbanos ainda são diminutos neste litoral, havendo uma exceção em Ilhéus. Esta cidade, que já ultrapassa os 200 mil habitantes, e avança sobre as restingas e manguezais do seu entorno, inclusive com a expansão dos loteamentos para o litoral. Ações de ordenamento territorial são fundamentais neste município, inclusive estimulando a descentralização do núcleo urbano no sentido das vilas rurais, diminuindo assim a pressão sobre a cidade.

No **Item II. 5.2** deste diagnóstico, correspondente à caracterização do Meio Biótico, foi descrito dados relevantes sobre a caracterização da qualidade da paisagem natural nos municípios citados, enfatizando, entre outros, dados correspondente a caracterização dos principais ecossistemas presentes na área, incluindo os manguezais e restinga, as unidades de conservação existente e a sua relação sócio-ambiental.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUALIDADE DA PAISAGEM NATURAL

A paisagem natural resulta de uma combinação de elementos que se inter-relacionam em um complexo e dinâmico processo de troca entre matéria e energia, dentro de um determinado sistema ambiental.

A sua constituição requer uma relação entre os elementos geológicos e climáticos, que por sua vez, permitirá o desenvolvimento dos elementos geomorfológicos, hidrográficos, pedológicos e fitogeográficos. Assim é que surge e se consolida a paisagem natural da Área de Influência do Estudo.

O sistema ambiental seja em qualquer localização geográfica, possui sua própria dinâmica, condições essas que lhe permite modificações na sua estrutura, a fim de buscar seu equilíbrio, que só pode ser alcançado em ambientes naturalmente preservados e conservados.

Os problemas ambientais ocorrem pelo desenvolvimento e intervenções do sistema social, do sistema político e do sistema econômico, onde em conjunto, legitima o uso e a extração de recursos naturais, cujo interesse é o de suprir as “necessidades” humanas.

Estabelecidos essas “necessidades” da sociedade contemporânea, é que se intensifica o uso irracional dos recursos da natureza, logo, se configura as derivações ambientais.

O uso do termo qualidade neste estudo refere-se ao estágio de preservação, conservação e manutenção da paisagem natural, evidenciando os impactos ambientais mais freqüentes nesses espaços, e a influência da atividade de perfuração marítima nessa qualidade ambiental.

A Área de Influência do Empreendimento, uma região de ocupação e povoamento antiga do país, onde, no decorrer dos séculos, deparou-se com o declínio de sua economia, causado pela crise da atividade fumageira, canavieira e cacaueteira, atualmente, é um local de grande atrativo turístico e de desenvolvimento de outras atividades produtivas.

A atividade turística se constitui em uma das principais atividades econômicas da região, gerando emprego e renda, assim como, permitindo uma nova dinâmica social e econômica em termos regionais. Essa atividade é incentivada pelas ações governamentais de âmbito Federal e Estadual, onde através de programas e planos investem em infra-estrutura básica, em serviços públicos, na construção de estradas, atracadouros, aeroportos, dentre outras.

Na área em foco o turismo é impulsionado pela riqueza cultural e a diversidade de paisagens naturais que são atrativos turísticos de grande relevância, mas que apesar dos investimentos no setor, esse cenário de expressiva beleza vem agregando consideráveis impactos ambientais.

O desenvolvimento do turismo está possibilitando nessa área transformações sociais e espaciais relevantes, como o aumento do contingente populacional; a expansão territorial dos distritos, povoados e vilas; a mobilidade econômica, através da multiplicidade de atividades relacionadas ao turismo; dentre outras. Todas essas mudanças estão ocorrendo em espaços, muitas vezes, desprovidos de infra-estrutura em saneamento básico, que contribuem para a degradação dos seus sistemas ambientais.

Nesse contexto, os impactos ambientais mais comuns nessa área, fato que favorece a uma degradação da paisagem natural da região compreendem a poluição hídrica, ocasionado pelo lançamento de lixo e esgotos no sistema fluvial; o desmatamento, principalmente, da mata atlântica, das matas ciliares e

BIOMONITORAMENTO E MEIO AMBIENTE



Coordenador da Equipe

Técnico Responsável

Relatório
BR /

Revisão 00
08/2008

dos manguezais; o crescimento rápido e desordenado da população e de suas residências, e por fim a especulação imobiliária.

II.5.3.N. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA

O Estado da Bahia possui o maior litoral individual do país (14% da costa brasileira), banhado por um mar tipicamente tropical e influenciado por correntes oceânicas, que se aproximam bastante da costa propiciando uma superfície de águas marinhas que se misturam com águas fluviais. Também na costa baiana são encontradas grandes formações de mangues arbóreos, ricos em diversas espécies de peixes, crustáceos e moluscos.

O litoral da Bahia dispõe de aproximadamente 200 pontos de desembarque de pescado. Nesses pontos, estima-se uma média de 5.700 toneladas/ mês sendo 92% de pesca embarcada e 8% de pesca desembarcada, incluindo-se, a mariscagem. A atividade emprega quase 40.000 pescadores e marisqueiras. A produção estimada de pescado no estado para o ano de 2003 foi de 43.381,61 toneladas, distribuída como apresentado na **Tabela II.5.3.N-1**.

Tabela II.5.3.N-1 - Produção pesqueira (t e %) do Estado da Bahia – 2003.

Classe	Produção (t)	(%)
Peixes	34.815,54	80,25
Crustáceos	8.522,65	19,65
Moluscos	43,42	0,1
Total	43.381,61	100

Fonte: Bahia Pesca 2003.

O setor pesqueiro é caracterizado por duas atividades: a pesca e a mariscagem. Observa-se uma clara distinção entre essas modalidades de exploração dos recursos pesqueiros. Enquanto a pesca é exercida principalmente por homens que utilizam embarcações e instrumentos de pesca para capturar peixes e crustáceos, a mariscagem é uma atividade executada predominantemente por mulheres, resultando na coleta manual de moluscos e crustáceos (**FIGURA II.5.3.N-1**). A coleta manual é feita de forma desembarcada, dentro de mangues, praias, bancos de areia e recifes, onde

BIOMONITORAMENTO E MEIO AMBIENTE



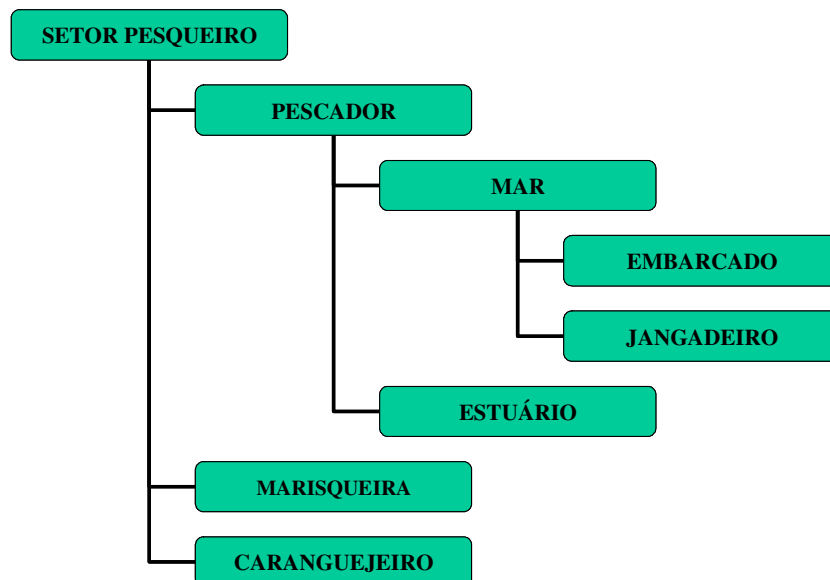
Coordenador da Equipe

Técnico Responsável

Relatório
BR /

Revisão 00
08/2008

são capturados moluscos e crustáceos. A depender do recurso explorado, podem ser utilizados também armadilhas e aparelhos de pesca.



Fonte: Machado.2008 (<http://www.posgeo.ufba.br/Dissertação.Ricardo.pdf>)

Figura II.5.3.N-1 : *Categorias ligadas ao setor pesqueiro*

As espécies comerciais de pescado exploradas na costa baiana são as de melhor qualidade: vermelho, robalo, badejo, pescada, cavala, atum, dentre outras, além do camarão e da lagosta.

A pesca na Bahia possui uma relativa infra-estrutura no que se refere ao escoamento da produção, contando com os portos de Salvador, de Aratu - em Simões Filho, e de Ilhéus, totalmente equipados para esta atividade.

II.5.3.N.1 Número de pescadores e marisqueiras

Infelizmente não existe para a região um censo oficial atualizado para número de pescadores e marisqueiras atuantes na atividade.

Se for levada em consideração a posse do documento de habilitação expedido pelo governo e pelas entidades representativas, o número aferido seria, certamente, muito aquém do total de trabalhadores ocupados na atividade. Por outro lado, se considerarmos como pescadores e marisqueiras as pessoas que dependem da pesca para sua sobrevivência, pelo menos a maior parte do ano, esse número assume grandes proporções, já que, em muitas das pequenas comunidades visitadas, praticamente toda a população enquadra-se como pescador ou marisqueira.

No levantamento de campo realizado para este estudo, a maior parte das colônias de pesca não possuem cadastro oficiais de números pescadores e marisqueiras, assim como, de embarcações referente a sua área de atuação.

Alguns dados fornecidos referem-se ao total de atuantes na atividade, não discriminando os números de marisqueiras e pescadores. Outros não possuem dados ou por não realizar levantamentos periódicos ou por não estarem presentes no período do levantamento.

II.5.3.N.2 Tipo de pesca predominante

As comunidades pesqueiras podem ser agrupadas em *comunidades de pesca estuarina* e *comunidades de pesca de mar aberto*. As comunidades de pesca estuarina caracterizam-se por localizarem-se em áreas de extensos manguezais, em águas rasas abrigadas e utilizarem predominantemente a canoa como embarcação, associada às artes de pesca como as redes de cerco, camboas, armadilhas e a coleta manual. As espécies capturadas são típicas de ambientes estuarinos como a tainha, o robalo, a sardinha e a carapeba e os mariscos que, de uma forma geral têm pequeno valor comercial. (FUNDIPESCA, 2008).

As comunidades de pesca de mar aberto, apesar de em muitos casos situar-se em áreas de estuário, possuem uma frota mecanizada, voltada para a

pesca no oceano. Na região, o direcionamento principal destas comunidades é para pesca do camarão utilizando o arrasto mecanizado, seguido pela pesca de linhas para a captura de peixes até o limite da Plataforma Continental. (FUNDIPESCA, 2008).

II.5.3.N.2.1 A Pesca de Mar Aberto

Na pesca de mar aberto, o esforço de pesca é direcionado principalmente para a pesca do camarão, utilizando redes de arrasto, e a captura de peixes, cuja arte predominante é a linha de mão. A pesca é realizada por saveiros motorizados.

Em Ilhéus, esse tipo de pesca é feita, aproximadamente, de 3 a 4 milhas da costa, por meio de barcos motorizados e as espécies pescadas, são: Cação, Dourado, Badejo, Camarão, Lagosta, dentre outras.

Pesca de arrasto

Na pesca de arrasto, o aparelho utilizado é uma rede confeccionada com nylon, composta de duas partes: manga e sacador. São usadas duas “portas”, cuja função, ao ser rebocada pela embarcação, é abrir e manter a rede em contato com o fundo. O tamanho da rede e o peso/tamanho das portas são proporcionais a motorização da embarcação.

A produtividade é baixa, provavelmente em função da sobrepesca, já que a maioria da frota motorizada da região opera com esta modalidade, além do fato de embarcações oriundas de outros municípios, nos períodos da pesca do camarão acessarem os mesmos pesqueiros. A espécie alvo é o camarão branco (pistola), o rosa e o sete-barbas ou tainha, sendo que esta última responde pelo maior volume desembarcado.

Segundo pescadores, o período de maior abundância é no inverno. No Estado existem duas épocas de defeso, o primeiro de 1º de abril a 15 de maio e o segundo durante os meses de setembro e outubro de cada ano (SEIA,

2008). Neste período a frota direciona seu esforço para a pesca de linha, embora, na prática, uma parte dela não consiga fazê-lo.

Pesca de linha

Todas as pescarias com linhas de fundo ou de superfície variam em função da profundidade e das espécies a serem capturadas. O tipo do aparelho varia conforme a espécie-alvo, resumindo-se basicamente a três tipos: a linha de fundo, a pargueira e a linha de superfície.

Ao longo do ano a frota direciona seu esforço principalmente para as espécies que estão na 'safra', embora capture todas as espécies durante todo o ano em maior ou menor quantidade, a depender da época, sendo que as mais importantes são: Olho de boi e a Cavala, Cioba, Dentão, Badejo, Caranha, Albacora, Dourado e Agulhões, Vermelhos (Pargos), Cabeçudo, Guaricema, Guaraiuba e Guaraçai e Rabo Aberto ou Guaiúba.

II.5.3.N.2.2 A Pesca Estuarina

É a que se reveste de maior importância na região, em função do grande número de pessoas envolvidas. É dividida em pesca e mariscagem, sendo que esta divisão não possui critérios muito bem definidos. Via de regra a questão de gênero altera estes conceitos. Por exemplo, a captura do caranguejo, quando é exercida por homem é pesca e quando é feita pelas mulheres é tida como mariscagem. (**Figura II.5.3.N.2.2-1**). De uma forma geral, podemos dizer que a pesca é exercida com uma arte específica – rede, linha, arpão etc. –, associada ao uso de uma embarcação, enquanto que a mariscagem utiliza predominantemente a coleta manual, com ou sem ferramentas. (FUNDIPESCA, *op cit*).

A canoa é mais utilizada na captura das principais espécies: sardinha, carapeba, tainha, vermelhos, manjubas e robalo. São na sua maioria espécies consideradas de segunda qualidade, embora regionalmente, a distribuição do pescado de 1ª, 2ª e 3ª qualidade obedece a critérios que diferem de outras regiões, pois levam em conta não somente a espécie mas, também, o tamanho.



Fotos: Pesquisa de Campo / Íris Almeida, 2008

Figura II.5.3.N.2.2-1: Marisqueiras e Pescadores no Cais de Pedras de Una.

As pescarias são de curta duração e obedecem ao ritmo das marés, ou seja, pesca-se mais “por marés”, na grande maioria dos casos sem utilizar embarcações. No geral a produtividade é baixa, e nas artes que capturam maior volume de pescado, como o colar, as espécies pescadas são de baixo valor comercial.

As artes de pesca mais utilizadas na pesca estuarina são:

Camboa

É uma arte fixa, construída na zona de marés em “coroas”, bancos de areia ou lama. É formada por uma paliçada de varas, talas de bambu, canabrava ou dendê, sujeitada por um estaqueamento, de forma perpendicular à linha da costa e às correntes, tendo em sua porção terminal uma área circular construída de forma a aprisionar os peixes.

Tapasteiro

É uma arte predatória, em função do tamanho da malha, pois é uma rede de multifilamento de malha pequena e geralmente de grandes dimensões que

aprisiona todos os peixes, inclusive os juvenis. É utilizada para fechar braços de manguezais, aprisionando todo o pescado que adentrou o mangue na preamar.

Durante o levantamento de campo não foi citado pelos pescadores à utilização deste tipo de arte de pesca.

Munzuá

Consiste em uma armadilha confeccionada com talas de bambu ou canabrava, com uma sanga em sua parte côncava. É utilizado predominantemente para a captura do siri, embora em algumas localidades sejam utilizados na captura de peixes.

Gaiola

Arte relativamente recente na região é construída de vergas de aço ou tubulação plástica, revestida com tela plástica e possui quatro sangas. É utilizado na pesca de siri. Em algumas comunidades é a principal fonte de trabalho para a maioria da população.

Redes de Emalhe

Estas artes englobam uma grande variedade de aparelhos, cuja característica básica é capturar o pescado por emaranhamento. Podem ser utilizadas fixas ou à deriva. Quando utilizadas à deriva, são denominadas como Caceia. O tamanho da malha e o diâmetro do fio determinam o tipo de pescado capturado e o nome que a arte assume – Lagosteira, Arraieira, Caçoeira, Paruzeira, Tainheira etc.

Espinhel

Conhecida na Área de Influência como “Grosseira”, consiste de uma linha principal de multifilamento de 2 a 4mm de diâmetro, da qual partem linhas

secundárias com um anzol na extremidade. É utilizado para a captura de peixes bentônicos, notadamente bagres e arraias.

Redes de Cerco / Arrasto

A rede de cerco e a de arrasto possui características semelhantes entre si, assumindo nomes diferentes em função do tamanho e da localidade: Galão, Redinha, Cata-Cata etc. São formados, basicamente, por três partes – manga, encontro e copo –, cada uma delas possuindo malhas específicas, sendo todas de multifilamento. A faina de pesca consiste em cercar uma determinada área ou cardume e “tirar o lance” na praia, coroa ou na canoa.

Marisqueiras

Denominada como pesca desembarcada, pode dividir-se em dois grupos, em função da área de atuação. O grupo que pesca em áreas estuarinas, dedicando-se a coleta de mariscos bivalvos, como a ostra, o sururu, a lambreta etc., os crustáceos, principalmente o caranguejo, e aquele outro grupo que pesca em áreas costeiras de mar aberto, dedicando-se principalmente a pesca do polvo, lagosta e peixes recifais.

A mariscagem constitui-se na atividade que mais emprega mulheres e que contribuem com seu trabalho para o aumento da renda da família, contudo, não existem levantamentos sobre o número de pessoas que praticam esta atividade. Em muitos casos, além de trabalhar no processamento primário do pescado, são responsáveis também pela venda da produção na praia.

II.5.3.N.3 Caracterização da frota

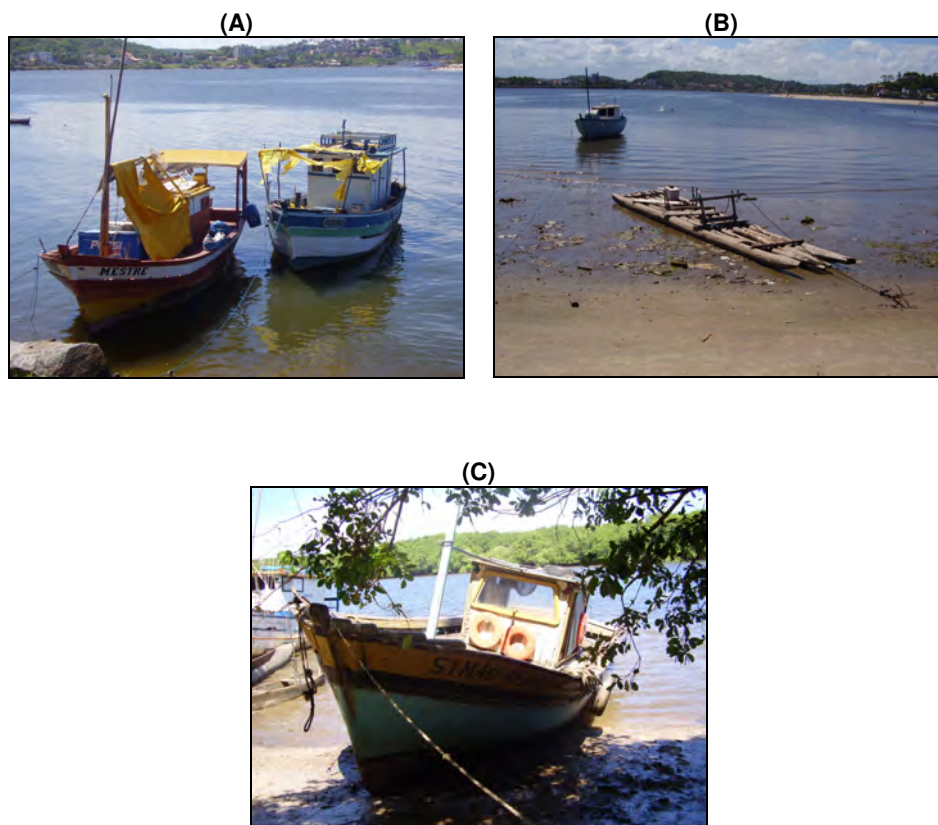
O complexo estuarino formado pelos inúmeros rios existentes na região é favorável ao surgimento de uma frota predominantemente de canoas, perfeitamente adaptadas às águas rasas e calmas, típicas de ambientes abrigados.

De um total de 822 embarcações na Área de Influência, 588 são canoas, correspondendo a 71,5% do total da frota. (**Figura II.5.3.N.3-1**).

Quadro II.5.3.N.3-1-Distribuição da frota cadastrada nos municípios da área de influencia no ano de 2005.

Municípios	Catralia	Canoa	Bote a motor	Jangada	Barco a vela	Barco a motor	Saveiro pequeno	Saveiro médio	Saveiro grande	Lancha industrial	Canoa a motor	TOTAL
Maragogipe	1	518	-	-	-	1	-	-	-	-	-	520
Ilhéus	1	41	-	25	-	5	48	95	2	-	-	217
Una	29	29	1	-	-	-	10	16	-	-	-	85
TOTAL	31	588	1	25	-	6	58	111	2	-	-	822
%	3,8	71,5	0,1	3,1	-	0,8	7,0	13,5	0,2	-	-	100,00

Fonte: ESTATPESCA, 2005.



Fotos: Pesquisa de Campo / Íris Almeida, 2008.

Figura II.5.3.N.3-1-Embarcações Pesqueiras na AI: A) Ilhéus, B)Jangada, Ilhéus, C)Saveiro,Pedras de Una.

A Canoa

A canoa é uma embarcação construída a partir de um só tronco de árvore, geralmente o vinhático, escavado (chaboque) e depois esculpido (“torneado”, no jargão dos construtores). Não possui quilha nem convés e seu fundo é chato, com o comprimento variando entre 3 e 13m, sendo que a grande maioria situa-se entre 7 e 9m. Quando é de pequeno tamanho e grande largura – boca –, recebe a denominação de “batelão”.

Segundo Agostinho (1973), a origem da canoa não é claramente identificada, podendo ter vindo tanto dos escravos africanos quanto dos Tupinambás, uma vez que nos pormenores se assemelham muito às canoas dos índios Jurunas, no alto Xingu, que poderiam ter sofrido um processo de difusão através da migração dos Tupinambás para o Norte, a partir do século XVI (FERNANDES, 1963 *apud* AGOSTINHO, 1973).

A propulsão principal da canoa é o remo, embora a maioria utilize uma ou duas velas latinas quadrangulares ou triangulares, que recebem nomes diferentes a depender da região (traquete, vela de pena, vela de espicha e morcegueira).

O saveiro

É uma embarcação típica da Área de Influência, usada principalmente para a pesca de mar aberto. (**Figura II.5.3.N.3-2**). É construído com madeira-de-lei e possui quilha e fundo redondo. O saveiro pode ser dos tipos “fechado” (com convés) e “aberto” (sem convés). O comprimento varia entre 7 a 12m, com motorização que vai de 10 a 120 HP de potência. Porém, a grande maioria dos saveiros situa-se na faixa dos 8 m de comprimento.

A maioria dos saveiros de pesca, contudo, é do tipo “fechado”, possuindo convés com uma casaria situada $\frac{3}{4}$ do comprimento a ré, acima da praça de máquinas, uma urna para o pescado a meia-nau e um paiol de proa, que é utilizado para armazenar equipamentos e como alojamento da tripulação.



Fotos: Pesquisa de Campo / Íris Almeida, 2008

Figura II.5.3.N.3-2-Saveiro típico da região - Pedras de Una.

A frota operante é antiga e seu estado de conservação é precário. Praticamente inexistem equipamentos de navegação e salvatagem e, mesmo aqueles dispõem destes equipamentos de segurança, suas tripulações não sabe como utilizá-los corretamente. Tal fato causa, além do desconforto, um risco constante a ser acrescido aos já inerentes ao exercício deste tipo de atividade.

A catraia

A catraia é uma embarcação de madeira de pequeno porte, variando de 3 a 6m de comprimento, com ou sem quilha, fundo chato, movida principalmente à remo ou por uma vela latina quadrangular, igual à descrita para as canoas. Este tipo de embarcação aparece pouco nas estatísticas da região, embora em algumas localidades já comecem a ser utilizada em substituição à canoa.

II.5.3.N.4 Caracterização da produção

Segundo Silva, 1970, a produtividade marinha está associada à plataforma continental ou a zonas de ressurgência. Nas regiões tropicais, as áreas estuarinas e os manguezais são responsáveis pela manutenção de uma enorme riqueza biótica. A grande diversidade pesqueira da região em estudo está, diretamente, associada à biodiversidade presente nos extensos manguezais e na abundância de recifes coralinos.

Esse ambiente natural, propício ao desenvolvimento da atividade pesqueira, é a fonte de renda de muito dos habitantes dos municípios, como se observa na **Tabela II.5.3.N.4-1**.

Tabela II.5.3.N.4-1 – Número de habitantes por município dedicados à pesca.

Municípios	Quantidade de Pescadores
Maragogipe	2.328
Ilhéus	2.024
Una	Dados não obtidos.

No caso de Maragogipe, a pesca é uma das principais fontes de renda da população local, a qual utiliza tanto para sua subsistência como para a obtenção de renda, principalmente, em um município que se encontra em estagnação econômica.

Em relação a Ilhéus e a Una, a pesca é também uma atividade importante, embora o dinamismo da economia desses municípios propicie uma maior mobilidade social para outros ramos da atividade econômica.

No tocante a produção de pescado na Área de Influência do Estudo percebe-se, conforme o **Quadro II.5.3.N.4-1**, que o município de Maragogipe detém a maior produção anual, com 80,94 %, evidenciando a importância da pesca para a economia municipal.

Quadro II.5.3.N.4-1-Produção (em toneladas) por municípios da área de influencia e mês no ano de 2005.

Municípios	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Maragogipe	362,8	690,9	679,4	249,7	249,7	247,0	89,1	98,0	146,4	98,7	133,5	149,4	3195,0
Ilhéus	49,5	34,7	38,5	52,9	52,9	55,9	57,4	68,8	60,1	50,2	60,7	60,6	642,8
Una	2,4	2,3	2,3	2,8	2,8	7,2	6,6	10,7	14,0	11,8	16,2	16,6	96,2

Fonte: ESTATPESCA, 2006

No caso dos transportes desses pescados, as canoas correspondem por 80,83 % do total dos desembarques, sendo o tipo de embarcação mais importante no que tange ao volume de produção em todos os municípios. (**Quadro II.5.3.N.4-2**)

Quadro II.5.3.N.4-2- Produção (em toneladas) de pescado marítimo e estuarino por tipo de embarcação nos municípios da área de influência no ano de 2005.

Municípios	Catraia	Canoa	Bote a motor	Jangada	Barco a vela	Barco a motor	Saveiro pequeno	Saveiro médio	Saveiro grande	TOTAL
Maragogipe	0	4.505,7	0	0	0	0,2	0	5,5	0	4.511,5
Ilhéus	0,0	54,6	0,0	0,0	0,0	6,7	279,4	495,3	16,2	852,2
Una	12,2	52,8	0,0	0,0	0,0	0,0	55,2	90,1	0,0	210,2

Na Área de Influência as artes de pesca mais importantes, considerando-se a quantidade produzida, foram as Redes de Espera, com 1.898,5 t/a e as Redes de Cerco, com 632,16 t/a, conforme **Quadro II.5.3.N.4-3**.

Quadro II.5.3.N.4-3-Produção (em toneladas) de pescado marítimo e estuarino nos municípios da AI, por aparelho de pesca, no ano de 2005.

Arte de pesca	Maragogipe	Ilhéus	Una
Munzuá	84,69	41,0	0,0
Covo camarão	0,0	0,0	0,0
Curral / Camboa	50,53	0,0	0,0
Rede de espera	1719,38	119,0	60,5
Caçoeira	0,0	55,8	2,6
Rede de cerco	632,16	0,0	0,0
Arrastão de praia	120,90	24,4	0,0
Mangote	167,97	0,0	0,0
Rede de Arrasto	1,19	105,7	91,4
Tarrafa	4,12	21,2	29,9

Continua

Continuação Quadro II.5.3.N.4-4

Arte de pesca	Maragogipe	Ilhéus	Una
Jereré siri	21,71	0,5	1,2
Linhas	20,95	444,4	21,0
Espinhel	198,51	39,2	0,0
Coleta / Manual	513,28	0,0	0,3
Covo peixe	0,0	0,0	0,0
Mergulho livre	0,0	0,0	0,0
Reça camarão	527,81	0,0	0,0
Covosiri	0,0	0,0	0,0
Linha / Espinhel	0,0	0,0	0,0
Rede / Espinhel	0,0	0,0	0,0
Linhas / Rede Espera	0,0	0,0	0,0
Rede Arrasto / Linha	0,0	0,2	0,0
Rede cerco apoio	0,0	0,0	0,0
Reça peixe	448,29	0,0	0,0
Linha aratu	0,0	0,0	1,9
Coleta / linha aratu	0,0	0,0	1,1
Caçoeira/linha	0,0	0,0	0,0
Rede arrasto/espinhel	0,0	0,6	0,4
Covo aratu	0,0	0,0	0,0
Total	4.511,49	852	210,3

Fonte: ESTATPESCA, 2005

Defeso

O Defeso é o período de proibição da pesca para preservação de uma espécie marinha ou lacustre. Tem o objetivo de preservar a espécie durante a fase do recrutamento, quando é verificada na natureza a existência de grande quantidade de indivíduos que ainda não chegaram à idade de reprodução.

A definição dos períodos é feita através de portaria do Ibama, podendo ser prorrogado em caráter excepcional.

A Bahia possui quatro defesos:

- Lagosta – de 1º de janeiro a 30 de abril.
- Robalo – de 15 de maio a 31 de julho.
- Camarão – de 1º de abril a 15 de maio e 15 de setembro a 30 de outubro. Piracema – de 1º de novembro a 31 de janeiro (alto Sobradinho) e 1º de dezembro a 28 de fevereiro, porém que não abrange nenhum dos municípios da área de influencia.

II.5.3.N.5 Comercialização do pescado

No município de Maragogipe boa parte da produção pesqueira é comercializada no local, situação bastante diferente dos municípios de Ilhéus e Una. Nestes municípios a maior parte da produção é levada para os principais centros do Estado, inclusive Salvador, onde parte é consumida, sendo o restante exportado.

Na região de Ilhéus existe atualmente, além das duas colônias de pescadores localizadas no Pontal e em Malhados, a Associação dos Produtores de Pescados do Pontal (APOIOS), a Associação dos Armadores de Pesca do Camarão, além de algumas empresas de pesca, que atuam na comercialização, armazenamento e beneficiamento do pescado.

A Colônia de Pescadores Z-19, localizada no Pontal, possui área de atuação que abrange parte do município de Ilhéus, além de Una, e Pedra de Una. A sede possui além da área administrativa, uma área na beira da praia do Pontal para a recepção e pesagem do pescado, e uma pequena área para a comercialização que possui uma máquina de gelo.

Em Pedras de Una, no município de Una, (**Figura II.5.3.N.5-1**) a sede da associação foi construída com parte de um projeto desenvolvido como compensação aos impactos da prospecção sísmica que operou na região, que também resultou na compra de uma máquina de gelo.



Fotos: Pesquisa de Campo / Íris Almeida, 2008

Figura II.5.3.N.5-1- Associação de Pescadores em Pedras de Una e sua área interna (máquina de gelo).

Referindo-se ao excedente da produção pesqueira regional, sua maior parte, é escoado pela rodovia BA-001 para o norte e para o sul da região, demandando centros consumidores extra-regionais.

O pescado necessita ser imediatamente comercializado por ser um produto altamente perecível, principalmente com o clima quente da região. A comercialização faz-se por meio daqueles que têm recursos para conservar, armazenar e transportar o pescado, gerando a figura dos intermediários – “compradores”. Trata-se de pessoas capitalizadas da comunidade ou de fora. Os primeiros intermediários geralmente são da comunidade e adquirem o pescado diretamente dos pescadores. Normalmente estes intermediários detêm os meios de produção – embarcação e artes de pesca – e de armazenamento – *freezers*. Os segundos intermediários adquirem o pescado dos primeiros e o transporta e revende nos centros consumidores. Este fenômeno, além de representar apenas uma questão econômica, reveste-se de grande significado sociológico. A atuação do intermediário, tido muitas vezes como vilão do processo de comercialização, merece uma análise mais objetiva sob os diversos ângulos da questão.

Inicialmente, tem-se que partir do fato que o pescado, por ser altamente perecível, necessita ser comercializado o mais rapidamente possível e carecem de infra-estrutura de armazenamento, transporte e distribuição, além de não estarem organizadas nem preparadas para o processo de comercialização.

A comercialização do pescado nas comunidades onde não existe energia elétrica assume a dimensão de principal problema da atividade, constituindo-se em um fator limitante, inviabilizando o crescimento da produção e o desenvolvimento sócio-econômico das mesmas.

No **Quadro II.5.3.N.5-1**, a seguir, pode ser analisada a produção e valor total da produção de pescado desembarcada no município da Área de Influência, no ano 2005.

Quadro II.5.3.N.5-1-Produção e valor total da produção de pescado desembarcada nos municípios da AI, no ano 2005.

Municípios	Produção estimada (t)	Valor da produção (R\$)
Maragogipe	Dados não obtidos	Dados não obtidos
Ilhéus	852,2	6.313.504,26
uma	210,2	1.141.754,85

A **Figura II.5.3.N.5-2** apresenta o mapa contendo as principais áreas de pesca de acordo com as artes de pesca e principais recursos capturados.

Figura II.5.3.N.5-2 – Mapa de pesca da área de influência do empreendimento.



II.5.3.O. Identificação e caracterização de etnias indígenas e populações extrativistas

II.5.3.O.1. Etnias Indígenas

A dinâmica da distribuição das populações humanas no curso de sua história está relacionada com a busca por condições geográficas e ambientais favoráveis à captação alimentar e de matérias primas. Portanto, o meio natural e a distribuição dos recursos no ambiente servem como pontos de partida para o estudo das ocupações humanas (PROUS, 1992) sendo, também, a tradição cultural e o nível tecnológico dos povos pré-históricos condicionantes importantes para a escolha do ambiente a ser ocupado (BAHIA, 2006).

Segundo a Constituição Federal de 1988, somente as populações tradicionais brasileiras do tipo indígenas e as quilombolas têm seu território assegurado. As populações tradicionais indígenas e não-indígenas estão distribuídas por todo o território brasileiro e encontram-se associadas a vários biomas.

Para a caracterização da população indígena da área de influência do empreendimento buscou-se informações disponibilizadas em sites e banco de dados de órgãos como a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia - SEAGRI, Conselho Indigenista Missionário – CIMI.

De acordo com informações fornecidas pela FUNAI, as comunidades indígenas encontram-se distribuídas em partes do território nacional e podem ser caracterizadas de acordo com suas terras e grupos indígenas.

Na Região Sul e Extremo Sul da Bahia, os Pataxó, Pataxó Hãhãhãe e Tupinambás constituem uma população de 8.883 pessoas vivendo em territórios indígenas localizados em área costeira e originárias de Mata Atlântica (FUNAI, 2001).

Nessa região atingida pelas ações das frentes de expansão agrícola desde o século XIX, as populações pertencentes a esses povos foram dispersas. Ao

longo do tempo, resistindo a esse processo e enfrentando novos embates, foram se reagrupando e formando novos territórios.

Tendo seu reconhecimento formal como etnias diferenciadas, negado e desautorizado desde a expulsão de missionários no século XVIII e, sobretudo, com a extinção das administrações de aldeias pelo governo provincial no século XIX, estes povos, ao longo do século XX, têm desenvolvido processos políticos e culturais muito significativos no sentido do reconhecimento oficial de sua condição, promovendo junto à sociedade brasileira seu patrimônio cultural.

Este processo teve como orientação inicial a recuperação dos seus territórios tradicionais. A partir de 1980, as reivindicações por educação relacionam-se aos movimentos por afirmação étnico-cultural por terra, saúde e melhoria da qualidade de vida (FUNAI, 2001).

Em Ilhéus, destaca-se a presença dos Tupinambás na localidade de Olivença, com população estimada em 1.500 índios, que estão em processo de reconhecimento e demarcação de suas terras. (FUNAI, 2001). Nesta mesma localidade estão instalados o Conselho Indígena Tupinambá de Olivença e a Escola Estadual Indígena Tupinambá de Olivença

Os Tupinambás de Olivença compreendem a etnia que ocupa uma região entre a foz dos rios Cururupe e Acuípe e a Serra Negra, no município de Ilhéus. A aldeia principal está localizada em Olivença, importante destino turístico do município. A terra indígena está em processo de demarcação, com a realização de estudos preliminares de reconhecimento.

II.5.3.O.2. População Extrativista

Extrativismo significa resumidamente todas as atividades relacionadas à coleta de produtos naturais, sejam estes produtos de origem animal, vegetal ou mineral. É a mais antiga atividade humana, antecedendo a agricultura e a pecuária, praticado mundialmente através dos tempos por todas as sociedades. Fazem parte do grupo de populações tradicionais.

Populações tradicionais podem ser definidas como grupos humanos que coexistem com o meio natural, cujas práticas e valores mantêm-se pouco

alterados ao longo dos anos, mostrando-se culturalmente diferenciados dos grupos dominantes.

Culturas tradicionais são, nessa perspectiva, aquelas que se desenvolvem do modo de produção da pequena produção mercantil (DIEGUES, 1983). Essas culturas se distinguem daquelas associadas ao modo de produção capitalista, em que não só a força de trabalho, como a própria natureza, se transformam em objeto de compra e venda. No mapa, a seguir, estão representados as populações tradicionais, não indígenas, distribuídas ao longo do país (**Figura II.5.3.O.2 – 1**).



Figura II.5.3.O.2-1 - Populações tradicionais, não indígenas no Brasil.

As populações tradicionais apresentam as seguintes características:

- a) ligação intensa com o território;
- b) auto-identificação e identificação pelos outros como grupos culturais distintos;

- c) meio técnico, linguagem e terminologias próprias;
- d) organização social e política própria e tradicional;
- e) sistemas de produção voltados para a subsistência e para o pequeno comércio.

Quilombolas

O Sul da Bahia, a partir da expulsão dos holandeses, entrou em declínio, e o conseqüente vazio demográfico e econômico converteu-a em local de convergência para escravos fugidos e colonos pobres, que não aceitavam submeter-se aos grandes proprietários rurais, então dominantes nas cercanias da Capital. A região tornou-se um atrator de homens livres, que se dedicaram a ganhar a vida explorando os recursos florestais e pesqueiros da Região. Quilombos fundados por escravos fugidos no Baixo Sul, dos quais uns poucos mantêm sua feição até os dias de hoje.

A Bahia é o segundo estado com maior número de Comunidades Quilombolas – 469 (ANJOS, 2006). Na região Sul da Bahia as Comunidades Quilombolas conservam características culturais próprias e singulares – como a extração da piaçava, as tainhas defumadas, o mingau de satim, a musicalidade, a dança, o teatro entre outros.

Na área de influência do empreendimento, existem 8 (oito) Comunidades Quilombolas, duas localizadas no município de Una, comunidades Pedro do Uma e Rio da Independência. As outras seis comunidades situam-se no município de Maragogipe, a saber: comunidades de Pinho, Giral Grande, Guerem, Tabatinga, Salaminas, Porto da Pedra. Estima-se que cerca de 500 famílias sobrevivem do cultivo da cana-de-açúcar, da mandioca para a manufatura da farinha e da coleta de mariscos.

Pescadores artesanais

Diz respeito à pesca artesanal enquanto atividade comercial, aquela realizada única e exclusivamente pelo trabalho manual do pescador. Utilizam embarcações de médio e pequeno porte e equipamentos (petrechos) sem

BIOMONITORAMENTO E MEIO AMBIENTE



Coordenador da Equipe

Técnico Responsável

Relatório
BR /

Revisão 00
08/2008

nenhuma sofisticação além de insumos utilizados adquiridos nos comércios locais. Baseia-se nos conhecimentos dos pescadores, adquiridos em família transmitidos aos demais membros, pelos mais velhos da comunidade, ou pela interação com os companheiros de pescaria.

No Estado da Bahia a pesca é majoritariamente artesanal e/ou de subsistência, explorando ambientes próximos à costa, pois as embarcações e aparelhagens são feitas através de técnicas relativamente simples e sua produção tem como finalidade a obtenção de alimento, sendo total ou parcialmente destinada ao mercado. É realizada ao longo de todo o litoral, envolvendo mais de 100 mil pessoas, incluindo pescadores e marisqueiras.

Em agosto de 2000 foi criada a Reserva Extrativista da Baía do Iguape, com 8.117 há, nos municípios de Cachoeira e Maragogipe, e em 2006, nos municípios de Belmonte, Canavieiras e Una a Reserva Extrativista de Recursos Pesqueiros, cujo processo iniciou-se em 2001, através da solicitação das comunidades junto ao CNPT/IBAMA.



Fonte: Pesquisa de Campo / Fotos: Ricardo Machado, 2008

Figura II.5.3.O.2-2 - Pescadores artesanais da RESEX Canavieiras.

Com a criação destas reservas os pescadores e marisqueiras poderão resolver problemas de uso desordenado das suas áreas de pescas, tais como a instalação de cercas em extensas áreas de uso tradicional, invasão das áreas de pesca e com inadequados apetrechos de pesca por populações de outras regiões e até de outros estados, aterro de manguezais e áreas de proteção permanente, assim como a interdição e cercamento das barras.

Os estudos biológicos e socioeconômicos necessários para a criação da reserva de Canavieiras, Una e Belmonte foram realizados pelo PANGEA em parceria com os extrativistas locais e a demarcação foi realizada pela equipe técnica do IBAMA, MMA e representantes da comunidade. A área total demarcada foi de 100.600 hectares, distribuída em 83.432,23ha de mar, com limites batimétricos extremos entre 50 e 60 metros (cuja área limita-se a norte com o empreendimento objeto deste estudo) e 17.213ha de área continental, perfazendo um total de 100.645,85ha. Os ecossistemas continentais estão distribuídos em 7.894,85ha predominantemente de manguezais, 5.121,03ha de restinga, 2.530ha de estuário e 1.667,74ha de área úmida (PANGEA, 2008). A Resex Canavieiras, como é mais conhecida é a maior reserva extrativista do Estado da Bahia.

II.5.3.P. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE TOMBAMENTOS

O termo tombamento possui diversas acepções, mas no sentido de preservação e conservação do patrimônio, histórico, cultural e ambiental, de acordo com o dicionário Aurélio, significa "Pôr (o Estado) sob sua guarda, para conservar e proteger (bens móveis e imóveis cuja conservação e proteção sejam de interesse público)".

Em termos gerais, o tombamento nessa acepção visa restringir de forma parcial o direito de propriedade, por meio da ação do Estado, o uso de determinados bens, visando proteger e conservar, contra mudanças que possibilitem sua descaracterização e/ou destruição.

A responsabilidade de promover o ato de tombamento é feita por diversos órgãos na suas diversas escalas. Em escala mundial esse processo é realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, cujo bem será reconhecido como Patrimônio da Humanidade.

A UNESCO, de modo geral, tem como objetivo promover a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural em escala mundial, considerado valiosos para a humanidade. Essa proposta está incorporada no Tratado Internacional denominado Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972.

Nessa Convenção foram criadas as bases para a preservação e conservação dos patrimônios históricos, culturais, artísticos e naturais, sendo estabelecidas também definições de Patrimônio Cultural e Natural.

No Brasil, na esfera federal, o tombamento é feito pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o qual tem como objetivo, fiscalizar, proteger, identificar, restaurar, preservar e revitalizar os monumentos, sítios e bens móveis do país.

No âmbito do Estado da Bahia, cabe ao Instituto do Patrimônio Cultural e Artístico da Bahia – IPAC, conforme o Decreto Estadual 8.626 de 29 de Agosto de 2003. Este Órgão tem a finalidade de executar a política de preservação do

Patrimônio Cultural da Bahia, assim como, estimular e promover as atividades relacionadas com museus, organizando, atualizando e difundido seus acervos (IPAC, 2008).

No que se refere à legislação brasileira para a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural, o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, a qual organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Lei nº 3.924 de 26 de Julho de 1961, que dispõe sobre os Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos e o Decreto 3.551 de 4 de Agosto de 2000, a qual institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, formam alguns dos instrumentos jurídicos para a esses fins.

De maneira geral, esses são os princípios básicos para o controle, manutenção e preservação dos Patrimônios culturais e naturais em todo território nacional.

Na Área de Influência do Projeto a identificação e a caracterização desses patrimônios são fundamentais para a avaliação de possíveis interferências do projeto da atividade petrolífera em tal patrimônio.

II.5.3.P.1. PATRIMÔNIO CULTURAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA

É considerado Patrimônio Cultural pela UNESCO, na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, os **MONUMENTOS**, como: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os **CONJUNTOS**, como: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência, e os **SÍTIOS**, como: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Os Patrimônios Culturais inseridos na Área de Influência do Empreendimento, segundo levantamento do IPAC realizado em 2003, compreendem quatro monumentos tombados pela esfera federal e pela esfera estadual, conforme indicado no **Quadro II.5.3.P.1-1**.

Quadro II.5.3.P.1-1-Lista dos monumentos tombados nos municípios da AI do empreendimento, 2003.

MONUMENTOS	MUNICÍPIO	DISTRITO	ANO DE TOMBAMENTO	ÂMBITO
Terreiro de Candomblé Ilê Axé Alabaxé	Maragogipe	Sede	2005	Estadual
Igreja de Nossa Senhora da Escada	Ilhéus	Oliveira	1979	Estadual
Capela de Sant'Ana	Ilhéus	Coutos	1984	Federal
Igreja Matriz de são Jorge dos Ilhéus	Ilhéus	Sede	1985	Estadual

Fonte: IPHAN 2002 e IPAC 2003

Para a consulta de patrimônios tombados, o IPHAN possui um arquivo denominado Noronha Santos, que disponibiliza informações dos quatro Livros do Tombo, sendo eles:

- Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico;
- Livro Histórico;
- Livro das Belas Artes; e
- Livro das Artes Aplicadas.

Na área de Influência do BMJ-1 são identificados os bens e patrimônios tombados, apresentados **Quadro II.5.3.P.1-2**, segundo registros do Arquivo Noronha Santos.

Quadro II.5.3.P.1-2 – Bens tombados na área de influência do empreendimento.

Município	Bem Tombado	Ficha Técnica
Distrito de Coutos,- Ilhéus – BA	Capela de Nossa Senhora de Santana (Ilhéus, BA) Outros Nomes: Capela do Rio do Engenho de Santana	Livro de Belas Artes Inscrição: 556 Data: 20-2-1984 Livro Histórico Inscrição: 492 Data: 20-2-1984 Nº Processo: 0687-T-62-C

Fonte: Arquivo Noronha Santos, 2007(www. iphan.com.br)

II.5.3.P.2. PATRIMÔNIO NATURAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA

São considerados Patrimônios Naturais pela UNESCO, na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, os **MONUMENTOS NATURAIS**, que são por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as **FORMAÇÕES GEOLÓGICAS E FISIOGRÁFICAS, E AS ZONAS ESTRITAMENTE DELIMITADAS** que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; e os **SÍTIOS NATURAIS OU AS ÁREAS NATURAIS** que são áreas de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

Na Área de Influência do Projeto, os Patrimônios Naturais tombados são vários, como os apresentados no **Quadro II.5.3.P.2-1**.

Quadro II.5.3.P.2-1 - Patrimônio Natural na área de influência do empreendimento.

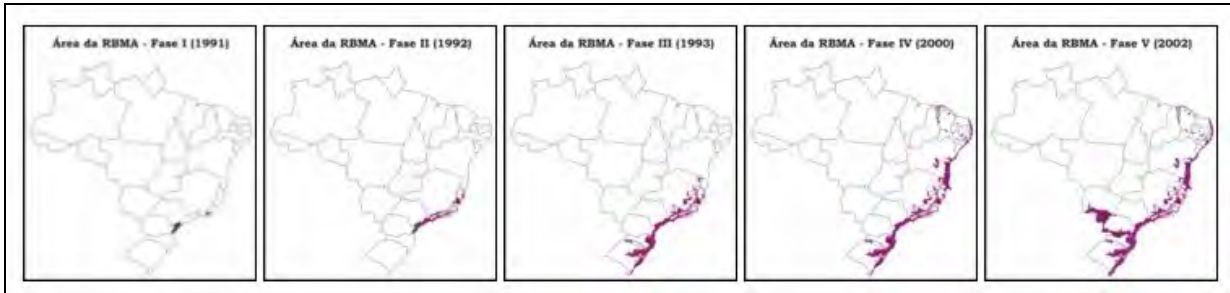
Nome	Localização
UMA	
Balneário Ilha da Fantasia	Povoado de Comandatuba - Una
Belas Cachoeiras do Rio Una	Rodovia Una - BR 101 - Km 1
Ecoparque de Una	Às margens do Rio Maruim
Estação Experimental Lemos Maia	Km 1 da Rodovia Una - BR 101
Ilha de Comandatuba	Povoado de Comandatuba
Povoado de Pedras de Una	Povoado de Pedras
Reserva Biológica de Una	Rodovia Una - Ilhéus, Km 17, BA 001
ILHEUS	
Área de Proteção Ambiental Lagoa Encantada	Zona rural do município de Ilhéus
Baía do Pontal	Município de Ilhéus
Balneário de Olivença	Município de Ilhéus
Morro de Pernambuco	Localizada no bairro de Pontal, Ilhéus
Rio Cachoeira	Ilhéus
Rio do Banco	No trevo de Lage do Banco - Banco Central e Gongogi
Rio Santana	Ilhéus
Rios Almada, Santana, Cachoeira	Entre mais ou menos 14° 26' / 15°20' Lat Sul 31° 01' / 40° 09' WGR
Unidade de Conservação Parque Municipal Esperança	Antiga Rodovia Ilhéus/ Itabuna, Fundão

Fonte: CENSO CULTURAL, 2006

II.5.3.P.3. RESERVA DA BIOSFERA DA ÁREA DE INFLUÊNCIA

Em relação às Unidades de Conservação na Área de Influência, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica é um patrimônio natural bastante relevante.

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA (**Figura II.5.3.P.3-1**) cuja área foi reconhecida pela UNESCO, em cinco fases sucessivas entre 1991 e 2002, foi à primeira unidade da Rede Mundial de Reservas da Biosfera declarada no Brasil. É a maior reserva da biosfera em área florestada do planeta, com cerca de 35 milhões de hectares, abrangendo áreas de 15 dos 17 estados brasileiros onde ocorre a Mata Atlântica, o que permite sua atuação na escala de todo o Bioma (RBMA, 2008).



Fonte: RBMA, 2008

Figura II.5.3.P.3-1-Mapas das fases de implantação da reserva.

De acordo com o seu Conselho Gestor, a RBMA tem como funções:

- A conservação da biodiversidade e dos demais atributos naturais da Mata Atlântica incluindo a paisagem e os recursos hídricos.
- A valorização da sócio-diversidade e do patrimônio étnico e cultural a ela vinculados.
- O fomento ao desenvolvimento econômico que seja social, cultural e ecologicamente sustentável.
- O apoio a projetos demonstrativos, à produção e difusão do conhecimento, à educação ambiental e capacitação, à pesquisa científica e o monitoramento nos campos da conservação e do desenvolvimento sustentável.

Para que essas funções possam ser cumpridas foi estabelecido um zoneamento territorial, como:

Zonas Núcleo – sua função é a proteção da biodiversidade. Correspondem basicamente às Unidades de Conservação de proteção integral como Parques e Estações Ecológicas.

Zonas de Amortecimento – estabelecidas no entorno das zonas núcleo, ou entre elas, tem por objetivos minimizar os impactos negativos sobre estes núcleos e promover a qualidade de vida das populações da área, especialmente as comunidades tradicionais.

Zonas de Transição - sem limites rigidamente definidos envolvem as zonas de amortecimento e núcleo. Destinam-se prioritariamente ao monitoramento, à educação ambiental e à integração da Reserva com o seu entorno, onde predominam áreas urbanas, agrícolas e industriais.

A RBMA estende-se por mais de 5000Km dos 8.000Km do litoral nacional, desde o Ceará ao Rio Grande do Sul, avançando mar afora englobando diversas ilhas oceânicas como Fernando de Noronha, Abrolhos e Trindade e adentrando no interior de vários estados costeiros, bem como em Minas Gerais e Mato Grosso do Sul (**Figura II.5.3.P.3-2**).



Fonte: RBMA, 2008.

Figura II.5.3.P.3-2 – Mapa da extensão e do zoneamento territorial da RBMA.

Na Bahia, no município de UNA, a RESERVA BIOLÓGICA DE UNA constitui-se num posto avançado da RBMA, esta unidade têm como objetivo conservar uma amostra significativa do ecossistema Floresta Hidrófila do sul da Bahia, além de proteger o mico-leão-da-cara-dourada (*Leonthopithecus*

chrysomelas) da extinção, mantendo populações viáveis na natureza. A reserva vem possibilitando consideráveis benefícios na preservação e manutenção do ambiente natural.

Nessa Reserva a visitação pública só é permitida em caráter educacional e/ou científico, dependendo de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade.

A Reserva Biológica de Una também é um dos últimos refúgios do mico-leão-de-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*) que pode ser considerada a espécie bandeira do parque e do macaco-prego-de-peito-amarelo (*Cebus xanthosternos*) (**Figura II.5.3.P.3-3**).



Figura II.5.3.P.3-3 - Mico-leão-de-cara-dourada.

O Ecoparque de Una, uma Reserva Particular do Patrimônio Natural, localizada 45 km ao sul do município de Ilhéus, ao lado da Reserva Biológica de Una, é um projeto direcionado para o Turismo ecológico no Sul da Bahia. É o resultado de uma cooperação entre o Instituto de estudos sócio-ambientais do Sul da Bahia (IESB) e *Conservation International*, ambas as organizações não governamentais.

A intenção do projeto é:

- Demonstrar o potencial do ecoturismo como alternativa econômica viável, compatível e dependente da conservação dos recursos naturais do sul da Bahia.
- Propiciar uma oportunidade de contato direto com a natureza, de maneira interativa e dinâmica.
- Promover a educação ambiental entre os moradores locais e os visitantes.
- Ser um centro de pesquisa e estudos sobre a Mata Atlântica e sua biodiversidade.
- Aumentar a superfície protegida na área do Sítio do Patrimônio Natural Mundial do Sul da Bahia (RPPN com 383 hectares).
- Conservar um importante corredor de vegetação no entorno da Reserva Biológica de Una.

Dessa forma, o patrimônio natural da Área de Influência do Estudo encontra-se inserida nas políticas governamentais de proteção, conservação e manutenção da biodiversidade.

II.5.3.P.4. O PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA E SEUS POSSÍVEIS IMPACTOS DECORRENTE DA ATIVIDADE PETROLÍFERA

A Área de Influência do Estudo é constituída por um conjunto de acervos culturais e monumentos naturais, os quais na sua maioria encontram-se protegidos por lei.

A preservação do Patrimônio Cultural tem como objetivo evitar a descaracterização e/ou destruição desse conjunto de obras raras e de grande valor histórico e social. A execução da atividade de perfuração marítima e o seu provável efeito sobre esse patrimônio é bastante pequena, pois por ocorrer em espaço marinho, à influência dela sobre essas obras é bastante improvável.

Em relação aos patrimônios naturais, que se caracteriza nessa Área de Influência pela peculiar beleza e potencialidade, condições propiciadas por

BIOMONITORAMENTO E MEIO AMBIENTE

complexas e dinâmicas relações entre os diversos elementos naturais, a atividade poderá promover impactos ambientais e sociais nesses monumentos.

Geralmente, um ambiente natural possui capacidade variadas de suportar mudanças na sua estrutura e dinâmica, mas a possibilidade de um acidente por conta da execução desse empreendimento petrolífero poderá ocasionar problemas ambientais expressivos, como, comprometimento dos ambientes estuarinos, dos manguezais, da praias, da diversidade de espécies animais e vegetais que vivem nessas áreas, dentre outros.

Porém, apesar da possibilidade dessas ocorrências, é correto afirmar que, em decorrência dos avanços tecnológicos e da preocupação ambiental, por parte da empresa operadora dessa atividade, os efeitos serão rapidamente equacionados, garantindo a integridade e conservação do patrimônio natural, conforme detalhado no Item II.9 (Plano de Emergência Individual).